

Revista Municipal

L I S B O A



NA CAPA:

TORRE DE BELÉM—Pormenor da água tinta de J. Wells, segundo desenho de Noel (1793)

Revista Municipal

PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANO XXXI — NÚMEROS 124/125 — 1.º E 2.º TRIMESTRES DE 1970



DIRECTOR
HENRIQUE MARTINS GOMES

ASSISTENTE TÉCNICO
ALFREDO THEODORO

DESENHOS DE
JULIO GIL
LUIS OSÓRIO

OS ARTIGOS PUBLICADOS SÃO
DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

SUMÁRIO

O TEATRO ROMANO DE LISBOA — *IRISALVA MOITA* * CONTRASTES SANITÁRIOS — IV — *ARNALDO FALLÉ DE SOUSA QUENTAL* * A FEIRA DA LADRA — *HENRIQUE O'NEILL* * NOTICIÁRIO ARQUEOLÓGICO E ARTÍSTICO * O SENHOR GENERAL FRANÇA BORGES DEIXA A PRESIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LISBOA * O SENHOR ENGENHEIRO SANTOS E CASTRO ASSUME A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA * FOCADA A IMPORTÂNCIA DA FUNÇÃO MUNICIPAL NO DECORRER DA VISITA DO MINISTRO DO INTERIOR AOS PAÇOS DO CONCELHO * VISITA HISTÓRICA DO PROF. MARCELLO CAETANO À CÂMARA MUNICIPAL * DOADOS AO MUNICÍPIO DOIS QUADROS VALIOSOS, «CAMÕES» E «FERNANDO PESSOA» * MARCHAS DO ANO «70» — NA NOITE DE SANTO ANTÓNIO, FESTA LISBOETA DE LUZ E ALEGRIA *
A C O N T E C I M E N T O S C I T A D I N O S



IRISALVA MOITA

O TEATRO ROMANO DE LISBOA

I

Enquanto o teatro não se individualizou como forma literária destinada à representação, não se impôs a necessidade de construção dum recinto fixo especialmente a ele dedicado. Para as danças rituais, os ditirambos e a música delirante que acompanhavam os mistérios dionisíacos, bastava um recinto circular (prefiguração da *orchestra*), cujo centro era ocupado pelo altar de sacrifícios, fulcro de todo o cerimonial. A partir, porém, do momento — talvez primeira metade do Século v — que da turba anónima se destaca um ou outro personagem que, para se evidenciar, afasta-se do conjunto e sobe a um estrado improvisado donde incorporará a multidão que, em baixo, dançava ao som de instrumentos tocados freneticamente.

Parcela da Perspectiva «Olisipo quae
Lisbona» de G. Braunio, notando-se a
urbanização de zona correspondente ao
Teatro (sobranceira à Sé e levemente
a NE)



estava esboçada uma primeira separação: actores, por um lado; coro, por outro. No recinto circular, reservado às representações torna-se necessário desde então, reservar um sector à representação, sector esse que, mais tarde, dará origem ao *logeion* (entre os romanos *pulpitum*). À medida que as representações teatrais se vão fixando a um determinado local, surge nova necessidade a que é, igualmente, preciso atender: dispor de um recinto adequado para a audiência.

Estavam, finalmente, esboçadas as três realidades que informam o drama grego — actores, coro e público — e que, consequentemente, determinarão a planta do teatro clássico.

As reconstruções que sofreram os teatros gregos sob o domínio romano tornam, hoje, difícil seguir a sua evolução. Parece, no entanto, que, não exigindo as tragédias e comédias da segunda metade do Século v um palco elevado, o teatro limitar-se-ia, então à *orchestra*, numa extremidade da qual se levantava uma parede ou um simples tapume de madeira, obstáculo necessário à reflexão do som. O coro e os actores, ainda não completamente diferenciados, actuavam, alternadamente, no pavimento circular, a *orchestra*, termo que, em grego, significa precisamente «estrado para dança».

Para permitir uma melhor visibilidade à audiência costumavam os gregos construir os seus teatros junto da escarpa numa colina, na encosta da qual se improvisavam os assentos dos espectadores que se dispunham, assim, em hemiciclo e em situação dominante em relação à *orchestra* onde se desenvolvia a representação.

É possível que o teatro que funcionou, primitivamente, junto do templo de Dionisos, na escarpa sul da Acrópole de Atenas, e de que não há vestígios, tivesse esta configuração simplificada. O célebre Teatro de Dionisos, cujas ruínas ainda hoje se admiram na mesma encosta sul da Acrópole, sobranceira ao mar, foi construído na segunda metade do Século v, junto do templo que, então, os atenienses consagraram ao Deus da Juventude. Este teatro trouxe, em relação às construções congêneres que o prece-

deram e o prepararam, duas importantes inovações que se irão transformar em constantes do teatro clássico. Queremos referirmo-nos à *stoa*, ou pórtico sobre colunas, onde os espectadores passavam durante os intervalos, situados entre o templo do Deus e o Teatro; e a *skene*, fachada formada a partir da parede que constituía a retaguarda da mesma *stoa* e que passou a funcionar como o obstáculo para a reflexão do som.

Foi, pois, no novo Teatro de Dionisos que os gregos fixaram, pela primeira vez, nas suas linhas fundamentais — ainda que não definitivas — a planta clássica do teatro helénico, cuja realização mais perfeita parece ter sido o Teatro do Epidauro, obra do arquitecto Policleto.

Na realidade, as alterações que sofreu, posteriormente, o teatro grego, não afectaram a sua estrutura básica. A mais notável dessas inovações operou-se já no período helenístico, quando do desenvolvimento da comédia nova que, exigindo que fosse dado um maior realce aos caracteres individuais dos personagens, levou à elevação do palco (*logeion*), reservado especialmente aos actores, que tomou o aspecto duma tribuna situada entre a *skene* e a *orchestra*. Para a sua elevação dispuseram pilares, em fiadas paralelas, sobre os quais assentaram um estrado de madeira. O desnível formado entre o palco (*logeion*) e a *orchestra* — que nos teatros gregos é notável — é, agora, percorrido por uma segunda fachada, por vezes ricamente decorada, o *proskenion*, assim designado devido à sua posição avançada em relação à *skene* e disposto-se paralelamente a esta. A *skene* que constituía o limite posterior do *logeion* teve de se elevar para se lhe sobrepor e é, desde então, que recebe o aspecto cenográfico que a vai caracterizar especialmente entre os romanos. Nela rasgam-se três portais (*valvae*) — o do centro é denominado *Porta Real* — e enriquece-se de colunas e pilastras que emolduram nichos destinados a esculturas.

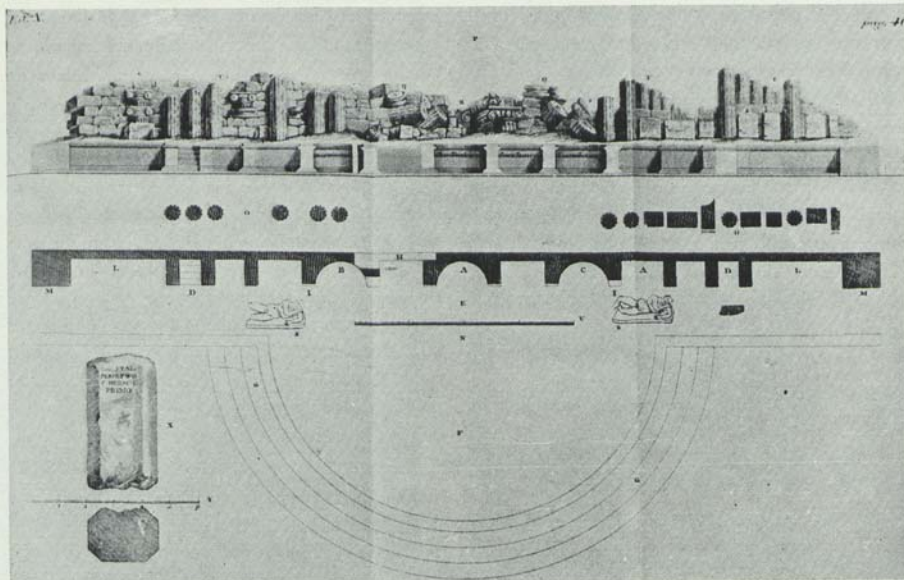
Observando a planta ideal do teatro grego, tal como no-la apresenta o esquema de Vitruvius, vemos que, nas suas linhas fundamentais, aquele

constava de um recinto em forma de ferradura, a *orchestra*, (foi à custa do segmento cortado ao círculo que se constituiu o *logeion*), fulcro do teatro grego, destinado à evolução do coro; o palco (*logeion*), alto e estreito, reservado aos actores; a *skene*, fachada architectónica ligada à *stoa*, que constituiu o limite interno do teatro e seu cenário permanente; e, finalmente, a *cavea* em forma de tronco de cone invertido de que a *orchestra* constituía a secção. Esta, segundo uma tradição antiga, era cavada na encosta duma colina, geralmente voltada ao mar. Devido a esta feliz circunstância a assistência podia gozar dum duplo espectáculo — o que se desenrolava no palco durante as representações e o que se dobrava diante dos olhos, nos intervalos.

A colocação e proporções dos vários elementos obedeciam a um critério uniforme e sãbiamente estudado, para que da sua coordenação resultassem condições acústicas óptimas que ainda podiam ser aperfeiçoadas por meio de ressoadores, colocados sob os degraus das bancadas.

O teatro romano não é mais do que a adaptação do teatro grego, nas suas linhas fundamentais. Efectivamente, os romanos limitaram-se a introduzir pequenas alterações para que aquele melhor se adaptasse ao tipo de espectáculos mais do seu agrado.

Assim, afastando-se as representações, cada vez mais, do ambiente religioso que lhe estava na origem e, perdendo estas, progressivamente, em intensidade dramática a favor de práticas cada vez mais burlescas, deixou o coro de ter a função importante que lhe coubera no teatro grego, facto que irá exigir alteração na configuração da *orchestra* donde, desde logo, foi retirado o altar de Dionisos. Por outro lado, tendo esta perdido o seu primitivo significado do recinto destinado à evolução do coro, reduz-se nas suas dimensões e toma a forma semi-circular, ao mesmo tempo que se integra na audiência. Efectivamente era na *orchestra* que, em assentos expressamente colocados (*sellae curulis*), as mais altas autoridades assistiam ao espectáculo que, entre os romanos, se desenvolvia exclusivamente, no *pulpitum*.



Prospecto da elevação das ruínas do Teatro Lisbonense levantado por F. Xavier Fabri

O encurtamento da *orchestra* permitiu, por outro lado, o avanço do *pulpitum*, tornando-se este mais espaçoso ao mesmo tempo que era rebaixado até à altura de 1 m e, por vezes, ainda menos.

Deixaram também os romanos, pelo menos a partir do Século 1 a. C., de aproveitar para os seus teatros as escarpas das colinas, preferindo construir grandes paredões semi-circulares para sustentação da *cavea*. Esta era dividida em dois ou três andares, *ima cavea*, *media cavea* e *summa cavea*, separados por passagens, (*præcinctio*), e repartidos em vários sectores (*cunei*) com acesso directo através de corredores (*vomitoria*), que comunicavam com as saídas abertas no grande paredão envolvente. Assim, as duas entradas construídas sob abóbada, ao nível térreo, *vomitoria* principais, apenas ficavam reservados aos espectadores da *orchestra* e das bancadas inferiores.

As representações faziam-se a céu descoberto, como também entre os gregos, mas há indícios de alguns deles, principalmente os de menores dimensões, receberem toldos, porventura quando o tempo não se mostrasse favorável.

Ainda que a *scaena* ou *scaena frons* funcionasse como um cenário permanente, tanto os gregos como os romanos usaram cenários amovíveis que baixavam em vez de subir, como acontece nos teatros actuais, movidos por dispositivos especiais (*versetilistrigonos*), ou eram enrolados em prumos colocados, para o efeito, ao longo e à retaguarda do *proscenium*.

Durante a República os romanos contentaram-se com teatros de madeira de que não os ficaram vestígios. O primeiro teatro de pedra de que há notícia parece ter sido o de Pompeu, construído em Roma no ano 55 a. C. Desde então levantaram-se teatros em pedra ou em tijolo por todo o mundo romano e podemos afirmar que não houve centro urbano de alguma importância, dentro da zona do Império, que não tivesse um ou mais teatros, integrados num conjunto de outros edifícios destinados, igualmente, a diversões do agrado dos romanos, como anfiteatros, circos, balneários, etc. Num grande número de casos, porém, principalmente no Oriente, os romanos limitaram-se a adaptar os antigos teatros helénicos ao gótico latino.

II

Felicitas Olisipo Julia, a cidade romana construída na encosta do Castelo de S. Jorge, muito provavelmente, à custa duma povoação indígena já aí existente, não poderia deixar de ter também o seu teatro, como incluía, no seu recinto, pelo menos, duas termas, vários templos e, possivelmente, teria também o seu anfiteatro e circo, cujas ruínas, no entanto, não são, por ora, conhecidas.

É provável que antes dos romanos se instalarem — o que só aconteceu, no que respeita à Lusitânia, depois das campanhas de Caio Júlio Bruto no Século II a. C. — já se esboçasse nesta encosta os começos duma povoação, a velha Olisipo, resultante dum comércio que os indígenas do povoado castrejo do alto foram tentados a susten-

tar com os povos marítimos do Mediterrâneo — fenícios ou gregos — que, certamente, não deixaram de demandar os nossos portos, entrando pelo estuário do Tejo, onde as costas soalheiras sul e poente da colina Castelo ofereciam um ancoradouro seguro.

O facto dos romanos terem, desde muito cedo, conferido a Clisipo a honra especial de «municipium» de direito romano — que, entre outras vantagens, dava aos seus habitantes a honra da tão desejada cidadania romana — só se explica por reconhecerem certa importância à povoação e esta importância não poderia ter sido adquirida num período de tempo tão curto. No entanto, se os romanos encontraram já os rudimentos duma povoação, não há dúvida que foram eles que a transformaram na importante *urbs*, situada à entrada do estuário do Tejo. O antigo povoado castrejo era agora a cidadela, a acrópole ou *castrum* da nova cidade.

Ainda que não se registem referências especiais entre os autores clássicos, os vestígios conhecidos de alguns dos seus monumentos são bem expressivos da sua grandeza. Não admira, pois, que Schulten, o grande investigador alemão radicado na Península, a considerasse como a segunda cidade da Lusitânia — isto é, mais importante do que ela, só Mérida, a capital.

É, porém, interessante registar que os grandes monumentos romanos de que há notícia no aro de Clisipo, só foram conhecidos depois do Terramoto de 1755 e em consequência dele. Situados na vertente duma colina, os desmoronamentos sucessivos e os próprios efeitos do desgaste natural provocado pelos elementos atmosféricos, foram acumulando sobre eles uma espessa camada de terra que, durante alguns séculos, os relegou para completo esquecimento.

O terramoto, porém, revolvendo as entranhas da cidade veio pôr a descoberto (ironia do destino!) algumas destas construções soterradas pelo tempo e por construções que se lhe sobrepuseram (quantas outras ruínas haverá ainda por reconhecer?). Todos estes monumentos, as Termas dos

Cassios, o Templo de Cibele, o Teatro Romano de Lisboa — exceptuam-se as Termas da Rua da Prata que ficam um pouco mais distantes — situavam-se numa área enquadrada entre a Rua da Madalena, a Sé e a Rua de S. Mamede, o que indica que o centro da cidade romana, o *Forum*, não andaria longe das imediações da Sé. Esta que parece ter sido mesquita muçulmana, deve, ela própria, assentar os seus fundamentos sobre um templo pagão, quem sabe se desse mesmo *Forum*. Os frisos visigóticos nela incrustados não dizem tudo, mas já confirmam alguma coisa.

Infelizmente, todos estes monumentos — alguns de grande beleza como o Templo de Cibele — depois de reconhecidos e até estudados, foram novamente soterrados e, sobre eles, levantaram-se as construções pombalinas e post-pombalinas que substituíram as que ruíram com o Terramoto.

Ao Teatro Romano, situado no ângulo formado pela junção das Ruas de S. Mamede (ao Caldas) e da Saudade, na subida para o Castelo, coube igual sorte.

Quando do terramoto de 1755, uma das freguesias que mais profundamente sofreu os efeitos do abalo foi a de S. Mamede (ao Caldas) que, a acreditarmos no Padre Manuel Portal, na sua *História da Ruína da Cidade de Lisboa*, ainda manuscrita, «enteyramente veyo a terra». Durante largos anos conservou-se transformada num montão confuso de ruínas, passando a ser o local conhecido por «monturos» ou «entulhos de S. Mamede».

Só mais tarde, já ao voltar do século, em 1798, ao abrirem-se os caboucos para os alicerces do prédio ali construído posteriormente (n.º 2 a 4-B da Rua de S. Mamede, tornejando para a Rua da Saudade, n.º 11 e 13), actualmente demolido para permitir as escavações, são conhecidas as ruínas.

A primeira notícia que as regista devemos a Frei Manuel do Cenáculo, em manuscrito intitulado *Monumento que se achou nas ruínas da parte do sul do Convento dos Loios em Lisboa*,

muitas vezes citado e aproveitado, mas ainda inédito na Biblioteca de Évora. Em 1799 Luís António de Azevedo, em notícia publicada no *Suplemento à Gazeta de Lisboa*, de 9 de Fevereiro de 1799, tratava, por sua vez, da interpretação das inscrições ali descobertas e, anos depois, em 1815, dá à estampa, sobre apontamentos colhidos anteriormente, a obra que intitula *Dissertação crítico-filológico-histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e attendíveis circunstâncias da erecção do Tablado e Orquestra do Antigo Theatro Romano, descoberto na excavação da Rua de São Mamede perto do Castelo desta Cidade, com a intelligencia da sua Inscripção em honra de Nero, e noticia instructiva d'outras Memórias alli mesmo achadas, e atégora apparecidas*, onde faz uma descrição minuciosa da parte das ruínas então postas a descoberto. Inseriu neste trabalho, além de gravuras representando algumas das peças mais notáveis — dois Silenos, um pormenor do *proscænium* na sua parte central, com a dedicatória a Nero, o cipo com dedicatória ao construtor do Teatro, Caio Heio Primo — o magnífico *Prospecto da elevação das ruínas do Theatro Lisbonense* levantado pelo architecto da Casa Real Francisco Xavier Fabri. Neste *Prospecto* não está representada a *cavea* que, certamente, nunca esteve a descoberto.

Com base nas descrições de Cenáculo Vilas-Boas, de Luís António de Azevedo e neste *Prospecto* se compuseram todas as notícias e reconstituições forjadas, posteriormente, sobre este importante monumento. Por elas ficámos sabendo que o teatro de *Felicitas Julia* fora construído, ou melhor reconstruído o *Proscænium* e a *Orchestra*, como parece depreender-se da dedicatória, durante o governo de Nero e a este Imperador dedicado pelo Augustal *Caius Heius Primus*, no ano 57 de Cristo (assim nos indica o «*cursum honorem*» do Imperador). É provável que no local já existisse anteriormente uma construção mais pobre, agora enriquecida.

A sua planta obedecia ao traçado clássico do teatro romano: *orchestra* semi-circular, rodeada por três degraus (os degraus da *orchestra*), diante

da qual se levanta o *pulpitum* (que não chegou a ser escavado), limitado, na parte anterior, pelo *proscænium* formado por compartimentos rectangulares e semi-circulares, dispostos alternadamente e, ao longo dos quais, foi insculpida, em letras capitais do Século I, a dedicatória a Nero, da qual Luís António de Azevedo, na obra citada, dá a seguinte leitura: NERONI . CLAVDIO . DIVI . CLAVDI . FILIO . GERMANICI . [CAESARIS . NEPOTI . TIBERI . CAESARIS . AVGVSTI . PRONEPOTI . DIVI . AVGVSTI . AB . NEPOTI . CAESARI .] AVGVSTO . GERMANICO . PONTIFICI . MAXIMO . TRIBVNITIA . POTESTATE . TERTIVM . IMPERATORI . TERTIVM . CONSVLI . SECVNDVM . DESIGNATO . TERTIVM . PROSCAENIVM . ET . ORCHESTRAM . CVM . ORNAMENTIS . FLAMEN . AVGVSTALIS . PERPETVVS . CAIVS . HEIVS . PRIMVS . (1)

Nos seus lugares primitivos, à entrada da *orchestra*, estavam deitados dois Silenos que serviam de repuxo, inclinados sobre odres que podiam conter vinho, água ou água perfumada, conforme as circunstâncias, que, caindo em chuva miudinha, perfumava e refrescava o ambiente.

Ao fundo do palco estão representados, em alçado, no mesmo *Prospecto*, grande número de cantarias, fustes de colunas estriadas, capitéis, bases, etc., restos da *scaenae frons* que, na altura, já se apresentava desmantelada.

Entre as peças encontradas entre os escombros figurava um cipo (ou base de estátua, como pretendia Leite de Vasconcelos), dedicado ao Flamine Augustal C. *Heius Primus* pelos seus libertos, cuja inscrição foi igualmente lida e reproduzida por L. António de Azevedo que dela nos dá a seguinte versão: FLAMINI . AVGVSTALI — PÉRPETVO — CAIO . HEIO . CAII . LIBERTO — PRIMO — CAIVS . HEIVS . PRIMI . LIBERTVS — NOTHVVS . ET . HEIA — PRIMI . LIBERTA . HELPIS — HEIA . NOTHA . SECVNDA — CAIVS . HEIVS . NOTHI . FILIVS . CALAGVRRITANVS — PRIMVS . CAIO — HEIA . NOTHI . FILIA . CHELIDO — NEPTIS . EIVS . NOTHI . FILII . CALAGVRRITANI — GLAPHYRVVS . NOTHI . ALIVS . NEPOS.

Infelizmente, depois de estudadas e reproduzidas, não se curou, então, de salvaguardar estas ruínas — e bem felizes nos podemos dar por terem sido tão minuciosamente descritas — sendo o monumento, de novo, entulhado, para, sobre ele, se construírem os prédios que formam o trapézio encravado entre as Ruas de S. Mamede e a Rua da Saudade.

Entre as poucas peças retiradas ou que ficaram à vista no local contam-se: os dois Silenos da *orchestra*, um dos quais está no Museu Etnológico Português (Belém) e o outro pertence à família dos Marquêses de Rio Maior, que o guardam no pátio do seu palácio, às Portas de Santo Antão; três fustes de colunas que, colocados sobre uma base de alvenaria, sustentavam o tecto da entrada do prédio que se encontrava sobre a parte escavada do monumento (n.º 2 a 4-B da Rua de S. Mamede); e um anel e duas moedas que pertencem à colecção da Academia das Ciências de Lisboa (2), e que consta também provieram do Teatro Romano.

Não sabemos por que erro grosseiro alguns dos nossos mais ilustres olisógrafos, contando-se, entre eles, o erudito Vieira da Silva, deram crédito à tradição de que as duas colunas com capitéis jónicos que servem de suporte a uma varanda na Rua de S. Pedro, a Alfama, e o troço de coluna canelada que servia de frade no Beco da Bica do Sapato, faziam parte do espólio do Teatro Romano. E dizemos erro grosseiro, por aqueles elementos de obra neo-clássica, não resistirem a uma primeira observação.

Durante mais de um século não se tornou a levantar o problema da redescoberta destas ruínas, apesar de, certamente ambicionadas por qualquer grande capital que conheceu o domínio de Roma. Este mutismo foi, apenas, quebrado por uma ou outra notícia parcelar, baseada na documentação coeva existente, quando não forjada nos domínios da imaginação. Em 1960, quando se construía o prédio n.º 6 da Rua de S. Mamede, novamente os jornais agitaram o assunto, mas sem terem então, encontrado eco.

Em 1965 ameaçando o prédio n.º 2 e 4-B da Rua de S. Mamede, já aqui várias vezes referido, sob o qual se sabia situar parte do monumento, ruína eminente, o Prof. D. Fernando de Almeida que, na altura, podia, providencialmente, dispor, na sua qualidade de Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, dum subsídio que a Câmara Municipal de Lisboa cedera àquela instituição, resolveu bem empregá-lo procedendo a uma sondagem no interior daquele imóvel, coadjuvado por um grupo entusiasta de alunos da Faculdade de Letras.

A redescoberta das ruínas, veio, através desta sondagem, de novo, chamar a atenção do público para a sua importância.

Ocupava então a presidência da Câmara Municipal de Lisboa o General António Vitorino França Borges que, alertado pelo Professor Fernando de Almeida, chamou ao município lisbonense, corajosamente, a iniciativa de pôr a descoberto o tão discutido teatro. E repito: *corajosamente*. As ruínas em questão situam-se numa zona superpovoada da cidade e, para as pôr a descoberto, haverá necessidade de comprar, desalojar e demolir um razoável número de edificações. Quem conheça todas as dificuldades dum encargo desta natureza, não poderá deixar de encarecer o acto do General França Borges revelador duma profunda consciência do valor do património histórico da cidade.

Por isso, ao publicarmos a primeira notícia sobre a redescoberta do Teatro Romano de Lisboa, não queremos deixar de invocar, em primeiro lugar, o Presidente da Câmara que tomou tal decisão, os Serviços Culturais da mesma Câmara dirigidos pelo Dr. Henrique Martins Gomes que secundaram com todo o entusiasmo a iniciativa da Presidência, e o Professor Dr. Fernando de Almeida cuja insistência sobre a importância destas ruínas não pesou pouco na decisão tomada.

III

Por despacho da Presidência da Câmara Municipal de Lisboa de 30 de Março de 1965 fui, na minha qualidade de Conservador dos Museus Municipais de Lisboa, incumbida da

direcção dos trabalhos de escavação para a redescoberta das ruínas do Teatro Romano de Lisboa.

Enquanto se faziam diligências preparatórias — compra do imóvel, empreitada de demolição, etc. — redigi um plano de trabalhos e uma pequena notícia sobre a história das ruínas que, conjuntamente com o referido despacho do Ex.^{mo} Presidente da C. M. L., foi enviado, oportunamente, à Junta Nacional da Educação, 1.^a subsecção da 2.^a Secção, para conhecimento e autorização.

Na altura em que foram construídos os prédios que se sobrepueram àquelas ruínas, os mestres de obras de então, resolveram desmontar os elementos que ainda se encontravam na posição primitiva no *Prospecto* de F. Xavier Fabri, para os incorporar nos alicerces e paredes dos novos edifícios, deixando os remanescentes de mistura com os entulhos com que encheram as fundações. Por isso, quando falamos de escavação do Teatro Romano de Lisboa, convém lembrar que estamos em presença duma escavação de tipo muito especial. Trata-se, efectivamente, em grande parte, duma recuperação dos elementos pertencentes ao teatro, a partir da demolição progressiva das construções sobrepostas.

Felizmente, porém, estas construções assentavam os alicerces sobre a infra-estrutura do grande monumento — no intuito de encontrarem bases mais consistentes — e, por isso, aquela não foi destruída (pelo menos no sector até agora descoberto). Ela dar-nos-á a planta exacta do teatro e, patenteando-nos os negativos das peças retiradas, ajudar-nos-á a colocar as mesmas nos seus lugares. No estado actual dos trabalhos ainda não nos é possível saber até onde poderemos ir nesta reposição, mas estamos convencidos que conseguiremos repor uma parte considerável dos elementos.

Esta situação extravagante de se encontrar o monumento por baixo e até dentro das paredes de edifícios, numa zona particularmente populosa

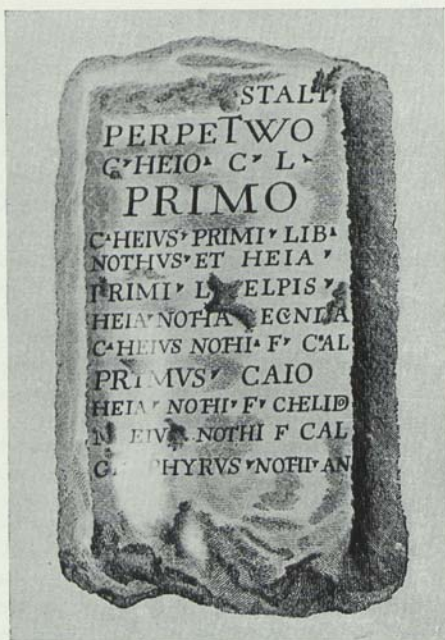
da capital, tem criado e continuará a criar grandes dificuldades que não podem deixar de impedir no andamento dos trabalhos. Assim, ainda que tivéssemos iniciado os trabalhos de escavação, propriamente dita, em Maio de 1966 e de terem sido adquiridos pelo Município, para demolição, mais de meia dúzia de prédios, apenas se encontra escavada, nesta data, a zona compreendida na área do primeiro prédio demolido (*Pl. I*, a cor) e que equivale a pouco mais de um ano de trabalho.

Apesar de restrita, a zona a descoberto revelou uma parte interessante do monumento e já nos possibilita algumas conclusões.

Tal como indica o esquema que acompanha este trabalho (*Pl. I*, a preto) já pusemos a descoberto grande parte da *orchestra* que conserva parte do seu revestimento de mármore cinzento e rosa e a infra-estrutura das bancadas que lhe correspondem; o início das bancadas da *cavea* — ou melhor, o miolo destas bancadas, já que o revestimento de cantaria lhe foi retirado; a infra-estrutura de um pouco mais de metade do *proscænium*; o pavimento inferior (*hiposcænium*)

Um dos Silenos que ornamentavam a «Orchestra» do Teatro Romano





Cipo com a dedicatória dos libertos de Caio Heio Primo

revestido de *opus signinum* e os pilares do *pulpitum*, vendo-se, ao longo e à retaguarda do *proscenium*, as cavidades destinadas aos prumos para a mudança dos cenários; e a infra-estrutura da zona correspondente a uma das entradas principais, (*vomitorium* ou *aditus maximus*), a qual conserva ainda parte do embasamento com almofadado que sustentava a abóbada.

Além de termos posto a descoberto a parte do monumento acima referida, recolhemos grande número de elementos do mesmo, retirados das paredes e alicerces do prédio demolido ou soltos nos entulhos do enchimento. Estes elementos que já sobem a cerca de três centenas e meia constam de um grande número de simples canterias esquadriadas, entre as quais se registam alguns degraus e alguns exemplares com cimalha;

vários fustes de colunas (lisas ou estriadas) de vários diâmetros; algumas bases e capitéis; uma boa parte de elementos do *proscenium*, alguns com fragmentos da dedicatória a Nero; alguns fragmentos de frisos, fragmento de *hermae*, e pequenos fragmentos de peças escultóricas (o Prof. D. Fernando de Almeida, na sondagem que aqui praticou, recolheu um fragmento de cabeça feminina), etc. Entre os fragmentos escultóricos queremos chamar a atenção para um fragmento de um possível *friso das musas*, baixo-relevo que aparece com frequência ornando a *scaena* de alguns teatros conhecidos, onde ainda se nota, delineada, um membro em atitude rítmica. Apresenta este fragmento a particularidade de conservar parte da inscrição — o início do nome da Musa da Tragédia — Melpomene — em caracteres gregos (Est. XIII, 27).

Na sua quase totalidade, os elementos arquitectónicos recolhidos foram talhados em calcário da região, o urgeiro, extraído duma pedreira que aflora entre as ruínas onde se notam os negativos das peças arrancadas. O mármore, nas tonalidades cinzenta e rosa, foi reservado ao *proscenium* e ao revestimento da *orchestra*. Nas peças de escultura empregaram um mármore branco, de melhor qualidade.

Além dos elementos que faziam parte da estrutura arquitectónica do teatro, retirámos dos entulhos, no decurso da escavação, numerosos fragmentos cerâmicos — *lateres*, *imbrices*, *tegulae*, fragmentos de *lucernae*, pequenos fragmentos de vasos, entre os quais um fragmento de prato em *sigillata* peninsular. Estes elementos encontravam-se, de uma maneira geral, muito fragmentados, o que se explica por o sector agora escavado corresponder exactamente ao que fora remexido nos finais do século XVIII. No entanto, notou-se maior abundância de cerâmica nas camadas sobrepostas ao palco e *proscenium*; os fragmentos de *tegulae* que devia ter sido empregada no tecto que avançava sobre o palco, foram recolhidos na faixa situada entre aquele e o *proscenium* que devia coincidir com o limite do beirado e os fragmentos de *lucernae*, principalmente nas imediações do *pulpitum*.

Recolhemos também algumas moedas, entre as quais um *grande bronze* de Trajano, um *grande bronze* de Antonino Pio, um *médio bronze* de Adriano, um *pequeno bronze* de Constantino e um *pequeno bronze* de Valentiniano II. Ainda não nos foi possível fazer a leitura dos restantes por se encontrarem em muito mau estado.

Partindo dos elementos até agora recuperados pela escavação ali em curso, já nos é possível concluir que o Teatro Romano de Lisboa, construído ou reconstruído no século I, durante o governo de Nero, em calcário da região e enriquecido com mármores policromos, deve apresentar um diâmetro que se aproximará dos 60 metros, já que o raio determinado, até este momento, atinge 28 metros. Portanto, quanto a dimensões, integra-se na média dos teatros romanos. Apresenta, porém, algumas particularidades que nos parecem de assinalar e que lhe dão um carácter arcaizante, ou melior, ligadas à tradição grega. Efectivamente, esta construção situa-se na encosta duma colina (colina do Castelo de S. Jorge), onde é de presumir esteja escavada, situação muito do agrado dos gregos, mas que, como já referimos, cedo foi abandonada pelos romanos; nela foi empregada, com preferência absoluta, a coluna jónica, igualmente pouco usada pelos romanos; e, por fim, parecendo querer reforçar estas coincidências, entre a amálgama dos fragmentos, recolhemos um fragmento de baixo-relevo com inscrição em caracteres gregos.

Poderemos procurar uma explicação para estas coincidências no facto de alguns dos construtores deste teatro — possivelmente os libertos que figuram no cipo dedicado a Caio Heio Primo — serem de origem grega, como indica alguns dos nomes ali registados?

Terminada esta primeira fase dos trabalhos elaborámos um relatório circunstanciado dos trabalhos efectuados que acompanhamos do inventário das peças recolhidas que se encontra arquivado nos Serviços de Museus da C. M. L. Posteriormente elaborámos uma nova versão deste relatório que foi enviada à Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes para apreciação da 1.ª Subsecção da 2.ª Secção da Junta Nacional da Educação.

Desses relatórios passamos a transcrever os capítulos que nos parece poderão interessar ao conhecimento público:

RELATÓRIO DAS ESCAVAÇÕES A QUE ESTA A PROCEDER A C. M. L. PARA POR A DESCOBERTO O TEATRO ROMANO DE LISBOA (PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 28 DE FEVEREIRO DE 1966 A 6 DE JULHO DE 1967)

Tratando-se de ruínas situadas em pleno coração da capital e, em parte, incorporadas nos alicerces de construções que a elas se sobrepueram, há a considerar, nos trabalhos de escavação, vários aspectos ou fases:

- 1.º Demolição das construções sobrepostas.
- 2.º Escavação propriamente dita.
- 3.º Remoção e inventariação dos elementos soltos recolhidos.

1.º *Demolição das construções sobrepostas* — Até este momento apenas foi escavada a zona correspondente ao prédio que tinha os n.ºs 2, 4 e 4-B da Rua de S. Mamede (ao Caldas) e os n.ºs 11 e 13 da Rua da Saudade, comprado pela C. M. L. à Companhia de Seguros (escritura de 7/7/965) e demolido a partir de Fevereiro de 1966.

O prédio demolido ocupava uma área de formato trapezoidal alongado (*Pl. I, a cor*), constituindo o gaveto entre as Ruas de S. Mamede e da Saudade. Era formado pela casa de habitação propriamente dita, constituída por três andares (na face que dava para a Rua da Saudade) e cinco (na face voltada à Rua de S. Mamede); por um logradouro, no vértice do qual existia uma casota que foi adaptada, na primeira fase dos trabalhos, a casa do guarda das ruínas do Teatro.

A demolição respeitou apenas aos alçados, visto a demolição dos alicerces ter sido já considerada dentro da fase de escavação.

Devido a várias dificuldades que não puderam ser removidas de início, a demolição do prédio referido teve de ser feita em três fases alternadas: a 1.ª fase decorreu entre 28 de Fevereiro de 1966 e 10 de Maio seguinte. Constatou do escoramento geral do prédio que se encontrava em mau estado de conservação e ameaçando ruína e demolição completa dos alçados até ao nível da Rua da Saudade; da demolição da parede *a-b* (*Pl. I, a cor*) até à Rua de S. Mamede (com excepção do ângulo *a*, ocupado pelo compartimento com saída pelo n.º 4-B que, na altura, ainda não se encontrava devoluto); e da demolição da parede *b-d* ao nível do logradouro (correspondente ao 1.º andar da parede *a-b*). A esta fase seguiu-se uma segunda empreitada adicional, de 10 a 18 de Maio, que consistiu da demolição do pavimento térreo das paredes voltadas à Rua de S. Mamede (*a-b*) e logradouro (*b-d*).

Iniciámos então a primeira fase de escavação, propriamente dita, começando pela demolição dos alicerces da parede *b-d* e *a-b* (parcial), fase essa que se prolongou até 25 de Junho, altura em que tivemos de interromper os trabalhos por não podermos prosseguir no sentido do logradouro, por este ainda se encontrar ocupado pela casa do guarda.

Tendo, entretanto, a C. M. L. comprado o prédio com os n.ºs 3 e 3-A da Rua de S. Mamede, foi-nos possível retomar os trabalhos em fins de Setembro seguinte. Pudemos, então, fazer a transferência, para o prédio adquirido, do guarda e respectiva família, e da maior parte do material solto, o que nos permitiu conquistar espaço para continuar a escavação por mais algum tempo.

A demolição das paredes de suporte do logradouro foi integrada na escavação e feita em fases sucessivas que se prolongaram de 21 de Dezembro a 19 de Janeiro de 1967.

De 27 de Janeiro a 4 de Fevereiro procedeu-se à demolição da secção da parede do prédio de habitação voltada a S. Mamede (secção ainda não demolida) e de 6 a 11 de Fevereiro, do compartimento com saída pela porta 4-B, finalmente devoluto. Esta demolição foi igualmente feita pelo pessoal trabalhador recrutado para a escavação.

Por motivo de segurança da rua da Saudade e do prédio contíguo, o imóvel não pôde ser, nesta primeira fase dos trabalhos, completamente demolido. Foi poupada a parede *c-e* até ao nível daquela artéria; a parede *a-c* que enconsta ao prédio seguinte, até ao nível da anterior, isto é, uma altura correspondente ao 2.º andar. (Este paredão é de construção anterior ao prédio agora demolido, e foi apenas nele incorporado). Deve ter pertencido a alguma construção anterior ao Terramoto, possivelmente dependência do Convento dos Loios. O compartimento com saída pela porta 4-B foi, igualmente, poupado, por, na altura, não se encontrar ainda desocupado.

Fez ainda parte desta primeira fase de demolição, a desmontagem da arcaria sustentada pelos fustes de colunas romanas que haviam sido aproveitadas na estrutura do pavimento térreo do prédio demolido.

Antes, porém, de se iniciar a desmontagem desta arcaria, tornou-se necessário cobrir com terra as ruínas postas a descoberto durante a sondagem ali praticada pelo Dr. Fernando de Almeida.

Logo no início da demolição do prédio, começaram a aparecer pequenos fragmentos de peças de cantaria trabalhadas. Desde então, fomos recolhendo, quase diariamente, pequenos fragmentos revelando a mesma origem. O número e importância destes foi, porém aumentando à medida que nos fomos aproximando dos andares

inferiores. A partir do 3.º andar (1.º da Rua da Saudade), começaram a aparecer elementos completos (bases, capitéis, tambores de colunas, etc.), aumentando o número e dimensões à medida que nos íamos aproximando do rés-do-chão. Efectivamente, os alicerces do prédio, eram praticamente, constituídos por elementos do Teatro, ligados, entre si, por uma argamassa grosseira. O número e importância destes elementos aumentava nos pontos onde foi necessário dar maior resistência como, por exemplo, cunhais, emolduramento das portas e janelas. Foram incorporados, como é óbvio, principalmente nas paredes exteriores.

2.º) *Escavação, propriamente dita* — Devido à interrupção que sofreram os trabalhos de demolição do prédio, a escavação fez-se em dois períodos:

1.º Período — Depois de terminada a primeira fase de demolição, iniciámos a 4 de Maio de 1966 os trabalhos de escavação.

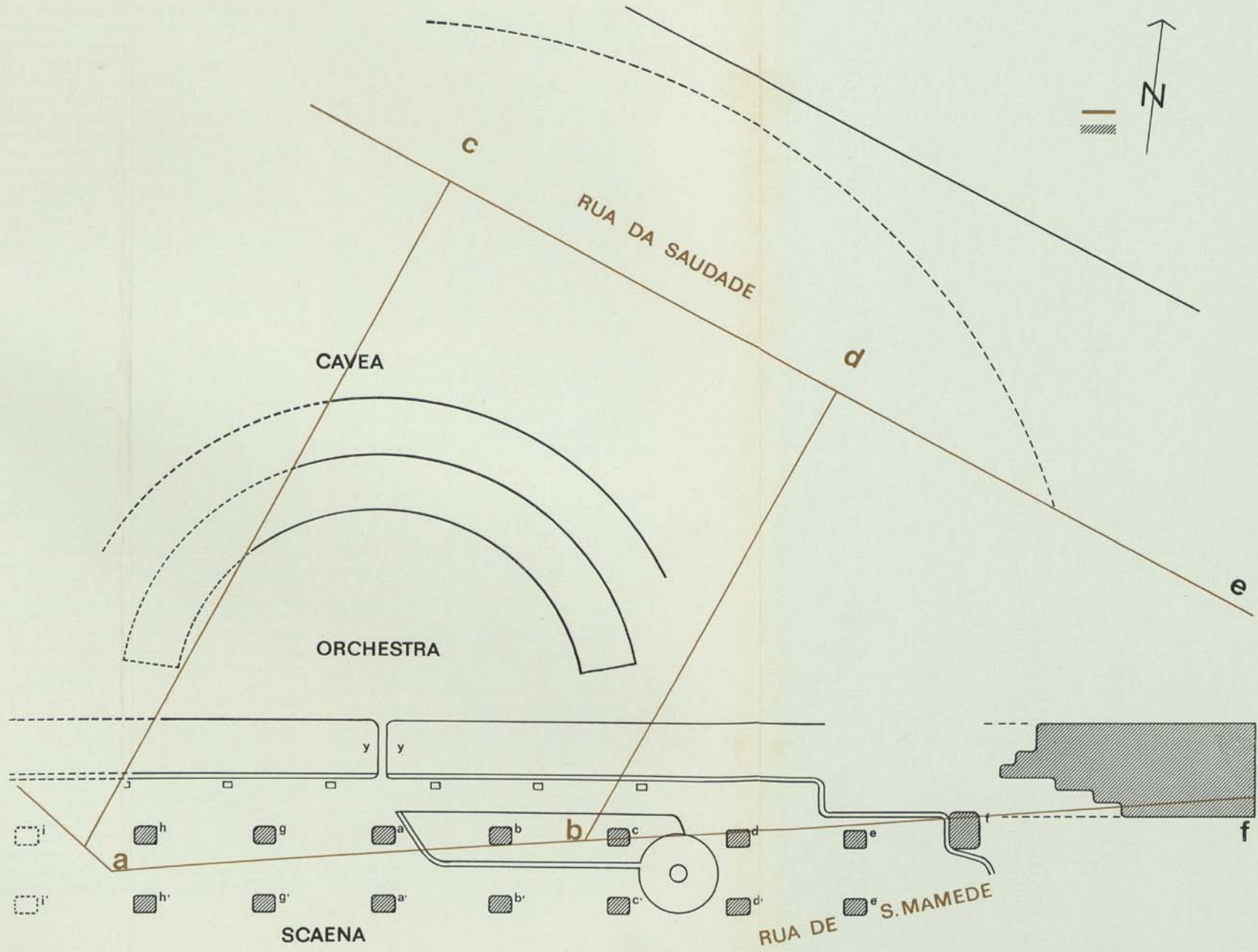
Entretanto havíamos reunido o material necessário à mesma e organizado a equipa dos trabalhos que ficou assim constituída:

- 1 arqueólogo (Conservador da C. M. L.) designado por S. Ex.ª o Presidente.
- 6 trabalhadores (recrutados entre o pessoal que havia trabalhado na demolição do prédio).
- 1 capataz.
- 1 guarda da C. M. L. (reside junto das ruínas).

Nota: Está prevista a colaboração dum desenhador que não entrou ainda em funções por eu própria me ter encarregado das plantas e «croquis» auxiliares. Será requerido para as plantas definitivas.

Começámos por retirar a camada de areia que havia sido lançada sobre as ruínas postas a descoberto pela sondagem do Prof. Fernando de Almeida, trabalho que nos ocupou de 21 a 30 de Maio. A partir desta data mandámos abrir uma trincheira, paralelamente à Rua de S. Mamede, enquadrando um pilar de cantaria cuja face superior aflorava e que vimos encontrar-se na sua posição primitiva. Levámos a trincheira até à base do pilar, tendo, então, verificado que aquele assentava num pavimento forrado de «opus signinum».

Depois de termos levado toda a trincheira a igual profundidade, num comprimento compreendido entre os alicerces da parede *b-d* e o compartimento com o n.º 4-B (então ocupado), continuámos a escavação no sentido transversal, a partir da trincheira, o que nos permitiu pôr a descoberto parte do pavimento inferior



ao palco (*hiposcaenium*) e uma secção da base do *proscenium*. Os entulhos nesta secção mostraram-se ricos em fragmentos de cerâmica (*latera*, *imbrices*, *tegulae* e fragmentos de *lucernae*).

Logo nesta primeira fase de limpeza do pavimento inferior ao palco, foi posta a descoberto uma cavidade quadrangular forrada de tijoleira, encostada ao embasamento do *proscenium* (lado posterior). Tratava-se de uma das cavidades comuns à maior parte dos teatros romanos, destinados aos prumos onde eram enrolados os cenários. O entulho deste orifício foi retirado cuidadosamente e observado com toda a minúcia, visto tratar-se de terreno não remexido recentemente. De dentro retirámos placas de mármore, restos duma ânfora, fragmentos de *tegulae* e duas moedas de bronze, uma do Imperador Trajano e outra de Antonino Pio.

Depois desta pequena sondagem passámos, a partir do dia 8, a proceder à desobstrução dos alicerces das paredes *b-d* e *a-b*, sem o que não podíamos alargar aquele corte.

Começámos por pôr a descoberto e limpar completamente as faces da parede *b-d*. Como já tive ocasião de referir, os alicerces desta parede eram constituídos por elementos do Teatro colocados toscamente e ligados com argamassa grosseira. Como esta se apresentasse muito resistente, houve necessidade de grandes cautelas para conseguir extrair dela os elementos sem os danificar. Ainda que a situação dos elementos incorporados nos alicerces pouco ou nenhum significado arqueológico possa apresentar, por uma questão de método, procurei fixar a sua posição relativa em esquemas e fotografias. Fomos extraíndo, sucessivamente, fustes e colunas, capitéis, bases, simples cantarias esquadriadas, que dispusemos (na ocasião lutávamos com grande falta de espaço) no recinto ainda não escavado da orquestra e que, na ocasião e, para o efeito, se encontrava coberto por uma camada de terra.

As peças de maiores dimensões e que ofereciam dificuldade de remoção foram deixadas «in loco», pois é natural que não se encontrem muito desviadas da sua posição primitiva.

Iniciámos, em seguida, a desobstrução da parede *a-b*, volta a S. Mamede, usando das mesmas precauções que foram empregadas na desobstrução da anterior. Esta revelou-se igualmente rica de elementos pertencentes ao Teatro. Para os arrumar houve necessidade de fazer um corte no enchimento do logradouro, tendo nós, assim, conseguido uma plataforma onde reunimos grande número de silbares, degraus, etc. Só os elementos que constituíam a camada inferior dos alicerces, imediatamente sobreposta ao pavimento de «opus signinum», foram deixados no local, na posição em que foram encontrados, tendo-nos limitado a proceder à sua limpeza completa.

A desobstrução destes alicerces veio dar-nos a possibilidade de alargar a trincheira inicial no sentido da Rua de S. Mamede, tendo então ficado a descoberto mais uma secção do *hiposcaenium*. Foram ainda postos a descoberto três pilares (*Pl. I, a*, preto, *a, b* e *c*).

Ao procedermos à limpeza do pavimento de «opus signinum» delimitou-se uma ranhura ou calceira que desemboca numa bacia semi-circular também forrada de «opus signinum» da qual só uma pequena secção foi posta a descoberto nesta primeira fase dos trabalhos. Junto dela, porém, e atingindo o bordo do embasamento do *proscenium*, verificámos a existência duma escavação em arco de círculo, com destruição do pavimento (mais tarde, com o prosseguimento dos trabalhos, vimos tratar-se duma escavação em forma de poço, talvez poço de sondagem, aberto possivelmente, quando da construção do prédio). Infelizmente esta escavação seccionou uma das caixas destinadas aos prumos que ficou reduzida a uma das faces e respectivo bordo.

Estes trabalhos ocuparam-nos até ao dia 25 de Junho. Nesta data, por absoluta falta de espaço para prosseguirmos com a escavação, tivemos de suspender os trabalhos até que a compra de novos prédios nas vizinhanças ou o encerramento duma parcela da Rua de S. Mamede ao trânsito, nos proporcionasse espaço para avançar.

2.º Período — Durante os meses de Agosto e Setembro a C. M. L. iniciou negociações para a compra do prédio n.º 3 a 3-A da Rua de S. Mamede (ao Caldas), conforme já referimos, o que nos permitiu conquistar espaço livre para prosseguir com a escavação, a partir de fins de Setembro.

Refeita a equipa anterior, retomámos os trabalhos no dia 27 de Setembro. Começámos por remover os elementos soltos para o prédio recém adquirido, dispondo as peças de menores dimensões na antiga garagem e as de maiores dimensões no jardim (neste momento já adaptado a logradouro).

A transferência dos materiais ocupou-nos até ao dia 9 de Outubro. A partir do dia 11 iniciámos a remoção das terras que enchiam o logradouro do prédio demolido, e que preenchiam o desnível entre as Ruas da Saudade e de S. Mamede.

Entretanto desmontámos os fustes das colunas que seguravam a arcaria da loja do prédio e que se encontravam montadas em bases de alvenaria assentes sobre a *orhestra*. Estas bases não foram, de momento, demolidas, porque as aproveitámos para suporte dos prumos de sustentação da cobertura de zinco que a C. M. L. mandou fazer para protecção das minas.

A terraplanagem para início da escavação ocupou-nos até ao dia 20. Iniciámos então a limpeza de todo o recinto limitado pelas paredes exteriores, uma parte do qual ainda se encontrava coberto com areia e outra ainda não havia sido escavada (continuámos a poupar o compartimento com saída pelo 4-B da Rua de S. Mamede, ainda não desocupado na altura).

Esta limpeza que integrou a sondagem feita pelo Prof. D. Fernando de Almeida no conjunto agora escavado, pôs a descoberto um sector da *orchestra* e das duas primeiras bancadas. A *orchestra*, ao nível dos embasamentos do *proscanium* e da primeira bancada, era revestida dum pavimento formado por placas de mármore cinzento azulado e rosa, e que ainda restam alguns fragmentos, notando-se, com nitidez, o negativo das que haviam sido arrancadas. Pena é que este pavimento se encontre rebentado no ângulo inferior, direito, no local onde assentava um dos Silenos. De mistura com o entulho, principalmente nas zonas ainda não remexidas, apareceu cerâmica abundante (porém em menor quantidade do que na zona do palco e *proscanium*) e uma moeda de bronze de Constantino.

Como levámos a escavação até à parede *a-c* (que é anterior, mas foi integrada no prédio agora demolido), verificou-se que esta espessa parede foi construída sobre as bancadas e que estas conservam ainda, nesta secção, o seu revestimento de silharia. A superfície da argamassa que constitui a infra-estrutura das bancadas, nota-se, com frequência, os negativos das silharias arrancadas.

A partir de 11 de Novembro, tendo já sido efectuada a transferência do guarda, pudemos prosseguir com a escavação do logradouro, a partir da linha da parede *b-d*. Logo de início, junto do ângulo *d*, começou a aparecer uma grande cantaria que depois de posta a descoberto vimos tratar-se do remanescente duma rocha de urgeiro nativa, donde foi extraída a pedra para a construção do Teatro (ainda se nota, à superfície, os negativos das cantarias arrancadas e uma delas, apesar de preparada, não chegou a ser arrancada). Esta rocha, depois de ter fornecido a matéria-prima para a construção do Teatro, foi ela própria, nele integrada.

A medida que fomos prosseguindo com a escavação, no sentido da base menor do trapézio que formava o logradouro do prédio, fomos, progressivamente, demolindo o paredão de suporte daquele (voltado à Rua de S. Mamede). Os alicerces deste paredão eram constituídos por uma larga sapata onde, igualmente, foram integrados grande número de elementos pertencentes ao Teatro. Logo de início, foi posto a descoberto novo pilar do palco (*d*) e, entre este e o seguinte (*e*), muitos elementos do Teatro se encontravam dispostos. Nos entulhos continuaram a aparecer, em abundância, tijolos, telhas, fragmentos de potes, etc. As *lucernae* e *tegulae* continuaram a registar-se mas, como anteriormente, em maior abundância, ao longo da zona do palco confinante com o *proscanium*. A partir do pilar *e* e até ao encontro da plataforma de silharia que formava o embasamento da abóbada do *vomitorium*,

muitos outros elementos foram retirados da mesma sapata. Entre os pilares *d* e *e*, deitado sobre o pavimento de *opus signinum*, foi retirado um fragmento de *hermae* já com a parte superior quebrada.

Enquanto esperávamos a demolição da casa do guarda prosseguimos com a escavação até ao limite do passeio da Rua de S. Mamede o que permitiu pôr a descoberto toda uma fileira de pilares paralela à primeira e pôr inteiramente a descoberto a bacia circular forrada de *opus signinum* que começara a delinear-se na 1.^a fase dos trabalhos. Aproveitámos também esta espera para desentulhar o poço de sondagem a que nos referimos. O entulho retirado deste poço, ainda que contivesse alguma cerâmica romana (o que se explica por ter sido cheio com terras das imediações) continua, também, boa porção de fragmentos de cerâmica mais recente. Ainda levámos o seu desentulhamento a uma profundidade de cerca de 5 m, mas desistimos de prosseguir com este trabalho que, a partir de certa altura, se nos apresentou despido de interesse, pois se o terreno continuava solto, apresentava-se sem vestígios e com um elevado grau de humidade. Ficou-nos, porém, dúvidas quanto ao significado desta escavação: tratar-se-ia duma sondagem para a construção dum poço, ou antes, o que nos parece mais aceitável, uma sondagem à procura de terreno firme onde assentassem os alicerces do prédio?

Uma vez concluídos os trabalhos de demolição da dependência reservada ao guarda, prosseguimos com a demolição dos muros de suporte do logradouro, na junção das duas ruas, donde retirámos duas cantarias pertencentes ao Teatro.

Procedemos à remoção das terras superficiais para preparar o terreno para a nova fase de escavação que iniciámos a partir do dia 12, tendo, desde logo, começado a aparecer grande quantidade de cerâmica. No prolongamento do *proscanium*, antes ainda de atingirmos o nível inferior, começou a aflorar uma construção em silharia que vimos, depois de a termos descoberto completamente, tratar-se do embasamento das paredes do *vomitorium*. Como os alicerces da muralha do logradouro, voltada a S. Mamede, na sua fase terminal, integrara a plataforma em silharia referida, os trabalhos de desobstrução daqueles alicerces naquela zona, tiveram de ser morosos, para em nada prejudicarem aquela parte das ruínas. Entretanto fomos recolhendo mais algumas peças integradas nos alicerces (silharias esquadriadas ou com ressalto para encaixe, tambores de colunas, capitéis, etc.). Só a 19 de Janeiro demos por concluída a demolição dos alicerces do paredão do logradouro.

Ao procedermos à demolição duma parcela da parede do logradouro, que dá para a Rua da Saudade (por uma questão de segurança só demolimos completamente uma pequena secção) pusemos a descoberto o início de duas bancadas que devem pertencer a *media caeva*.

Acertámos o talude formado pela escavação do lado da Rua de S. Mamede, continuando a aparecer nesta secção cerâmica em grande abundância. Devido à mistura e desagregação desta, o terreno, ao longo do palco, apresentava-se avermelhado.

Só a 6 de Fevereiro foi possível iniciar a demolição do compartimento com saída pelo n.º 4-B da Rua de S. Mamede, pois só então foi entregue ao Município aquele compartimento. Enquanto a equipa das escavações procedia à sua demolição, limitámo-nos a acompanhar os trabalhos e a recolher os elementos do Teatro incorporados nas paredes. Depois de removidos estes elementos para o n.º 3-B da Rua de S. Mamede, procedemos ao desentulhamento das terras sobre que assentava aquele compartimento. A remoção das terras ocupou o pessoal até 23 de Fevereiro. Dos entulhos e alicerces foram retirados vários elementos, a que se juntaram os dois fustes de colunas que serviam de suporte da arcaria do prédio demolido e que, por se encontrarem embebidos nas paredes desta dependência, só agora puderam ser removidos.

A partir do dia 24 passámos a proceder à limpeza das ruínas subjacentes àquele compartimento e que correspondiam a grande parte da *orchestra*, do *proscenium* e do *pulpitum*. O pavimento da *orchestra*, posto agora a descoberto, também apresentava uma ou outra placa de mármore de revestimento primitivo ou, na falta dele, o negativo das mesmas. Numa pequena secção, sob um dos fustes de coluna que sustentavam a arcaria, este pavimento encontrava-se rebentado e, na cavidade aberta, foi introduzido um capital, envolvido em rijo maçame, que formava a base daquele fuste. Depois de retirarmos o capitel e desfeita a argamassa que o envolvia, mandámos encher a cavidade com terra fina até ao nível do pavimento da *orchestra*.

Retomámos então os trabalhos de desobstrução dos alicerces da parede *a-c*, na secção correspondente ao compartimento agora demolido. Com a demolição destes alicerces, onde se incorporavam muitos elementos do Teatro, foram postos a descoberto mais três grupos de pilares do palco (*Pl. I*, a preto, *aa'*, *gg'* e *hh'*). A demolição destes alicerces ocupou-nos até ao dia 23 de Março.

A 9 de Maio iniciámos uma sondagem num logradouro junto do prédio n.º 26 da Rua da Saudade. A 30 cm de profundidade, no dia 18, começaram a aparecer vestígios de ruínas que continuaram a ser postas a descoberto até ao dia 30 de Junho, data em que suspendemos os trabalhos. As ruínas postas a descoberto durante esta sondagem são, por enquanto, indistintas. Mandámos fazer um tapume de protecção que estava pronto no dia 4 de Julho.

3.º) *Remoção e inventariação dos elementos soltos recolhidos* — Ao construírem o prédio n.º 2, 4 e 4-B da Rua de S. Mamede (ao Caldas), os artifices desmorraram os elementos de cantaria (silhares, fustes, bases e capitéis de colunas, etc.) para os incorporar nos alicerces e paredes do novo prédio; os que não foram utilizados ficaram dispersos no local onde, à medida que a escavação vai prosseguindo, vão sendo recuperados de entre os entulhos. Apenas a infra-estrutura e um ou outro elemento ficaram na sua posição primitiva e foi sobre ela que assentaram os alicerces do prédio referido.

Só uma parte dos elementos soltos recolhidos puderam ficar sobre as ruínas, a maior parte deles foi

transferida para o prédio n.º 3-B da Rua de S. Mamede, onde foram dispostos no logradouro e garagem daquela residência. Igualmente toda a cerâmica (*tegulae*, *imbrices*, *latera*, vasos, etc.), depois de devidamente lavada, foi arrumada numa das dependências da mesma residência.

Todos estes elementos foram devidamente registados no diário das escavações, segundo o número de ordem por que foram encontrados. Este mesmo número figura numa etiqueta que é colado em cada uma das peças. Apesar de, no caso que estamos a tratar, a posição relativa dos vários elementos não ter uma importância de considerar, sempre que nos pareceu que este pudesse ter qualquer significado, procurámos registar a posição relativa por meio de «croquis» auxiliares. Todas as fases de escavação foram também minuciosamente fotografadas e foram filmados três momentos dos trabalhos.

Posteriormente, em resposta a um pedido, dirigido pela Presidência da C. M. L. ao Ex.^{mo} Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes (Ofício n.º 166-P de 8 de Junho de 1967), de classificação do imóvel como valor concelhio e definição da respectiva zona especial de protecção, aquela Direcção, em ofício datado de 1 de Setembro do mesmo ano, transmite o seguinte parecer da 1.ª Subsecção da 2.ª Secção da Junta Nacional da Educação homologado por despacho ministerial:

«.....
Deve ser dada a maior protecção que a lei permite às ruínas do Teatro Romano, situadas no centro da cidade de Lisboa e únicas no País, não só pela sua raridade, como ainda por pertencerem a um período de muito interesse para a história da Nação.

Considerando o que já está revelado e o que certamente virá a surgir e a elas pertencente ou com elas relacionado, devem as ruínas ser consideradas imóvel de interesse público e não simplesmente valor concelhio.

As ruínas deverá ser atribuída uma zona de protecção, pelo menos, de 50 metros em torno do seu perímetro.

.....»

Efectivamente, o Decreto n.º 47 984, publicado no *Diário do Governo* n.º 233, I Série, de 6 de Outubro de 1967, artigo 2.º, classifica, como *imóvel de interesse público*, as «Ruínas do teatro romano dedicado a Nero, situado na Rua de S. Mamede, ao Caldas, em Lisboa».

E, por Portaria de 28 de Fevereiro de 1969, publicada no *Diário do Governo* n.º 71, II Série, de 21 de Março de 1969, foi fixado o perímetro de protecção das mesmas Ruínas.

NOTAS

(¹) Coloquei entre chavetas a parte da inscrição reconstituída por Luís António de Azevedo à custa de pequenos fragmentos dispersos e que, por isso, se deve considerar conjectural.

(²) João Vidal da Costa e Sousa, in *Memórias da Academia* (1798) e Suplemento n.º 28 à *Gazeta de Lisboa*, de 7 de Julho de 1798.

IRISALVA MOITA

BIBLIOGRAFIA

- Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas, *Monumento que se achou nas ruínas da parte do sul do convento dos Loios em Lisboa*, pasta s/n.º com inscrições lapidárias — Biblioteca Pública de Évora.
- Luís António de Azevedo, in *Suplemento à Gazeta de Lisboa*, de 9 de Fevereiro de 1799.
- Idem, *Dissertação critico-filológico-histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e atendíveis circunstâncias, da erecção do Tablado e Orquestra do antigo Theatro Romano, descoberto na escavação da Rua de S. Mamede perto do Castello desta Cidade, com a intelligencia da sua Inscripção em honra de Nero, e noticia instructiva d'outras Memórias alli mesmo achadas, e atêgora apparecidas*, Lisboa, 1815.
- Manuscritos inéditos de José Valentim de Freitas (desaparecidos) que Júlio de Castilho consultou no Arquivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses e, em parte, transcreve («Lisboa Antiga», vol. I, Cap. XIII).
- J. Baptista de Castro, *Mapa de Portugal*, 2.ª ed., tomo III, parte V, revista e acrescentada por Manuel Bernardes Branco, Lx, 1870.
- E. Hubner, *Noticias Archeológicas de Portugal*, 1871.
- Pedro de Azevedo, in «O Arq. Port.», vol. IV, pág. 311. Transcreve as notícias publicadas no «Dicionário» do P.º Luís Cardoso referentes ao Teatro.
- Idem, *O Teatro Romano de Lisboa, segundo um viajante sueco*, in «O Arq. Port.», vol. XII, pág. 102, 1907 (nota extraída do «Diário de Noticias» de 29 de Dezembro de 1906).
- Rocha Martins, *Um Teatro Romano na Rua de S. Mamede*, in «Ilustração Portuguesa», 2.ª série, n.º 29, de 10 de Setembro de 1906, págs. 185-190.
- Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga*, 2.ª parte, Bairros Orientais, vol. I, Cap. XIII, 2.ª ed., 1935. Com notas de Vieira da Silva.
- J. Leite de Vasconcelos, *Lisboa Antiga (Da Idade da Pedra à Reconquista Cristã)*, Lx, 1937.
- A. Vieira da Silva, *A Cerca Moura de Lisboa*, pág. 9, Lx, 1939.
- Idem, *Epigrafiça de Olisipo*, Lx, 1944.
- Idem, *Lisboa Romana*, in «Lisboa — Oito Séculos de História», pág. 71, 1947.
- Raul Proença, *Guia de Portugal*, vol. I, págs. 189 e 273.
- Cassiano Branco, *É possível reconstruir o teatro romano que existiu em S. Mamede, ao Caldas*, in «Diário de Lisboa», de 25 de Junho de 1960.

- Idem, *As ruínas de um teatro romano de Nero na Rua de S. Mamede, ao Caldas, devem ser desenterradas e conservadas cuidadosamente*, in «O Século» de 19 de Junho de 1960.
- Fernando de Almeida, *Noticias sobre o Teatro de Nero em Lisboa*, in «Lycerna», vol. V, Porto, 1966.

Algumas notícias anónimas publicadas na imprensa diária:

- *Um teatro romano descoberto na Rua de S. Mamede ao Caldas*, in «Jornal de Letras e Artes», de 16 de Dezembro de 1964.
- *Esta Lisboa Romana! Falta na cidade um Museu próprio que reúna e classifique todo o seu espólio romano*, in «Diário de Notícias» de 14 de Fevereiro de 1965.
- *Apareceu já parte da bancada da orquestra e do frosónio do teatro romano de Nero na Rua de S. Mamede, ao Caldas*, in «O Século» de 17 de Fevereiro de 1965.
- *Esteve soterrado por duas vezes o teatro romano de Nero na Rua de S. Mamede, ao Caldas*, in «Diário Populares» de 19 de Fevereiro de 1965.
- *Ruínas Eternas — Por iniciativa do Município as ruínas do teatro romano junto da Rua de S. Mamede ao Caldas vão ser postas a descoberto*, in «O Século» de 23 de Março de 1965. Etc.

E ainda:

A documentação reunida no *Processo Privativo n.º 175/1960* da Repartição de Bibliotecas, Museus e Arquivos da C. M. L.

ESTAMPAS

- Estampa I* — 1 — Prédio n.º 2 a 4-B da Rua de S. Mamede que corresponde à zona actualmente escavada.
- 2 — Aspecto do piso térreo do mesmo prédio depois da sondagem praticada pelo Prof. D. Fernando de Almeida.
- Estampa II* — 3 e 4 — Recuperação de elementos do Teatro durante a fase de demolição (pisos superiores).
- Estampas III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII* — Aspectos da recuperação de elementos do Teatro durante a fase da escavação — 5, 6, 7 e 8 — Desobstrução de elementos do Teatro incorporados nos alicerces da parede b-d, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 — Desobstrução de elementos do Teatro incorporados nos alicerces da parede a-b. 15 — Aspecto das ruínas ao iniciar-se o segundo período das escavações. 16 e 17 — Desobstrução de elementos do Teatro incorporados nos alicerces do paredão do logradouro (voltado à Rua de S. Mamede). 18 — Embasamento de silharia de um dos vomitoria que se encontrava, em grande parte, incorporado no paredão anterior. 19 — Aspecto do sector correspondente ao compartimento n.º 4-B da Rua de S. Mamede, depois da demolição do mesmo. Dois dos fustes de colunas que sustentavam a arcaria do rés-do-chão encontravam-se incorporados nas suas paredes. 20, 21, 22, 23 e 24 — Desobstrução dos elementos do Teatro incorporados nos alicerces da parede a-b (secção correspondente ao compartimento 4-B da Rua de S. Mamede).
- Estampa XIII* — 25 — Argumas das moedas recolhidas. 26 — Fragmentos de *luernae*. 27 — Fragmentos do friso das musas com inscrição em caracteres gregos.
- Estampas XIV e XV* — Aspectos parcelares das ruínas depois de terminados os trabalhos da escavação.



1

2



3



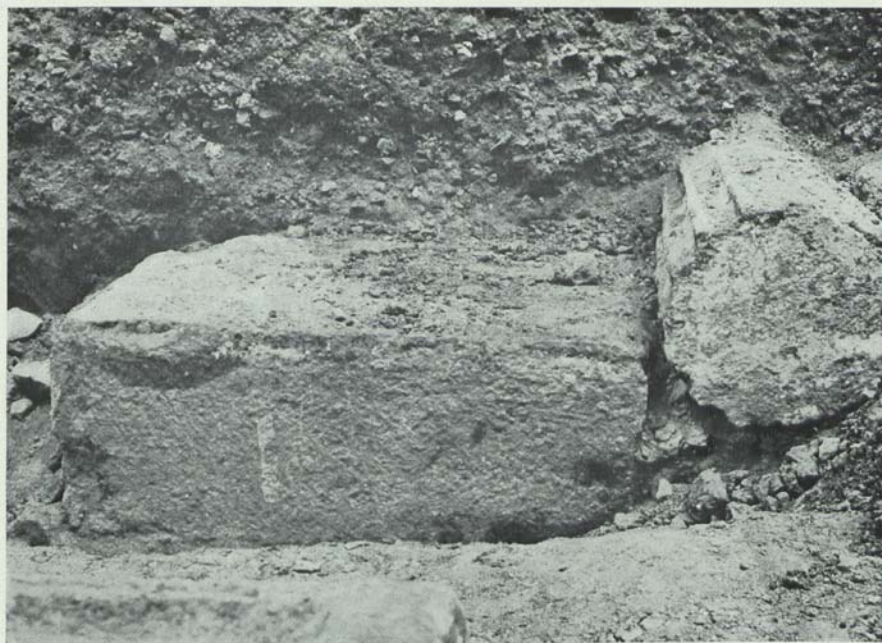
4



5



6

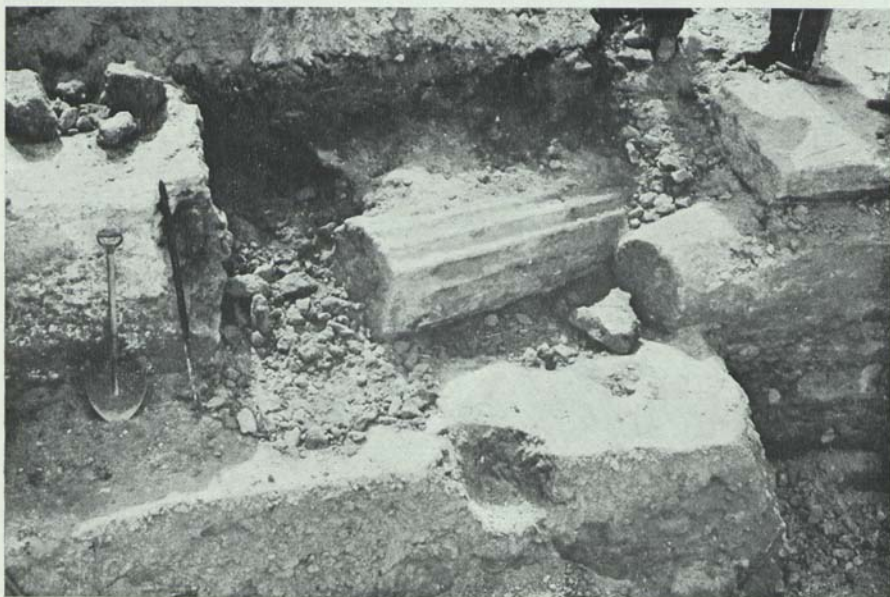


25

7



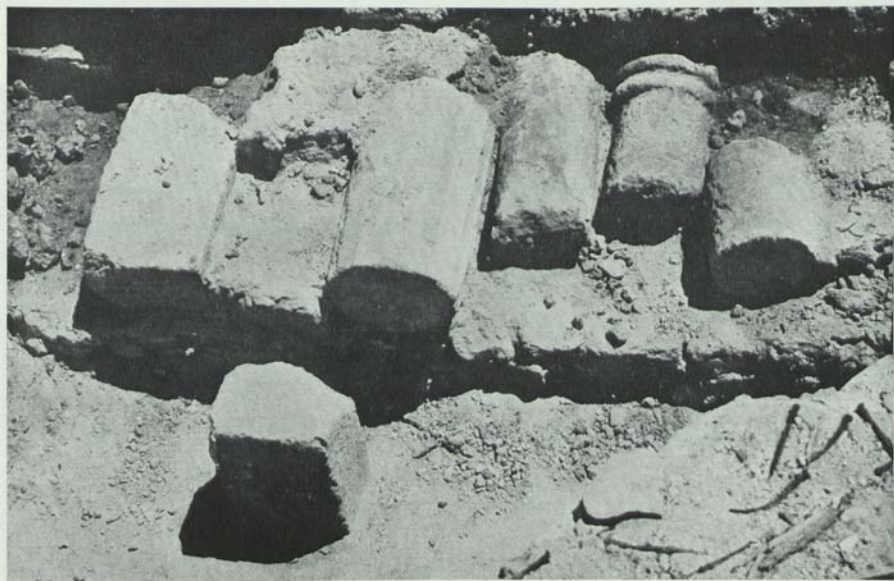
8



9



10



11



12





15



16



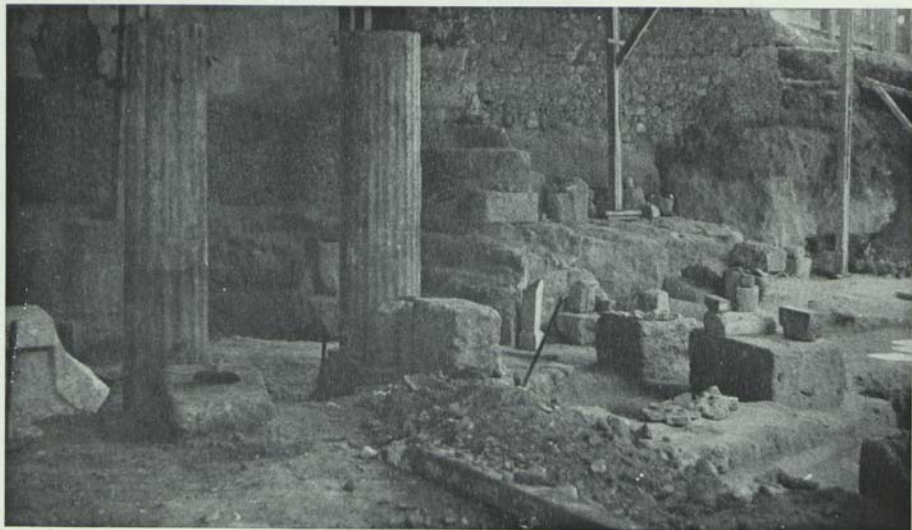
30



17

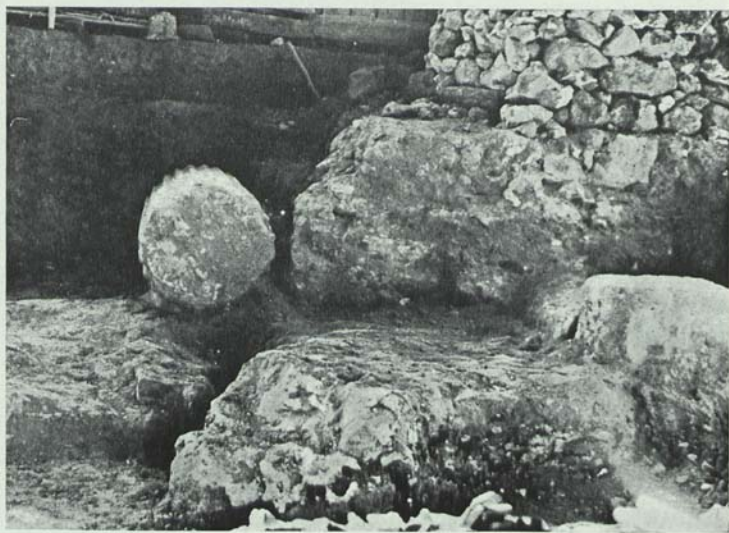


18

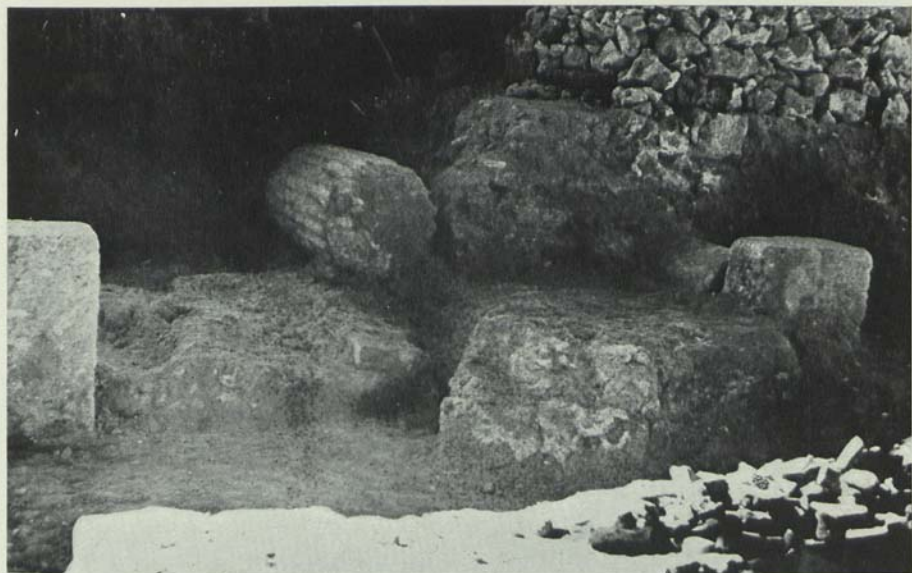


19

20



32



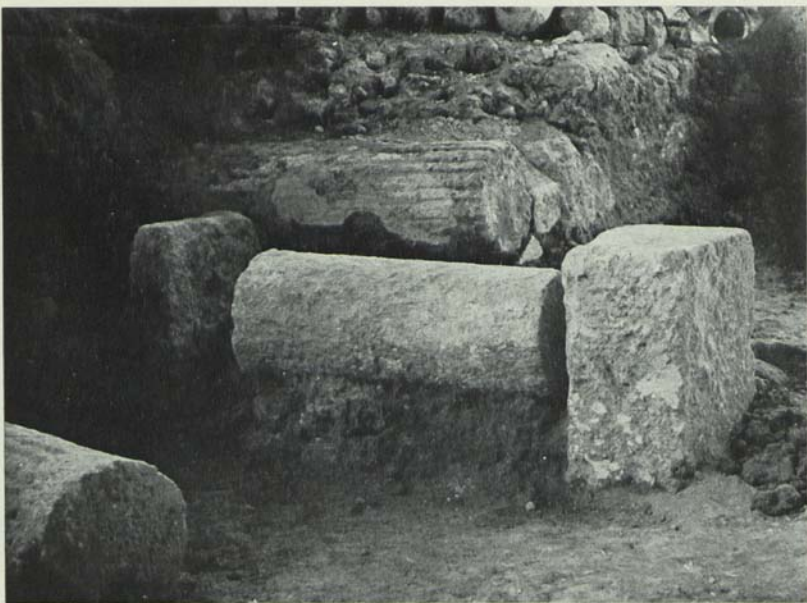
21

22



33

23

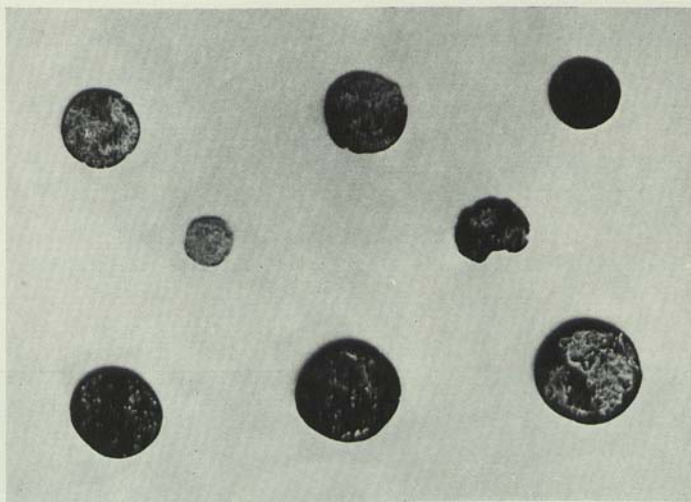


24



34

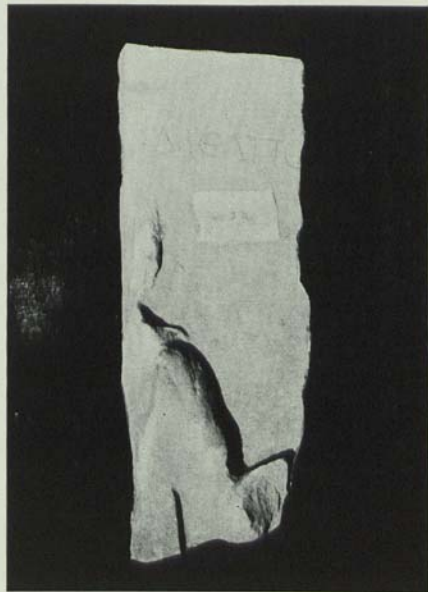
25



26



27



35







CONTRASTES SANITARIOS-IV

1959 - 1969

IMPERATIVO DUMA OBRA DO MUNICÍPIO DE LISBOA

Por ARNALDO FALLÉ DE SOUSA QUENTAL

INSALUBRIDADE DA VIA PÚBLICA

EXTENSIVA AO AMBIENTE HABITACIONAL

«A força de medidas higiénicas é possível viver-se numa cidade sem que a morte nos imponha excessos de cifras obituárias.»

Dever-se-á, contudo, ter presente que «*A saneabilidade urbana terá por base a destruição dos focos pútridos, um dos meios da guerra de extermínio de bactérias.*»

Precisamente, as valas de esgoto «a céu aberto», quanto aos seus inconvenientes e urgência de adequada saneabilidade local, constituem bem definido e não raro exemplo de tais focos.

Deste tipo de factor de insalubridade, são de citar, por ordem crescente da extensão do inconveniente em causa, alguns casos que cessaram já e se localizavam como se discriminam: um, na Rua Antero de Figueiredo (traseiras da Avenida de Roma), que corria a poucos metros do mercado de levante localizado em frente desta artéria e da Rua Bulhão Pato, outro, na Avenida de Ceuta, a escassos metros do Viaduto Duarte Pacheco, o terceiro, no «Bairro Chinês» (Quinta do Marquês de Abrantes), em Marvila, e, por último, o de maiores dimensões e importância, o Caneiro de Alcântara.

O *Caneiro de Alcântara*, tem, de longa data, sido referenciado em publicações notáveis, por exemplo «A Ribeira de Lisboa», de Júlio de Castilho, descrição histórica da margem do Tejo, a cujas páginas 72 e seguintes, do Capítulo VI, volume III, se encontra, «a propósito do Paço da Ribeira, o pouco conhecido Paço de Alcântara, o que eram no princípio do século XVII os Sítios de Alcântara».

«Quem lê a Relação métrica descritiva da Lisboa de 1626, dá com um quadrinho bucólico dos sítios de Alcântara, diversísimos então do que são hoje:

«..... a ponte de Alcântara
sobre uma fresca ribeira,
cujas cristalinas águas
por entre montes e serras

vê correndo brandamente,
como escutando de veras
as cantigas que ali cantam
as rústicas lavadeiras.»

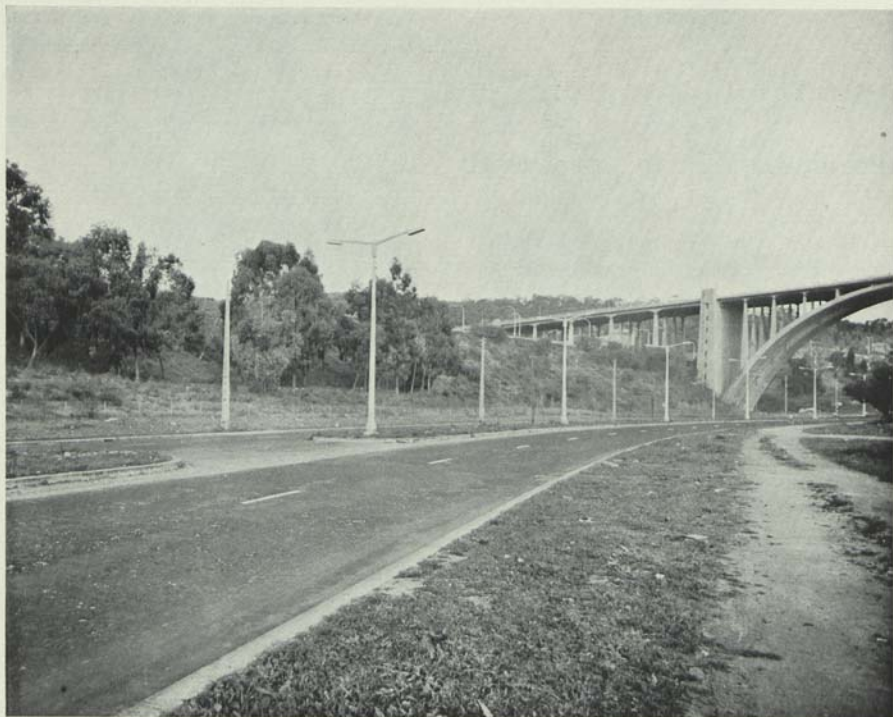
«Por esta singela amostra se está percebendo risonha aquela paragem hoje carrancuda, atravancada, e bulhenta; êrmo afastado então dos centros de Lisboa, bom para banhos, com muita largueza, muita verdura, a vizinhança da serra de Monsanto, em suma: um conjunto de qualidades recomendáveis em residência de verão.»

«Era pois neste torrão ameno, e justamente apreciado, que se erguia, a mesquinha distância do Tejo, sem edificações que a afrontassem, e um tanto desviada da margem do rio Alcântara, a casa suburbana onde os nossos Soberanos costumavam recrear-se.»

«Tantos atractivos namoraram as vontades da dinastia de Bragança, e fizeram com que esses senhores habitassem por várias ocasiões nos seus paços de Alcântara, apesar de algumas apreensões que atribuíam a tais lugares menos boa reputação no capítulo salubridade.»

«Em Janeiro de 1644 chegou aos ouvidos de El-Rei D. João IV que um seu vizinho, Desembargador do Paço e Conselheiro, António Coelho de Carvalho, proprietário de uma quinta-rola à margem do ribeiro de Alcântara, fizera por ali tropelias com que o povo desadorava; por exemplo: tinha tapado de pedra e cal um caminho tido e havido por logradouro público e serventia de outras fazendas; tinha mandado fincar estacaria vedando também terrenos reputados comuns.»

«El-rei escreveu à Câmara em 27 daquele mês a ordenar-lhe se informasse e o informasse.»



Troço da Avenida de Ceuta, liberto já do foco de insalubridade que a Vila Pouca constituiu, quando existente, junto do viaduto

«Passou tempo, mas ignoro a consulta da Vereação. Três anos andados, volta o Rei à carga, e escreve em 18 de Agosto de 1647»:

«Os moradores do lugar de Alcântara se me têm queixado que, sendo aquele sítio muito sadio, de alguns anos a esta parte há nele graves doenças, por causa do dr. António Coelho de Carvalho tomar as águas do rio, que corre pelo dito lugar, para regar a sua quinta, e secar com isso o rio, e dos bafores dele e da água que fica encharcada se originarem as doenças referidas; e porque é justo acudir a semelhante queixa, o Senado da Câmara, ouvindo o mesmo António Coelho de Carvalho, e fazendo as vistorias que

convierem para tomar inteiro conhecimento deste negócio, me consulte logo o que sobre ele lhe parecer, pela Secretaria do Expediente».

«Com efeito a Câmara foi examinar o sítio, e projectou uma obra custosa, como foi mudar o leito do ribeiro; isso originou nova representação do público».

Sobressai, pois, já em 1644, do mesmo trecho de Lisboa, uma alusão à salubridade do considerado local, prejudicado pelo Ribeiro de Alcântara.

Mais tarde, como a seguir se indica, o caneiro de Alcântara é palco de outro acontecimento histórico, lançamento da primeira pedra para a construção da muralha do Porto de Lisboa, decisivo não só para a glória desta Cidade e por utilidade comum, concluída a execução do respectivo projecto, como pelas conveniências sanitárias resultantes; tanto se transcreve conforme o texto do autor: «Em 31 de Outubro de 1887, dia de anos de El-Rei D. Luís, por volta das quatro horas da tarde, terminado o cortejo de gala no

Paço da Ajuda, dirigiu-se a Família Real em grande estado até ao caneiro de Alcântara onde ia ser a inauguração.

El-Rei puxando o cordão de uma alavanca fez cair ao rio a primeira pedra para a enrocação da muralha».

Progride o tempo e Lisboa povoa-se sempre, chegando as construções prediais às proximidades do Caneiro de Alcântara.

Esta zona distanciada, relativamente, do centro da Cidade subsiste, todavia, com características próprias.

Nasce a dado momento o bairro da Liberdade, junto das ogivas do Aqueduto das Águas Livres, modificando-se a panorâmica local, com evidente deslustre e natural ironia, frente à grandiosidade de tão histórico empreendimento sanitário.

Mercê de frustradas tentativas de urbanização, pontes em alvenaria, ao modo antigo, mas de estilo semelhante, construídas sobre abóbadas e dando passagem às águas do caneiro, localizaram-se em sítios diferentes ao longo do seu

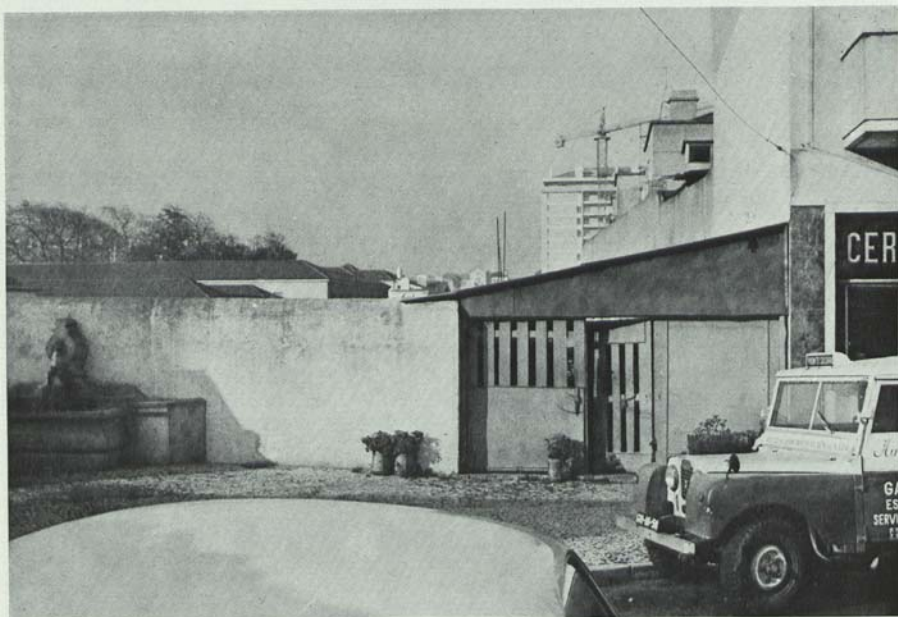
Bairro misto de agregados de barracas, tipo das dos «bairros de lata», e modestas construções de alvenaria. O actual pavimento de basalto eliminou inúmeros factores de insalubridade que afectavam o local, repercutindo-se ao ambiente habitacional, já de si precário



extenso curso dentro de Lisboa, entre as portas de Benfica e Alcântara, conforme documentação fotográfica recolhida.

Nos últimos anos a urbanização evolui, acentuadamente, na cidade; os concelhos de Lisboa e Oeiras estreitam a sua continuidade e regista-se aumento dos malefícios resultantes da vida urbana, através das águas provenientes quer dos usos domésticos, quer dos usos industriais, factores de agressividade patológica para os agregados familiares vizinhos das condutas de esgoto «a céu aberto», mais ou menos pronunciadas que sejam nos seus caudais de águas negras, excrementícias ou mistas, pelo que constituem de inevitável veículo de germes microbianos e sortidas imundícias, de perigosíssima acção no ambiente público, com profusão e consequências geralmente extensas, de que o menor mal será o incómodo do cheiro pútrido, que se dissemina pelo espaço e atinge habitações, definindo, afirmativamente, multiplicação microbiana e ferment-

*Avenida Conselheiro Barjona de Freitas:
Ao lado do estabelecimento de cervejaria,
n.º 6-B, entre este e o marco fontenário
ali existente, tem agora acesso, pelo por-
tão gradeado, de madeira, o local cujo
pavimento perfeitamente regular tem de-
baixo de si o novo colector, em substi-
tuição da larga e funda vala de esgoto
que correu a esse nível durante imensos
anos*



tações em actividade, não menos sendo de referir os mosquitos, moscas e outros insectos, bem assim os ratos dos esgotos, atendendo aos inconvenientes que por si sós constituem e por veicularem múltiplos agentes causais de doenças.

O Município de Lisboa apercebe-se da urgência de eliminar o Caneiro de Alcântara e promove, activamente, os respectivos trabalhos de construção dum colector necessário, para em condições próprias substituir a função precária daquele. Do seu custo, dificuldades havidas, natureza, morosidade da obra e seus reais benefícios, algo se conclui observando algumas fotografias apresentadas, que as legendas correspondentes e o discurso proferido, quando da inauguração da lápida, assinalando a conclusão do mencionado melhoramento urbano, mais esclarecem.

Da precisa e oportuna interpretação de factos como os presentes, do mérito, das diligências e persistência do Município, cujo pesadíssimo encargo sòmente será compensado pela consciência da sua superior Administração perante os perigos que eram uma ameaça crescente para a população da cidade e obra inadiável a executar, a todo o transe, qualquer que fosse o seu custo, inferior sempre ao inestimável valor das muitas vidas humanas ameaçadas, são as notícias publicadas no «Século» do dia 6 de Janeiro de 1968, reportando-se a um acontecimento da véspera, uma das muitas pedras de toque da invulgar autoridade Administrativa, visão ampla e inteligência fulgurante, sempre assinaladas no incomensurável «curriculum vitae» de Sua Excelência o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

«Inaugurou-se uma lápida comemorativa da conclusão da cobertura da Ribeira de Alcântara.»

Numa cerimónia simples, mas de grande significado, efectuou-se ontem, junto da Estrada Militar, entre as Portas de Benfica e a Damaia, a inauguração de uma lápida comemorativa da conclusão da ribeira de Alcântara. Presidiu à cerimónia, em representação do sr. general França Borges, o sr. Aníbal David, vice-presidente de



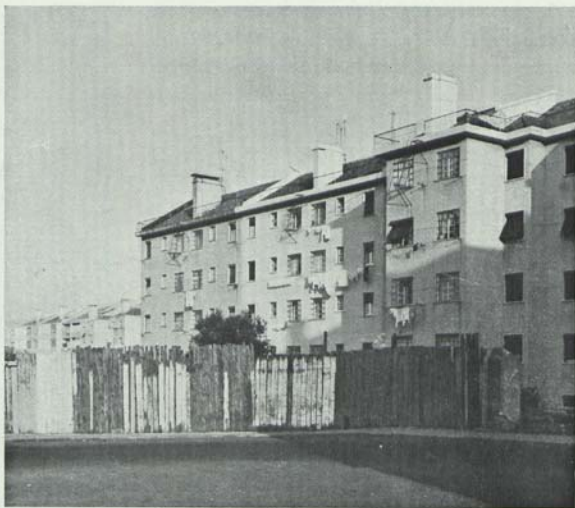
Aspecto actual da extensão de terreno que ocupa o local onde algum tempo antes existiu a vala de esgoto

Município, que, no uso da palavra, começou por dizer que aquela cerimónia comemorava «a data em que a obra da canalização da ribeira de Alcântara, no seu percurso através de Lisboa, atinge o limite do concelho e estabelece ligação com obra idêntica já realizada no concelho de Oeiras».

«Esta ribeira, de regime torrencial — acrescentou — tem origem um pouco para Norte de Falagueira, Carenque-Amadora, e vai desaguar no Tejo, próximo da estação marítima de Alcântara, depois de realizar um percurso de cerca de 11 quilómetros, 8,5 dos quais dentro da área da cidade».

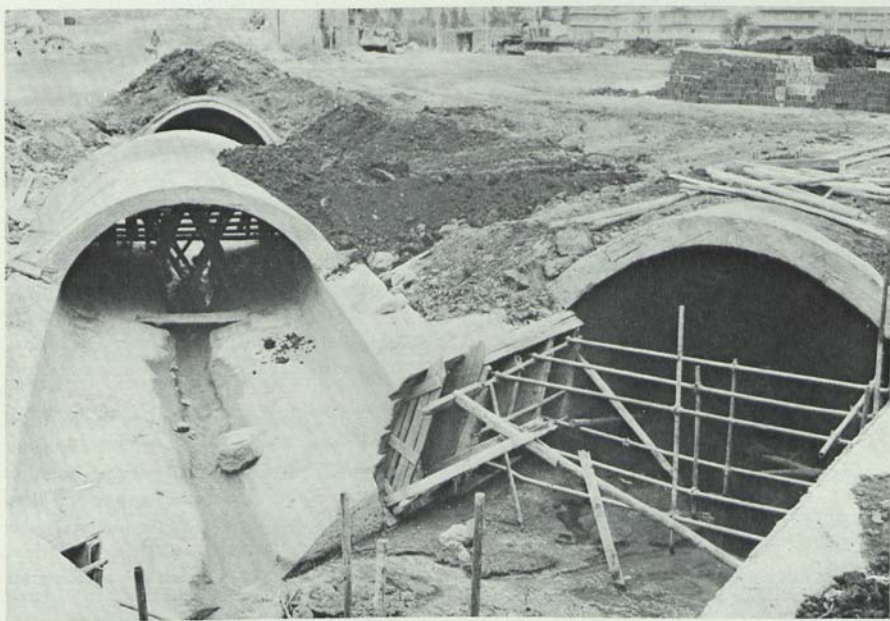
«Os primeiros trabalhos de canalização efectuados datam do início das obras do porto de Lisboa, há cerca de oitenta anos. Em consequência de sucessivas urbanizações efectuadas, as águas da ribeira de Alcântara, em especial para jusante do braço das Avenidas Novas, começaram a apresentar perigosos índices de contaminação, pelo que o popular caneiro de Alcântara passou

*Vedação dum terreno regularizado,
com acesso pela Estrada da Damaua,
onde correram abundantes águas ne-
gras, «a céu aberto»*



*O mesmo terreno que o tapume veda, vendo-se o muro que
o separa dos prédios referidos na figura anterior, repetidos
nesta imagem.*





Troço da obra de cobertura do Caneiro de Alcântara, entre a Av. Grão Vasco e as Portas de Benfica



Troço do Caneiro de Alcântara, em construção, junto da Av. Grão Vasco, a poucos metros da entrada principal do Parque Silva Porto e do mercado de Benfica. Permite apreciar as dimensões da secção do Caneiro se forem tomadas para termo comparativo as estaturas dos operários assinalados na gravura

a constituir sinónimo de laboratório de epidemias e de mal-estar para os habitantes de extensas áreas da cidade. O Município, com nítida compreensão da acuidade do problema, mandou estudar e executar, numa primeira fase de trabalhos, a canalização do troço compreendido entre as estações do caminho de ferro de Alcântara-Terra e de Campolide, numa extensão de 3 quilómetros, que se efectuaram entre 1944 e 1949 e importaram em 30 000 contos. Em face da obra, que atinge agora o seu termo, após doze anos de labor, em que se tornou necessário vencer não só as dificuldades inerentes a trabalhos desta natureza, mas também levar a efeito negociações geralmente morosas. Englobados nesta parte da obra construíram-se cerca de 5 quilómetros de colectores de grande secção e respectivos trabalhos complementares, com o que se despendeu aproximadamente 64 000 contos.

«Por fim, o senhor Dr. Alberto Gomes, que foi o último delegado de Saúde de Lisboa, procedeu ao descerramento da lápida comemorativa, que estava coberta pela bandeira municipal. O acto terminou com o hino da cidade».

No «Diário de Lisboa», jornal da tarde, do próprio dia da inauguração da mencionada lápida, a notícia destaca-se sob o título: «Foi hoje comemorada oficialmente — A «morte» do Caneiro de Alcântara».

Com efeito, o termo «Morte» poucas vezes terá sido aplicado com tanta extensão de significado como no presente caso, olhado o vulto da obra efectuada e a sua projecção, notável para a Higiene Urbana.

Do Caneiro de Alcântara, referido em escritos diversos, pôde-se, felizmente, reunir um conjunto de imagens fotográficas que identificam a sua justificada designação e antiguidade, trajectória e acidentes do seu leito, dimensões deste e volume do caudal nele comportável.

No decorrer da inauguração da Avenida Calouste Gulbenkian, Sua Excelência o Senhor Presidente da Câmara disse, quando discursava:

«... graças a Deus que foi possível terminar uma das maiores obras de saneamento da cidade em todos os tempos (cobertura do Caneiro de Alcântara), obra que ninguém vê, porque ficou coberta de terra. Mas aquelas famílias que passaram anos de sofrimento, com os quartos de seus filhos e as suas casas de jantar debruçados sobre o caneiro aberto, negro e infesto, essas jamais esquecerão esta obra.

Lembro-me do apelo angustiante feito pelas famílias de Benfica há alguns anos e estou tranquilo por, em nome da Câmara Municipal, ter dado completa satisfação aos seus justos queixumes».

Lápida comemorativa da conclusão da cobertura do Caneiro de Alcântara



INSALUBRIDADE LOCAL

POR GERAIS INSTALAÇÕES PRECÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE COMÉRCIO A RETALHO, ARMAZENAGEM OU ESTABELECIMENTOS INSALUBRES, INCÓMODOS, PERIGOSOS OU TÓXICOS, COM REPERCUSSÃO NA HIGIENE HABITACIONAL DAS EDIFICAÇÕES VIZINHAS

Na rubrica que define o presente capítulo, uma série de casos a seguir discriminados tem, pela sua concreta estrutura, o mais pleno cabimento. Dos mesmos casos e por igual ordem da sua apresentação, é feito um breve prefácio genérico, como elemento de identificação.

Seja um armazém, um estabelecimento comercial ou industrial estável, ou um simples local onde se exerça dada modalidade de comércio, designadamente o inerente aos mercados de levante (terreiro), três condições deverão sempre ser tidas em conta e constituirão o que poderá ser classificado de seu *tripé de actividade*: instalação, funcionamento e higiene, fundamentais, indissolúveis e interdependentes.

Dos estabelecimentos classificados oficialmente, segundo a relação das indústrias e comércios, têm especial lugar nesta referência aqueles que, em harmonia com legislação vigente, são tidos como insalubres, incómodos, perigosos e tóxicos, nos termos da Portaria 6065, de 30/3/1929 e mais legislação inerente.

Seguem-se, pois, neste apontamento técnico-sanitário, de alguns estabelecimentos dos grupos de classificação apresentados, fotografias, sumário da actividade exercida nos locais visados e inconvenientes verificados.

Da circular de 17/12/1942, da Direcção-Geral de Saúde, consta um conjunto de princí-

pios respeitantes a mercados municipais, sendo oportuno destacar os seguintes:

«As secções de maior importância na salubridade dum mercado são a do peixe (carne — a das aves) e, pelos lixos, a de hortaliças, uma e outra com igual importância sanitária».

«Toda a limpeza de mercados exige: remoção de produtos, varredura e lavagem», sendo certo que «quando o mercado se instala em terreiro, à moda velha, o problema higiénico do local resume-se quase a uma boa limpeza final, quando ainda sol alto, a venda cessa, os produtos retiram, as bancadas se arrumam. Então o terreiro seca e salubri-za-se».

É de notar, neste caso, a distância entre 17/12/1942 e 1969, pelo que diz respeito ao preocupante civismo do presente como elemento antagónico do «tripé de actividade».

Tanto parece aplicável ao actual mercado de levante de Benfica.

«Um mercado é elemento urbanístico, mas tem de entender-se que a sua localização, importância e características se subordinam à área populacional que serve. Não é um elemento primário da urbanização mas definido pelas necessidades e conveniências locais».

«Os mercados municipais são elemento de urbanização».

«Os mercados servem a um núcleo populacional que pode ser uma zona de uma cidade. Logo por isso a sua localização se define pela necessidade de um fácil acesso dos fregueses».

«Os projectos de mercados (em face da portaria n.º 8246, de 19 de Outubro de 1935) partem de uma premissa de localização».

«Mas a boa localização de um mercado municipal exige também a garantia de um acesso fácil e próprio dos produtos».

Apenas são referidos estes princípios basilares, em relação ao futuro mercado municipal da Casquilha, destinado a servir o agregado populacional da freguesia de Benfica, como razões justificativas da apresentação da fotografia da sua «maquette» e da exacta localização do mercado, que permitirão interpretar o nível de grandiosidade e encargo desta obra, trabalhosa já e de delongas na sua concepção, elaboração do projecto e relacionada concordância oficial das entidades com competência para sobre ele se pronunciarem.

O actual mercado de Benfica, que como o antigo tem o nome da freguesia, foi, transactivamente, motivo de algumas considerações. Este mercado faz-se, diariamente, na Avenida Grão Vasco, frente à entrada principal do Parque Silva Porto, embora a alguns metros de distância, próximo duma das vias de acesso ao novo bairro económico de Benfica, chamado Bairro de Santa Cruz e igualmente perto da Rua Emília das Neves. Na mesma Avenida e tornejando para a Estrada de Benfica situava-se o antigo mercado da mesma área, do qual restam os estabelecimentos da periferia, que só no final de 1957 foram beneficiados como careciam, sendo dotados com gaiuta de retrete privativa e água canalizada, em harmonia com as suas possibilidades de espaço.

Do futuro Mercado Municipal da freguesia em referência, dito da Casquilha, foi elaborado o necessário Caderno de encargos, para adjudicação da empreitada a fim da respectiva construção.

Aprovada a proposta para a empreitada indicada, por despacho de Sua Excelência o Senhor Presidente, de 23/7/1968, a construção em causa totaliza a despesa de cerca de 13 000 000\$00, sendo o prazo de execução da obra dezoito meses.

Além dos benefícios de salubridade com reconhecido interesse para as imediações e próprio local da extinta Travessa do Tarujo, hoje estratificação subjacente dum troço da Avenida Calouste Gulbenkian, tal sucessão de artérias urbanas, tão diferentes em seus significados, foi poderosa razão do vibrante discurso proferido por Sua Excelência o Senhor Presidente da Câmara, em Outubro de 1967, do qual se transcrevem os trechos seguintes:

«Assiste V. Ex.^a Senhor Presidente da República, ao aparecimento duma nova avenida na história da cidade de Lisboa. É bonita, moderna, bem traçada e plena de utilidade».

«Ao vê-la ordenada, limpa e ampla, hoje ajardinada e amanhã florida, em procura do velho Aqueduto e do Parque Florestal de Monsanto, parece que sempre foi assim este local e já ninguém dá conta da encosta acidentada e irregular com terras de cultivo, nem das quintas e bairros, sebes e muros de vedação que lhe concediam uma característica rural, com aglomerados de casas modestas de aldeia».

«Juntamente com Alcântara, a zona de Campolide constituía as traseiras da cidade, zona abandonada, desordenada, pobre. Dum dia para o outro esses bairros esquecidos, passaram ao primeiro plano das preocupações da administração porque são indispensáveis ao progresso da Cidade de Lisboa.

Ninguém avalia o aspecto revoltado e caótico porque passou esta extensa área, até que na avenida elegante, fácil e segura se pudessem desfaldar, em sinal de alegria, as Bandeiras da Nação e da Cidade.

Logo de entrada, houve que destruir todo um muro com dependências agrícolas, azinhagas, barracas, muros e casas; foi preciso comprar todo o bairro do Tarujo e realojar



Futuro mercado da Casquilha, a construir na extensa área de terreno que se mostra vedado com redne e corresponde à dimensão linear da Rua Emilia das Neves, Rua João Frederico Ludovice, desde os n.ºs de policia 2-2-B e 2-C até aos n.ºs 12 e 12-D da mesma rua, a uma zona de terreno que medeia entre a vedação e o Bairro de Santa Cruz e, por último, à Avenida Grão Vasco, parcialmente, como bem se prevê

as famílias que, em enxame, nele habitavam. «Houve que inutilizar parte da Calçada dos Mestres e alguns prédios do bairro social». Desbarataram-se volumes consideráveis de camada rochosa e demoliu-se o bairro da Ribeira de Alcântara de que restou por algum tempo o letreiro toponímico, por sua vez sepultado no entulho».

«O Município não tirará desta obra nenhum benefício em dinheiro. A sua finalidade é de pura ordem moral e visando apenas facilitar o trânsito geral da cidade».

«Sobre a velha Rua de Campolide construiu-se um viaduto que assegura à nova avenida um percurso sem cruzamentos, em toda a sua extensão.

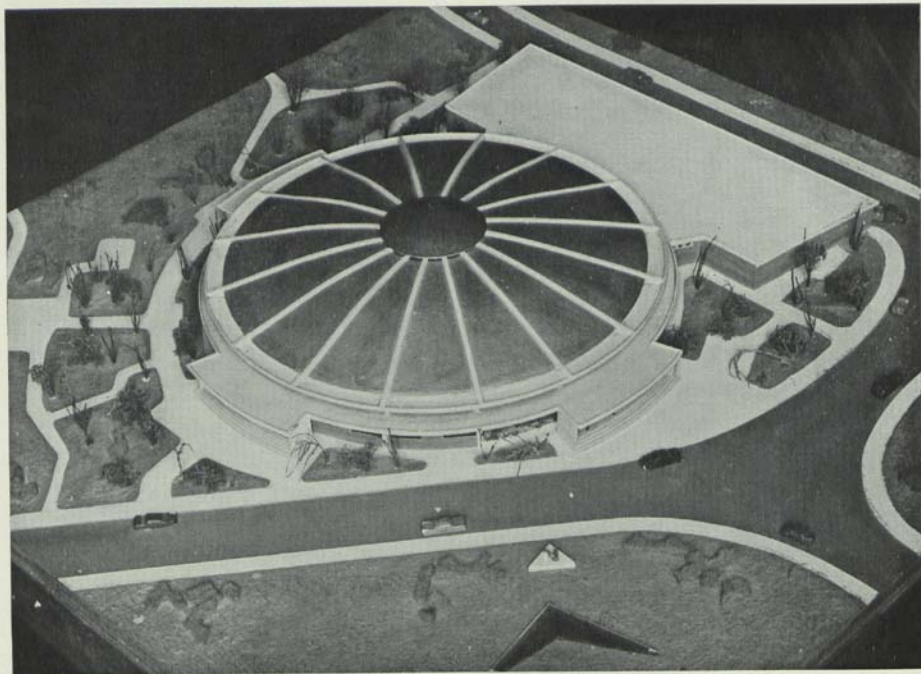
O volume das terras removidas atinge mais de 437 000 metros cúbicos. O custo

da obra incluindo a aquisição dos bairros atinge 100 000 contos sem contar com o realojamento de 540 famílias.

Todos os actos que resumidamente se relatam vêm permitir isto apenas: que se realize em 3 ou em 2 minutos o percurso que liga a Avenida de Berna à Avenida de Ceuta».

«O Município considera da maior importância apesar de ignorada ou esquecida de alguns, a forma indirecta de descongestionamento do trânsito que se obtém por intermédio da construção de grandes artérias...».

«A avenida que hoje se inaugura enche de inteira satisfação os homens bons e meus valerosos colaboradores que são os Srs. Vereadores da Câmara Municipal e que tão assinalados serviços têm vindo a prestar ao conjunto dos interesses da cidade, ao longo dos anos.



Futuro mercado da Casquilha, cuja grandeza em dimensões, importância da construção, nível arquitectónico e enriquecimento urbano, encarrada a sua finalidade, será um padrão de excepcional beleza e complexidade estrutural, que a Câmara de Lisboa oferece à utilização dos seus munícipes

A sua acção tem sido dedicada, corajosa, construtiva e desinteressada. Rejúbilo com eles e com os responsáveis pelos serviços técnicos do Município, por se ver terminada uma obra de tão grande projecção por sua utilidade incontestável».

«Vai V. Ex.^a Senhor Presidente da República dar-nos a honra de descerrar a lápida que dá, à mais moderna das avenidas de Lisboa o nome de Calouste Gulbenkian, o homem simultâneamente benemérito, inteligente e sensato que consagrou o produto do seu trabalho à instituição duma Fundação que tem espalhado ouro às mãos cheias para que se realize a benemerência e progridam as artes e as ciências para bem estar da gente portuguesa e maior dignidade da Nação.

Calouste Gulbenkian, correu mundo e teve ocasião de apreciar nas suas raízes a alma dos povos e o critério dos governos».

«Quis que por sua morte, a fortuna acumulada tivesse utilidade social e se transformasse na sequência dos anos, em fins caritativos, educativos, artísticos e científicos; mas pretendeu sobretudo assegurar-se de que o país escolhido para sede da fundação lhe desse a garantia da execução do seu testamento.

E o homem que conheceu um a um, os países de maior poder material e de maior projecção política, artística ou científica no mundo actual, não encontrou nem no Oriente a que se encontrava ligado por laços especiais de família, residência e trabalho, país que lhe merecesse confiança para depositário da riqueza, acumulada em toda uma vida de luta e de sorte.

Nem na velha Europa, nem na nova América. Conhecendo-os a todos, meditando sobre o valor da firme consciência colectiva de cada um, seriedade, respeito, ordem na rua e nos espíritos, sensibilidade, espírito de luta, defesa dos valores morais, ele não encontrou melhor depositário para a execução da sua última vontade do que este velho Portugal, consciente e cristão.

Essa escolha, honra-o a ele e honra a nossa Pátria e o seu Governo».

«Calouste Gulbenkian, na conclusão do seu julgamento, escolheu o velho e digno Portugal para nele depositar confiadamente a realização dum belo sonho.

Em nove anos de exercício a Fundação por ele instituída distribuiu quase dois milhões de contos dos quais 900 000 em Portugal.

A Nação tem pois uma dívida em aberto para com Calouste Gulbenkian e Lisboa compartilhará nessa dívida».

«A cidade tinha que ligar em definitivo o seu nome à terra que ele amou e que ele escolheu para poder morrer em paz.

Aguardou apenas o Município que uma nova e bonita avenida estivesse à altura do grande benemérito.

E essa avenida construiu-se».

«Lisboa não esquecerá Calouste Gulbenkian».

Na sequência da articulação de factos e factores de insalubridade, tanto afins como específicos de locais incluídos na classificação apresentada na epígrafe deste capítulo, serão referidos, pelas suas localizações, quer em plena Avenida de Ceuta, quer confinantes com esta, alguns estabelecimentos marcadamente prejudiciais, não só quanto à higiene local, como pelo aspecto inadequado oferecido a tão nivelada artéria urbana integrada na rede múltipla de acessos à ponte Salazar, sobre o Tejo, razão de apreciável via de tráfego turístico.

A *Casa da Malta*, instalada que foi na Vila Pouca, n.º 3, na antiga Ribeira de Alcântara, próximo do Viaduto Duarte Pacheco, a cerca de cem metros deste, olhava a Avenida de Ceuta.

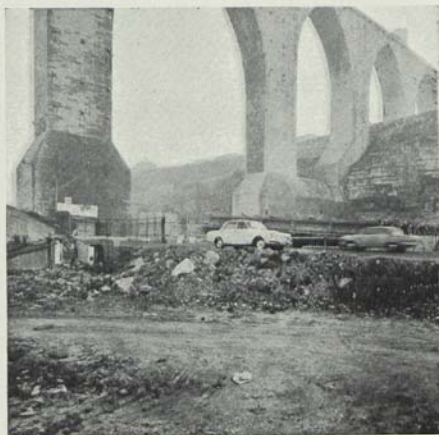
Quadro triste de franca ruína, imundície, miséria e insalubridade habitacional. O mesmo local fora, inicialmente, uma fábrica de curtumes, designada Esperança, que cessou há vinte anos, pertencendo ultimamente aos herdeiros de José Augusto Tavares. A mencionada Vila era constituída por vários corpos de edifício, todos extremamente precários na sua conservação e higiene.

A sua exploração fazia-se clandestinamente, pois não estava licenciado por alvará municipal nem pagava ao Estado e à C. M. L. impostos pela respectiva indústria. Apenas um livro de hóspedes (n.º 10 679), concedido em 22/1/1954 e licença do Governo Civil, eram a sua documentação oficial, considerada insuficiente para o grau de exploração exercido.

Felizmente, tão pernicioso foco de insalubridade acabou de maneira definitiva.



Vista ampla da Avenida Calouste Gulbenkian, focando a Praça de Espanha na sua contiguidade com a avenida de Berna



Regista-se nesta gravura a ausência das instalações do depósito referido, que foram demolidas, como medida de saneamento do local e pela sua proximidade de acessos à ponte Salazar

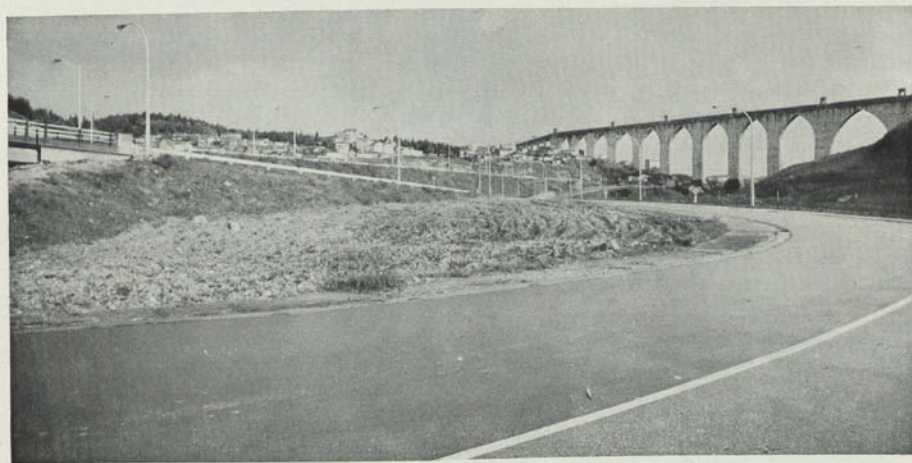


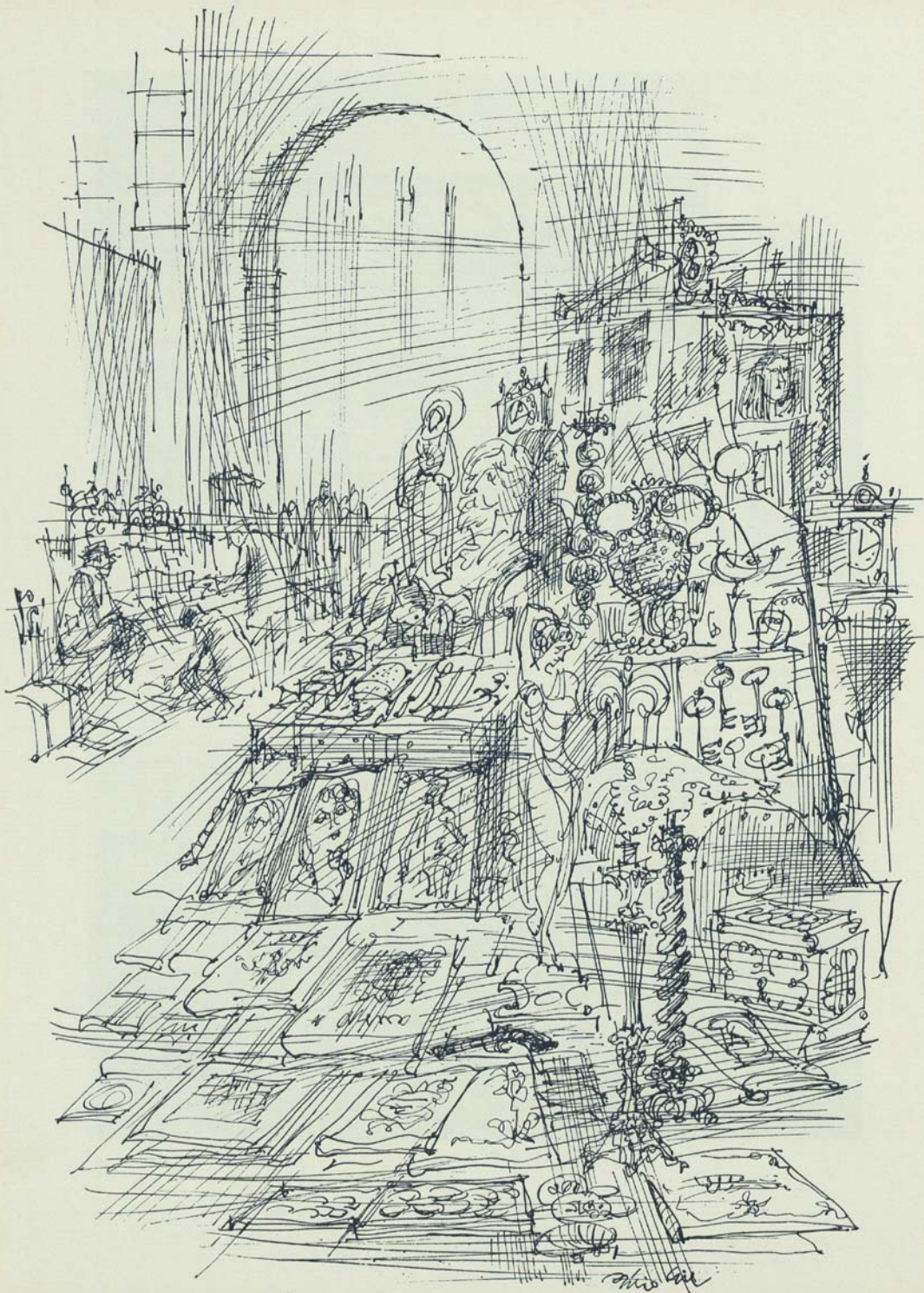
Aspecto actual da zona edificada e de construções clandestinas que de tal modo houve de transformar-se atendendo à necessidade de acessos à ponte Salazar, com benefícios para a salubridade e higiene do mesmo local



Localização da Vila Pouca, a curtíssima distância do Viaduto Duarte Pacheco

Trecho da Avenida de Ceuta, evidenciando características apreciáveis da mesma artéria, acessos que dela irradiam, a beleza panorâmica do local e o monumental, quão majestoso, Aque-duto das Águas Livres como marco perpétuo de história Nacional da Higiene, respeitante à cidade de Lisboa





Salve, três vezes, venerável feira!
Derradeiro degrau que o artefacto,
Cumprindo a lei inexorável, cega,
Que impérios, tribos, monumentos, choças,
Astros, boninas condenou à morte,
Desce para voltar a ser mesquinha
Matéria-prima de futuras obras!

Em ti se vê, num apertado espaço,
E em breves horas, quanto vale o mundo,
Quanto dos homens a vaidade insana.

Salve, monturo, onde o pobre e o rico
Avidos buscam as relíquias míseras
Do que foi belo, bom, sensato e útil,
Inútil, parvo e até direi — nocivo!

Aqui, a Imagem, venerada outrora
Por milagrosa, que, em altar ornado,
Com luzes mil de adorações foi alvo,
Jaz indiferente, qual o fora sempre,
Mas desprezada, sem incenso e culto . . .

Sorte fatal das decaídas glórias!
Ali, retratos que os avós preclaros
A netos imbecis mal recordavam,
À chuva, ao sol, as cores vão perdendo,
Té enfim se sumir de toda a effigie,
Como se esvaeceu o illustre nome
No lodaçal da geração corrupta.

.....

A FEIRA DA LADRA

POR
HENRIQUE O'NEILL

Mais longe vejo colossais volumes:
São leis, decretos, alvarás, Diários,
De mercês cheios (quantas imer'cidas!);
De pomposos discursos, declamados
No Parlamento, em arraial tornado,
Por patriotas esfalsando os bofes,
Ao som de murros de arrombar carteiras,
Mirando só do campanário o aplauso.
Códigos, quantos, que viveram menos
Que os seus illustres, célebres Autores!

Vejo novelas mil, por fora imundas,
Mais imundas por dentro, traduzidas
Em chulo português, de francês chocho;
E outras, que originais se apregoavam,
Apenas sendo imitações funestas
De tão ruins, pestíferos modelos.
Farsas e dramas igualmente torpes,
Elevados às nuvens por plateias
Dignas deles; e a glória dos Actores
Estudiosos, mas que ninguém sabe
Onde, quando e o que demo estudaram.

NOTI-
CIÁRIO
ARQUEO-
LÓGICO
E
ARTÍSTICO



1. ÂNFORA ROMANA ENCONTRADA NO BECO DOS ARMAZÉNS DO LINHO

Em 10 de Maio de 1967 quando os Serviços de Obras Municipais procediam ao arranjo do colector no Beco dos Armazéns do Linho foi encontrada, a cerca de 1,70 m de profundidade, uma ânfora romana (Fig. 1). Como se encontrava por baixo do cascão do colector, os operários, ao levantarem aquele, deram com a picareta no bojo, arrancando-lhe um pequeno fragmento.

A ânfora que já se encontrava desprovida de fundo, mede 1,70 m de altura, por um diâmetro, ao nível do bojo, de cerca de 0,267 m, aproximando-se, quanto às proporções, da forma 17 de Dressel.

Mais um vestígio, pobre, sim, mas de qualquer forma significativo, do domínio romano dentro da área da que se chamou *Olisipo Felicitas Julia*. Convém recordar que o Beco dos Armazéns do Linho fica dentro da muralha moura, ainda que muito próximo do Arco de Jesus, uma das Portas de saída daquela muralha para o mar.

2. FRAGMENTO DE ÁBACO VISIGÓTICO

Damos, hoje, notícia de mais um indício do domínio visigótico que se vem juntar à já significativa colecção de elementos arquitectónicos recolhidos na área lisiponense e que documentam o domínio bárbaro da nossa capital. Os locais onde estes indícios têm sido registados, Rua dos Bacalhoeiros, Sé, Casa dos Bicos, Rua da Saudade, confirmam a hipótese, vulgarmente defendida, de que os povos bárbaros, na maioria dos casos, limitaram-se a sobrepor-se e a aproveitar o que tinha sido deixado pelos romanos. Efectivamente, todos os locais acima enumerados situam-se no coração da cidade romana cuja área coincidia, mais ou menos, com a área abrangida pela Cerca Moura. O importante conjunto, constituído por fragmentos de pilastras e frisos, proveniente do Convento de Chelas, que já não podemos considerar dentro da área lisiponense, mas sim na sua zona de influência, igualmente

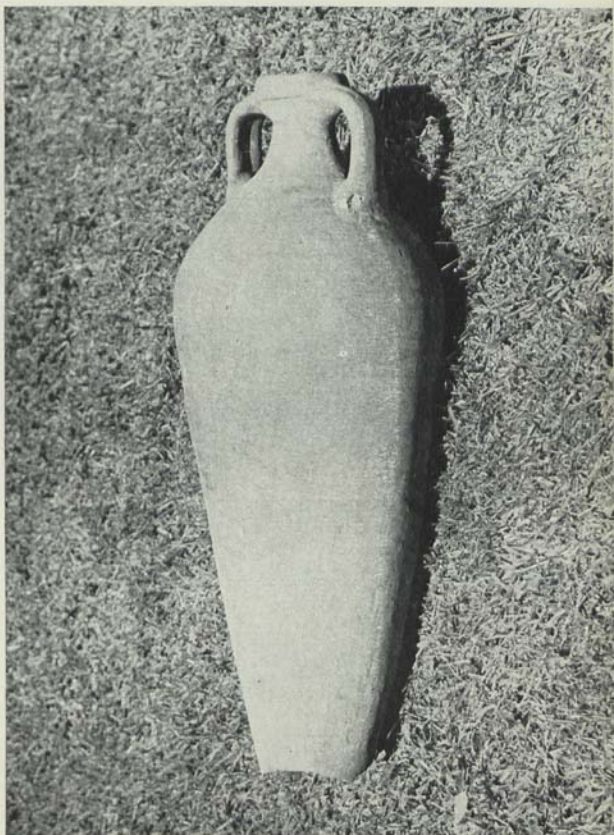


Fig. 1

assentou sobre um anterior núcleo romano que, tudo indica, ter-se desenvolvido à volta dum importante templo.

O fragmento de que nos vamos ocupar foi encontrado quando a Câmara Municipal de Lisboa procedia à demolição do prédio n.º 18-20 da Rua da Saudade, incluído na zona que terá de ser sacrificada para prosseguimento da escavação do Teatro Romano de Lisboa, metido na argamassa das paredes daquele prédio, ao nível do rés-do-chão. Trata-se dum fragmento de ábaco ou imposta, em calcário da região lisbonense,



Fig. 2

com 0,33 m x 0,15 m x 0,20 m, apresentando decoração uniforme, constituída pela repetição da *palmeta*, tão do gosto da arte visigoda, que, aqui, alterna-se com um motivo formado por enrolamentos dispostos em pirâmide (Fig. 2).

Pertencerá este fragmento a um edifício construído durante o domínio bárbaro, sobre as ruínas do Teatro Romano? Ou provirá do templo visigótico que antecedeu, no mesmo local, a Mesquita muçulmana e a Sé afonsina, aliás já documentado por outros vestígios daquela época? Devido à proximidade a que se encontram os dois locais, esta segunda hipótese não é de desprezar.

3. LÁPIDE COM INSCRIÇÃO ARÁBICA DA MADRAGOA

Quando, em Junho de 1965, se abriam os caboucos para as fundações do prédio da Rua das Madres, n.º 19 (Madragea), apareceu, metida nos alicerces duma construção ali existente anteriormente e, então, arrazada, a lápide com inscrição arábica que vai representada na Fig. 3.

O proprietário do imóvel, Sr. Orlando dos Santos, conhecedor do interesse da peça, como uma nova achega para a história do domínio

muçulmano da Cidade, resolveu gentilmente oferecê-la à Câmara Municipal de Lisboa para o seu Museu.

Posteriormente, o Ex.^{mo} Director dos Serviços Culturais, Dr. Martins Gomes, oficiou à embaixada de Marrocos em Lisboa, no sentido de conseguir, por seu intermédio, a leitura da inscrição, tendo obtido a seguinte resposta (não assinada, mas apenas firmada pelo selo daquela Embaixada) que passamos a transcrever:

«Monsieur,

En réponse à votre lettre du 24 Novembre 1965, concernant la traduction d'une inscription arabe sur la pierre tombale, nous avons l'honneur de vous faire savoir qu'il s'agit d'un verset du Coran dont l'idée générale est la suivante:

Tout ce qui existe sur la terre est appelé à disparaître et il ne restera que Dieu.

«Veuillez agréer, etc.»

Com esta leitura ficamos apenas a saber que se trata duma inscrição funerária, mas nada se adiantou sobre a sua cronologia, elemento que, numa peça desta categoria, é do maior interesse, pois torna-se necessário determinar se se trata duma inscrição anterior ou posterior ao domínio cristão de Lisboa.

Ainda que as circunstâncias que rodearam o seu aparecimento não esclareçam suficientemente o local de origem, é, contudo, de crer que a lápide sepulcral não seria trazida para ali de muito longe. Poderemos, assim, a partir da peça que veio agora ao nosso conhecimento, estabelecer um primeiro, ainda que inseguro, elo que nos poderá levar a pensar um dia, se novos achados o confirmarem, na existência duma póvoa muçulmana com seu almocavar privativo, sob o populoso bairro da Madragea, povoado hoje principalmente por marítimos, que, por sua vez, sucedeu ao bairro do Mocambo que, no século XVII, foi refúgio de escravos negros.

A lápide é de pedra calcária e tem as seguintes dimensões: 0,56 m x 0,475 m x 0,09 m.



Fig. 3

4. FRAGMENTO DE MOLDURA MEDIEVAL

Quando, há cerca de dois anos, os Serviços Municipais procediam a obras no depósito do Chafariz d'El-Rei, foi encontrada, servindo de soleira a uma das portas que dá acesso àquele depósito pelo lado da Travessa de S. João da Praça, antigo Beco das Moscas, uma placa de mármore, formada por dois fragmentos, decorada com uma dupla faixa sinusoidal que, entrelaçando-se, descreve porções circulares que foram preenchidas por um florão estilizado (Fig. 4). Os fragmentos têm, respectivamente, as seguintes dimensões: 0,65 m x 0,28 m x 0,11 m e 0,47 m x 0,28 m x 0,11 m.

É possível tratar-se dum documento das primeiras obras realizadas naquele chafariz após a Reconquista Cristã, pois as características estilís-

ticas colocam-no ainda no período românico ou, quando muito, nos inícios do gótico.

A título informativo convém lembrar que o Chafariz d'El-Rei — cujas águas já dessedentaram as populações lisboenses pelo menos desde o domínio romano da capital (são conhecidas várias inscrições romanas provenientes das suas imediações) — assenta o seu corpo recuado sobre um lanço da muralha romana-mourisca.

5. AS RUINAS DOS PAÇOS DA UNIVERSIDADE, A SANTA MARINHA

No dia oito de Abril de 1969 um telefonema do Sr. Dr. Eduardo Neves, Secretário do *Grupo Amigos de Lisboa*, dirigido à Sr.^a Dona Julieta Ferrão, então Conservador-Chefe da C. M. L., veio chamar a atenção dos Serviços dos Museus Municipais para umas obras em curso num prédio do Pátio dos Quintalinhos que, segundo sua informação, estavam descarnando uma secção de verga ogival. Sabendo estes Serviços situarem-se naquelas imediações o que resta do edifício que serviu de sede, na sua última fase lisboeta, aos *Estudos Gerais*, logo se deslocaram ao local, ao mesmo tempo que era pedida a imediata suspensão daquelas obras.

Fig. 4



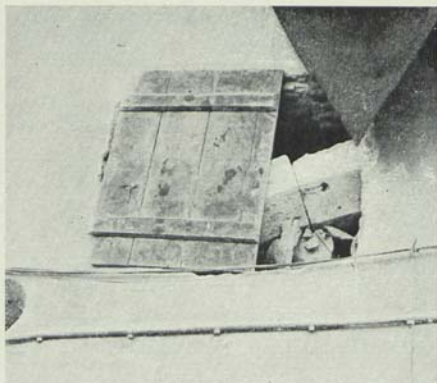
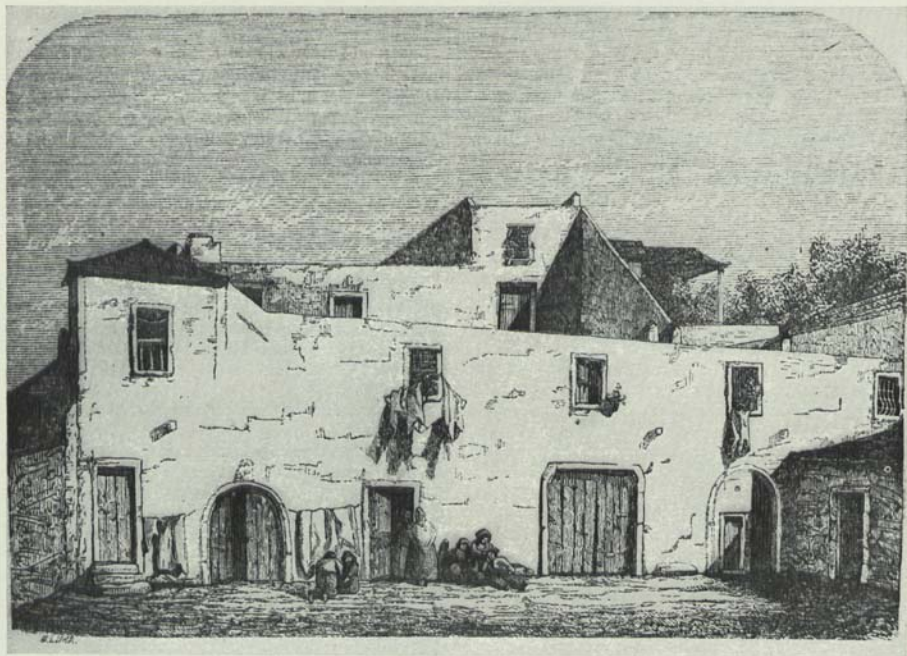


Fig. 5

Efectivamente, ao pretenderem abrir um janelo, no espaço compreendido entre a porta que tem o n.º 37 daquele pátio e a janela que lhe fica sobranceira, tinha sido posta a descoberto, atravessando-se no vão aberto, uma secção de moldura de portal gótico (Fig. 5), entaipado a partir de determinada época. Cotejando, posteriormente, a fachada do prédio que enquadra o Pátio dos Quintalinhos, no seu aspecto actual, com a gravura da mesma fachada publicada, no século passado, no vol. V, pág. 317 de «O Arquivo Pitoresco» (Fig. 6) vimos tratar-se duma secção da verga do portal gótico que emoldurava a passagem coberta ainda ali existente e com acesso pela referida porta n.º 37, que estabelece comunicação, através duma escadaria de pedra, entre o Pátio dos Quintalinhos, à Rua das Escolas Gerais, e a Rua da Oliveirinha e Largo de Santa Marinha. Nesta passagem e, no seu pata-

Fig. 6



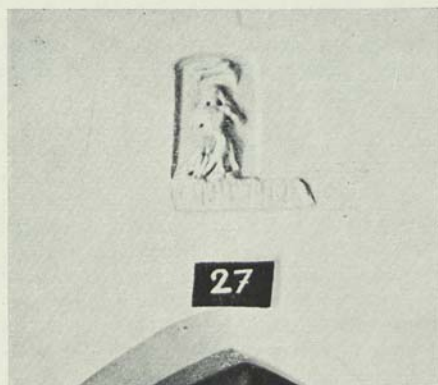


Fig. 7

mar superior, à direita, existe, à vista, uma porta com moldura gótica primitiva, várias vezes repintada. Sobre esta porta, ainda se distingue, através de espessa camada de cal, um baixo-relevo onde, a custo, se desenhavam os contornos duma imagem que, no estado actual, não é possível identificar (Fig. 7).

Desde a sua fundação, no reinado de D. Dinis, até à sua transferência definitiva para Coimbra em 1537, no reinado de D. João III, os Estudos Gerais ou Universidade parece terem-se mantido nas imediações do chamado, por isso mesmo, Bairro dos Escolares, que se enquadra, mais ou menos, entre a Porta da Cruz, Santo Estêvão e S. Tomé. Ocupou, porém, edifícios diversos, consequência das suas frequentes transferências entre Lisboa e Coimbra. No entanto, é fora de dúvida, que, pelo menos, desde o reinado de D. Manuel, mas possivelmente por determinação anterior do Infante D. Henrique que teve aqui os seus Paços, até à sua transferência definitiva para Coimbra, a Universidade funcionou nas velhas ruínas góticas do Pátio dos Quintalinhos para as quais uma mal escolhida martelada de pedreiro veio, de novo, chamar a nossa atenção.

Estamos, pois, em presença de ruínas duplamente venerandas, pois, não só serviram de sede aos Estudos Gerais, o que não era pequena glória, mas foram Paços do Infante Navegador.

Uma observação atenta facilmente nos convince que bastaria uma ligeira limpeza para repor a actual fachada que faz fundo ao Pátio dos Quintalinhos, desfigurada por sucessivos rebocos e repintes, no estado em que a mesma se nos apresenta na gravura publicada em «O Arquivo Pitoresco», onde é, ainda, muito evidente, a sua primitiva estrutura gótica.

A maior dificuldade seria, porém, o problema de desalojar e realojar as numerosas famílias que ali se albergam, transformando aquele conjunto numa espécie de «ilha».

6. DUAS OBRAS DE ARTE NA IGREJA DE S. LOURENÇO, A MOURARIA, ESQUECIDAS DO PÚBLICO

Na antiga paróquia de S. Lourenço, à Mouraria, adquirida há pouco (Escritura de 12 de Fevereiro de 1970), pela Câmara Municipal de Lisboa, conjuntamente com o Palácio dos Viscondes de Cerveira Pereira, depois Marqueses de Ponte de Lima, ao Largo da Rosa, a que sempre andou ligada, encontra-se, num nicho da ábside, à direita do altar-mor, uma imagem da Virgem, de pedra, com vestígios de pintura, que não tem sido citada, apesar do seu interesse e antiguidade. Foi imagem de grande devoção entre os paroquianos por ser a advogada protetora das mulheres em transe de darem à luz, sob a invocação de N.ª Sr.ª dos Partos.

A escultura que tem 1,70 m de altura e mais 0,25 m de base, representa a Virgem sentada e coroada, com as mãos postas em atitude de prece e o Menino desamparado sobre os joelhos. A expressão de amargura e a atitude sugerem uma Senhora da Piedade que talvez estivesse, primeiramente, na intenção do artista. Na barra do manto que lhe cai dos ombros e envolve a túnica lê-se, em caracteres firmemente insculpidos, uma invocação da qual ressaltam as palavras SALVE REGINAM, na dobra que cai sobre os joelhos (Fig. 8).

A imagem que deve ter saído das mãos de artista de nomeada apresenta as características das imagens dos finais do gótico (Séc. xv).

A mesma igreja de S. Lourenço pertencia a pintura quincentista reproduzida na Fig. 9.



Fig. 8

Trata-se dum painel de grandes dimensões, composto, propositadamente, para aquele templo, representando a Virgem segurando o Menino que estende o bracito para o cabaz com frutos que lhe oferece Santa Ana. Esta cena está enquadrada pelas figuras, em corpo inteiro e em primeiro plano, de São Lourenço (à direita) e Santo Estêvão (à esquerda), ambos envergando trajos de diácono.

Apesar dos estragos provocados pelo tempo e maus tratos, estamos em presença duma obra de qualidade e a graciosidade e doçura da Virgem, a qualidade da pintura e a respectiva cronologia logo nos levaram a pensar num artista relacionado com a oficina lisboeta dum Gregório Lopes, muito próximo do Mestre do Retábulo do Paraíso.

Pena foi que os Serviços Municipais ao entrarem em negociações para a compra daquele templo e palácio anexo não tivessem acautelado tão significativa pintura, impedindo a sua saída do local para onde fora, inicialmente, destinada — a Igreja de S. Lourenço, actualmente propriedade do Município.

Este quadro foi vendido num leilão organizado pelos herdeiros daqueles imóveis, juntamente com outras pinturas e algum mobiliário não incluídos na relação que fez parte das cláusulas do contrato com a Câmara. É actualmente propriedade do Sr. Dr. Almeida Dias. Vimo-la, há pouco, no Instituto de Restauro Dr. José de Figueiredo, onde se encontra para receber a necessária beneficiação. Logo a reconhecemos por posuirmos nos Serviços dos Museus a fotografia que aqui publicamos e que faz parte de uma série de aspectos do Palácio do Largo da Rosa e anexa Igreja de S. Lourenço, mandados fazer por estes Serviços, antes de efectuado aquele leilão.

Infelizmente, para nós, parece tratar-se duma perda irreparável para aquela igreja e para as nossas colecções.

Noticiário coligido pelos Serviços de Museus.

Fig. 9



O ESFORÇO A BEM DA CIDADE E DO MUNICÍPIO SALIENTADO POR TRES ORADORES

O SENHOR GENERAL FRANÇA BORGES DEIXA A PRESIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LISBOA

Nomeado Commissário para os Assuntos da Índia Portuguesa, o general França Borges deixou a presidência da Câmara Municipal de Lisboa, onde produziu vasta obra nos vários sectores da administração da cidade. Por esse motivo e em reconhecimento dos seus méritos, foi alvo de diversas homenagens. A de maior projecção, efectuou-se no restaurante de Monsanto, onde se reuniram cerca de seiscentas pessoas. A esse jantar, presidido pelo Dr. Gonçalves Rapazote, Ministro do Interior, assistiram vereadores, funcionários municipais de todas as categorias e personalidades de projecção na vida nacional, assim como o presidente designado, Eng.º Santos e Castro.

Aos brindes, falou, em primeiro lugar, o vereador brigadeiro dr. Ricardo Horta, em nome da vereação, que salientou a devoção do general França Borges ao interesse da cidade de Lisboa, a cuja valorização constante se consagrou — disse —, dando-lhe sempre o melhor do seu entusiasmo criador. Referiu-se à brilhante carreira militar do homenageado, terminando por sublinhar os relevantes serviços que prestou nos sectores social, cultural e urbanístico de Lisboa.

Em nome dos funcionários municipais, usou da palavra, em seguida, o dr. Henrique Martins Gomes, director dos Serviços Centrais e Culturais, que saudou o general França Borges e expressou os sentimentos de maior gratidão ao presidente da Câmara, que — afirmou — tinha sempre uma palavra de ordem na altura própria, fazendo-se obedecer sem dureza, atento e esclarecido em todos os actos da vida administrativa. Por fim, acentuou os três aspectos em que mais directamente a acção do presidente cessante incidiu em relação aos funcionários: a criação dos refeitórios municipais, as habitações para os serventurários mais pobres e o apoio dado à Caixa de Previdência do Pessoal da Câmara.

Como antigo vereador, o jornalista João Coito, chefe da redacção do «Diário de Notícias», produziu um brilhante discurso. E disse, em certa altura:

«Volvendo o olhar para o caminho percorrido, sintetizando as boas e as más horas da cidade, analisando os momentos de euforia ou de crise, sempre encontramos ao nosso alcance, inconfundível e serena, a figura do general França Borges. E manda a verdade dizer que à extrema solicitude do presidente respondeu sempre a solicitude, a estima e a consideração dos seus municípios.»

Após acentuar a autoridade moral do homenageado, expressa ao longo de onze anos de actividade constante na valorização da cidade, afirmou: «Muitas vezes, homem da rua que eu sou, ouvi as críticas mais ferozes e destemperadas a certos processos e a algumas soluções dos serviços municipais. Não vou dizer aqui, para ser honesto, que algumas dessas críticas não eram honestamente fundadas. O que quero dizer, para ser honesto também, é que ouvia da boca desse mesmo povo esta exclamação significativa e pe-remptrória: «Ah! Se o presidente soubesse!...»

O povo não se enganava. O povo, com aquele sexto sentido que tem, conhecia a verticalidade, a honestidade, a sensibilidade do seu presidente. Daí a saudade e a mágoa com que o vê partir.»

A terminar, João Coito lembrou a afirmação que o general fizera quando da sua posse: «Não sou senhor de uma única pedra de Lisboa.» O general França Borges vai deixar-nos e pode reafirmar com toda a serenidade: «Não sou dono de uma só pedra de Lisboa». Pois não. Mas pode afirmar, com toda a serenidade, também, que leva consigo a admiração e a amizade do povo de Lisboa. As pedras de Lisboa e o coração dos seus habitantes vão acompanhar, solícitos, a futura trajectória do seu presidente.

O AGRADECIMENTO DO GENERAL FRANÇA BORGES

Visivelmente comovido, o general França Borges agradeceu a presença do ministro do Interior, bem como as atenções que sempre lhe dispensara no desempenho das suas funções, e também, as palavras que os oradores lhe tinham dirigido.

Historiou, depois a sua actividade administrativa, afirmando: «Fiel ao princípio de que os cargos de comando não se pedem nem se recusam, deixo a presidência do Município de Lisboa.» Salientou que sempre actuara de maneira a usar para com todos igual tratamento e lealdade.

Sublinhou que a homenagem não lhe pertencia a ele, pois devia ser dividida por todos os funcionários. Tem palavras de grande apreço pela acção dos vereadores, evocando todos os que



com ele trabalharam, afirmando: «O presidente da Câmara vale o que valem os seus vereadores.»

O general França Borges expressou, a seguir, a sua gratidão e respeito ao Presidente do Conselho, prof. Marcello Caetano, fazendo o elogio da sua obra alta numa hora histórica de muita importância para a Nação Portuguesa.

Dirigiu-se ao eng.º Santos e Castro, de quem fez o elogio, sublinhando a inteligência viva, experiência e formação moral do novo presidente do Município de Lisboa, e desejando-lhe os melhores êxitos nas suas árduas funções.

As últimas palavras do general França Borges, depois de agradecer a colaboração dos jornalistas, foram para Lisboa, para o povo da cidade que tanto amou, afirmando: «Servi Lisboa o melhor que pude, mas tenho pena, de não ter sabido servi-la melhor.»

PALAVRAS DO MINISTRO DO INTERIOR

O ministro do Interior foi o último orador. Começou por dizer que deveria ser ele a agradecer, em primeiro lugar à vereação da Câmara

Municipal de Lisboa por lhe ter proporcionado assistir àquela grande reunião municipal, num miradouro que o presidente França Borges tivera a ideia de mandar construir num local onde o corpo se recreia tanto como o espírito através de uma paisagem admirável.

Acentuou, a seguir: «Nada pode ser mais agradável ao ministro do Interior do que ver consagrado o trabalho pesado, difícil como foi o governo de Lisboa, durante onze anos. O general França Borges governou Lisboa, deixando atrás de si um rasto de simpatia e de carinhosa amizade que todos lhe quiseram testemunhar. A minha presença significa o testemunho qualificado da acção do general França Borges de que Lisboa, no futuro, há-de perceber uma marca muito clara da sua bondade.»

O ministro salientou a actividade cultural do general França Borges, lembrando a distribuição pela cidade de trezentas bibliotecas e o seu amor e dedicação pelo Teatro Romano, sublinhando que o homenageado era um chefe responsável e que soubera criar no Município de Lisboa uma verdadeira corporação, motivo por que lhe estava agradecido.



O SENHOR ENGENHEIRO
Santos e Castro
ASSUME A PRESIDÊNCIA
DA CÂMARA
MUNICIPAL
DE LISBOA

Foi muito concorrida a investidura dos novos presidente e vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, respectivamente, eng.º Fernando Santos e Castro e dr. Soares da Costa.

Assistiram ao acto o governador civil de Lisboa, dr. Afonso Marchueta, como representante do Governo, presidente da Assembleia Nacional, ministros do Interior, das Finanças e Economia e das Obras Públicas; Secretários de Estado da Agricultura, do Comércio, da Informação e Turismo, das Obras Públicas e o representante do ministro das Corporações e Saúde, dr. Jorge Morbey.

Presentes, ainda, os antigos ministros drs. Mota Veiga, Veiga de Macedo e brigadeiros Almeida Fernandes e Bettencourt Rodrigues, presidentes de todas as câmaras do distrito de Lisboa, Dr. Quesada Pastor, chefe do gabinete do presidente do Conselho, deputados drs. Pinto Leite, Manuel Martins da Cruz, Júlio Evangelista e eng.º Alberto Alarcão, eng.º Jorge Jardim, presidente da Junta Distrital de Lisboa da

A. N. P., dr. Clemente Rogeiro, director-geral da Informação, eng.º Alvaro Roquete, director-geral do Turismo, dr. Ramiro Valadão, presidente da R. T. P., generais Raul Pereira de Castro, Mário Silva e Fernando de Oliveira e brigadeiro Tristão Carvalhaes, respectivamente, comandantes-gerais da G. N. R., G. F., L. P. e P. S. P., comissário nacional em exercício e comissário adjunto para o Ultramar da M. P., respectivamente, arq.º Melo Raposo e coronel Fonseca Dóres, almirante Henrique Tenreiro, prof. eng.º Vitória Pires e André Navarro.

No vasto salão nobre do Município encontravam-se, ainda, altas individualidades, entre as quais o vice-presidente, eng.º D. Segismundo Saldanha, o vice-presidente cessante, Aníbal David, vereadores em exercício, antigos ministros e presidentes de todas as Câmaras do distrito de Lisboa; dr. Quesada Pastor, chefe do gabinete do Presidente do Conselho, deputados e muitas outras individualidades.

Depois de lidos os compromissos de honra e assinados os respectivos autos de posse, foram impostos aos presidente, vice-presidente e vereador Leopoldo Nunes os colares tradicionais com as insígnias do Município.

Usou da palavra o dr. Afonso Marchueta, governador civil do distrito, que, dirigindo-se ao eng.º Santos e Castro, fez o elogio do novo presidente do Município de Lisboa, e acrescentou:

«V. Ex.ª conhece bem o que é a vida e a acção das Juntas de Freguesia de Lisboa. Estou certo, por isso, que não deixará de olhá-las com todo o interesse, não lhes regateando o apoio e os recursos de que elas carecem e graças aos quais tanto podem ajudar a facilitar a tarefa da administração municipal.»

O dr. Afonso Marchueta afirmou depois: «A hora é de acção. O povo de Lisboa, como, aliás, todo o povo português, tem dado magnífico exemplo de amor ao País, ao apoiar, com o maior entusiasmo, a política e o trabalho hercúleo do sr. Presidente do Conselho, que tudo faz para lhe dar o lugar a que tem direito dentro da comunidade nacional: o de colaborador activo na construção do futuro da Pátria.»

Mais adiante, o chefe do distrito declarou: «Atravessamos um período em que ideias enlouquecidas ameaçam tudo subverter. Vivemos na era da contestação. Pois unamo-nos e contestemos, também; apresentemos também as nossas reivindicações: reivindicuemos aos que reivindicam; contestemos aos que contestam: reivindicuemos o direito de trabalhar em paz pelo progresso do País; contestemos, aos que contestam, o direito — que não têm e que lhes é negado pela Constituição e por todo um povo — de discutirem a Pátria, pretendendo amputá-la, escarnecê-la, martirizá-la; reivindicuemos Portugal para os Portugueses, mas para os portugueses que o querem uno e indivisível, os portugueses que se orgulham da força espiritual, da grandeza e da glória da sua Pátria pluricontinental e multirracial; contestemos aquilo que contesta a nossa presença nos outros continentes, afirmando que essa presença é legítima, amiga, cimentada pelo esforço, pelo trabalho e pelo sangue de muitas gerações; que essa presença não é imposta pela força, mas aceite e desejada pelos povos de todas as etnias que, há centenas de anos, labutam e prosperam à sombra da bandeira portuguesa; reivindicuemos o nosso inalienável direito — que é também um sagrado dever — de defendermos a Pátria e de a servirmos como merece. E reivindicuemos, ainda, que Américo Thomaz e Marcello Caetano, de acordo com a veemente e proclamada vontade do povo nos continuem a guiar e a governar como até aqui e, como até aqui, na ordem, na paz e no progresso.»

Ao terminar, o chefe do distrito desejou aos novos presidente e vice-presidente trabalho profícuo e de benefício para a cidade de Lisboa.

«Nunca conheci outro modo de servir que não fosse o da devoção» — acentuou, no seu discurso, o eng.º Santos e Castro.

Falou, depois, o eng.º Santos e Castro, cujo discurso, pelo alto interesse de que se revestiu, a nossa revista transcreve na íntegra:

«Consentem-me certamente VV. Ex.ªª que o meu primeiro pensamento se dirija à cidade de Lisboa, com a humildade de quem reflectiu

bem na dimensão do que é a tarefa imensa de zelar pelos seus interesses presentes e futuros, mas também com a vontade firme de servi-la em dádiva total. Nunca conheci outro modo de servir que não fosse o da devoção e já é tarde para habituar-me a outros caminhos que não sejam os que conduzam ao que de mim se espera; ao que esperam os que no alto plano do Governo carecem de que se lhes execute o pensamento; ao que esperam todos quantos de serviços públicos ou órgãos administrativos têm pendentes um legítimo interesse, uma aspiração ou um simples gosto. E em nenhuma outra função, como a da presidência do Município de uma grande cidade capital, em que cada opção se reflecte sobre um milhão de pessoas e diariamente se geram justos anseios colectivos, em que permanentemente se tem de ser realista perante as possibilidades imediatas de acção, mas se não pode simultaneamente criar dificuldades às imperiosas necessidades de um futuro que o ritmo da vida actual torna cada vez mais próximo, em nenhum outro posto — dizia — o sentimento integral do serviço público, porque é directo, e o princípio de uma objectiva utilidade têm de atingir um tão elevado grau. Ia acrescentar: têm de ser um tão alto ponto de honra.

Não podia ser outro, portanto, o espírito com que se obedece a uma chamada para ocupar esta função, a muitos títulos indesejável, quase sempre ingrata, repleta de dificuldades e desgostos sem qualquer sombra de dúvidas. Só no foro íntimo da consciência poderá estar alguma consolação se soubermos manter-nos fiéis a nós próprios, constantemente responsáveis perante o nosso próprio juízo, francamente abertos ao que seja a síntese das necessidades e da vontade duma cidade que tem de viver e crescer, fiel sem dúvida a um património histórico de muitos séculos, mas que igualmente merece um presente satisfatório e actual que ficará a marcar uma época urbana que vai ser julgada sem piedade dentro de duas ou três décadas e à qual se tem de preparar um futuro que já começa a transbordar os limites do próprio concelho.

Porém, uma cidade é também uma população com constantes pendências no Município e seus múltiplos serviços. São pendências necessárias à gestão urbana, à defesa dos interesses colectivos, aos direitos individuais que leis, posturas ou regulamentos pretendem salvaguardar, à própria harmonia física e moral da cidade. Todas estas pendências preenchem horas incontáveis de trabalho e muitas delas têm de ser submetidas à ponderação da própria presidência, num volume que não pode deixar de ser preocupante para consciências escrupulosas e tem de ser encarado sempre na ideia de que se cabe ao Município o dever de fazer cumprir obrigações, também assiste ao município o direito de lhe ser causado o menor transtorno pessoal que for possível. E é neste ponto, mais até do que noutros de mais alto plano na gestão municipal só acessíveis a especialistas ou iniciados que está cada dia em jogo o conceito externo da Câmara e dos seus responsáveis. Aqui e no grau de dignidade com que os serviços se comportam e actuam.

Não é este o momento apropriado para prosseguir em considerações sobre o que deve ser desejável relativamente aos dois ou três princípios a que fiz apenas uma rápida alusão: a suficiente — espero — para apresentar-me diante desta muito querida cidade de Lisboa a quem me entreguei no momento em que V. Ex.^o, sr. ministro do Interior, invocando razões morais que se não discutem, me chamou à presidência do seu Município. As sessões públicas da Câmara consentir-me-ão oportunidade, a partir já da próxima, para aludir concretamente aos problemas e às atitudes que deverão suscitar-nos.

Esta é a hora, sim, de saudar toda a população da cidade e ela em si própria, de invocar quantos, séculos ou décadas atrás, desprovidos dos conhecimentos técnicos de que hoje se dispõe, mas iluminados pelo génio e pelo bom-senso, realizaram uma cidade onde ainda hoje se vive e sobretudo nos movimentamos porventura melhor do que em áreas de realização posterior, de prestar a homenagem devida aos estudos e concretizações mais recentes que tenham revelado indiscutível validade.

E sobretudo o momento de cumprimentar a ilustre vereação a que muito me honro de ter

pertencido, à qual se acaba de juntar a figura prestigiosa da Imprensa e do meio lisboeta que é Leopoldo Nunes, saudando nesta vereação a voz permanente da cidade, os colaboradores indispensáveis, os conselheiros de que se carece constantemente a ajudar-nos a servir.

Está chegada uma hora da vida nacional que faz da acção uma palavra de ordem para todos os responsáveis.

Dirigindo-se, depois, ao presidente da Assembleia Nacional e aos membros do Governo presentes, o eng.^o Santos e Castro afirmou:

«Grande honra trouxeram V. Ex.^{as} a estes Paços do Concelho de Lisboa e cumpre-me agradecer-lhe mais em nome do Município do que no meu próprio. A presença de tão altas figuras da vida política nacional no acto de investidura de um novo presidente e de um dos seus vice-presidentes significa, por certo, uma amável deferência de V. Ex.^{as} para com a primeira Câmara Municipal do País, mas sublinha ainda o conteúdo político que o facto contém e empresta-lhe uma especial projecção.

Está chegada uma hora da vida nacional que faz da acção palavra de ordem para todos os responsáveis e um dever moral para todos os portugueses. Diagnosticar males ou formular aspirações são atitudes úteis e até indispensáveis para melhor esclarecimento de quem governa ou dirige, mas, também, é igualmente verdadeiro que os diagnósticos não curam por si os males e as aspirações, só porque se formulam, não deparam por milagre os meios que as alcancem. Os diagnósticos são proffucos desde que sejam acompanhados do enunciado dos processos viáveis da cura e as aspirações só não são românticas quando proporcionais aos meios disponíveis.

Agir, mais do que reprimir, é portanto, o que se carece de reforçar em todos os planos da vida nacional; é esse o convite e o desafio que está feito às consciências e às energias de todos; é esse o caminho que nos está apontado pelo Chefe do Governo. O que aspiramos tem de nos ser dado por uma maior riqueza, e a maior riqueza tem de se alcançar com maior trabalho.

É este, Ex.^{as}, o significado que tomo da vossa honrosa presença e permito-me, sr. ministro do Interior, que, com a mais alta expressão do nosso respeito, se digne transmiti-lo ao venerando Chefe do Estado, símbolo vivo da unidade nacional, e ao Chefe do Governo, em cujas mãos e inteligência nós confiamos, revigorados nas certezas e reafirmados nas vontades.

O elogio do general França Borges e de Aníbal David.

E o eng.^o Santos e Castro prosseguiu:

«Sucedo nestas funções ao general António Vitorino França Borges, chamado agora ao exercício de um alto cargo no Ministério do Ultramar, depois de longo mandato na presidência da Câmara Municipal de Lisboa.

Guardo do seu convívio nestes dois últimos anos uma grata recordação. O general França Borges, homem de coração apaixonado pela cidade, da mais escrupulosa conduta pessoal, deu a Lisboa toda a sua generosa dedicação e, em muitos aspectos, ficou bem assinalado o seu mandato. A cidade tem para com ele uma dívida de gratidão que oportunamente terá de ser recordada mas, desde já, lhe presto aqui o preito da minha homenagem e reitero o testemunho da minha estima pessoal.

Deixa hoje um dos cargos de vice-presidente da Câmara uma figura que, a muitos títulos pertence à cidade: Aníbal David, figura destacada do comércio logista de Lisboa, comércio que tantas tradições tem na gestão municipal e por tão fortes laços está ligado à vida do Município. O seu labor nesta Câmara mereceu-lhe já a justa atribuição da medalha de ouro da Cidade, mas eu espero continuar a poder contar com a sua muito útil colaboração. Ligam-nos relações de amizade que as circunstâncias não destroem e referi-lo constitui a melhor homenagem que possa prestar-lhe.

Dois outros amigos, o eng.^o D. Segismundo Saldanha e o dr. Dinis Soares da Costa dispuseram-se a compor comigo o elenco presidencial da Câmara Municipal de Lisboa, e desejo, por isso, agradecer-lhes publicamente a atitude. Ambos sabem da absorção total de tempo e de

energias que isso vai representar na tarefa comum que teremos de empreender.

Ao vasto quadro dos serviços municipais não posso anunciar uma presidência confortável. Votado que sou à acção e à objectividade dos actos, certo de que mais vale uma solução suficiente em tempo útil do que a perfeição a longo prazo, não pressinto perspectivas tranquilas, mas ofereço em contrapartida a mais franca receptividade aos entusiasmos realizadores que se gerarem. Esses, sim, serão os que procurarei e os que encontrarão em mim o mais leal e decidido apoio.

A todos V. Ex.^{as}, tantos amigos que aqui quiseram trazer-nos aos srs. vice-presidentes e a mim o conforto da sua atenção e da sua presença, peço aceitem o preito da minha gratidão e consintam-me que o sentimento me não dispense de dirigir uma palavra de amiga admiração aos que deixo nesse organismo impar que é a Federação Nacional dos Produtores de Trigo, escola de bem servir onde há mais de vinte anos dei os primeiros passos na vida pública.

Dedicou-me V. Ex.^a, sr. governador civil, palavras que só se explicam pela camaradagem que as circunstâncias da vida nos tem proporcionado. Agradeço-as muito reconhecidamente e estou certo de que nos nossos postos teremos agora nova oportunidade de uma profícua colaboração. Tenho seguido de muito perto a dedicação com que V. Ex.^a tem servido o distrito. A Câmara Municipal de Lisboa, embora absorvida nas tarefas que lhe competem, encontrará sempre meio de ajudar a missão de V. Ex.^a.

Há por vezes tendência, entre nós, de nos fecharmos excessivamente sobre as nossas responsabilidades. O País não é apenas um somatório de áreas nem a administração constitui uma sequência de pelouros. Um e outra são muito mais do que isso e têm de reflectir-se numa indispensável harmonia de colaborações. E colaborar é um conceito que nem sempre se entende correctamente quando se invoca, solicitando, ou quando se lhe reage negando-o.

Não gostaria, enquanto estiver nesta Câmara, que surgissem circunstâncias que concorressem para um espírito diferente daquele que me anima. A obra do Município, embora objectivada na cidade de Lisboa, tem de ser parte de uma obra nacional.

Que a Providência me ajude a cumprir a missão recebida.»

Seguiu-se, na sala Rosa Araújo, a apresentação de cumprimentos ao presidente e vice-presidente, por parte do funcionalismo municipal e outras individualidades.



Findos os cumprimentos, o presidente eng.º Santos e Castro e os vice-presidentes eng.º D. Segismundo Saldanha e dr. Soares da Costa, dirigiram-se para o gabinete do primeiro, onde se encontravam os membros da vereação. Procedeu-se então à assinatura do auto de posse do vereador Leopoldo Nunes, a quem o novo dirigente da C. M. L. dirigiu palavras de muito apreço e a quem solicitou a melhor colaboração.



FOCADA A IMPORTÂNCIA DA FUNÇÃO MUNICIPAL

NO DECORRER DA VISITA DO MINISTRO DO INTERIOR AOS PAÇOS DO CONCELHO

Para retribuir os cumprimentos da vereação de Lisboa, o Sr. Dr. Gonçalves Rapazote, ministro do Interior, dirigiu-se aos Paços do Concelho, em visita oficial.

Aguardado à porta principal pelos presidente, vice-presidentes e todos os vereadores da Câmara, e estando presente o governador civil, dr. Afonso Marchueta, aquele membro do Governo recebeu honras prestadas por uma companhia do Batalhão de Sapadores Bombeiros com bandeira e fanfarras. Executada a marcha de continência, o ministro passou revista à força, na companhia do eng. Santos e Castro, presidente da Câmara Municipal e do coronel Rogério Cansado, comandante do B. S. B.

Organizou-se depois o cortejo em direcção ao gabinete da presidência, onde o dr. Gonçalves Rapazote assinou o Livro de Honra da Cidade.

No salão nobre, onde já se encontravam os funcionários superiores da Câmara, houve uma sessão solene em que o presidente do Município usando da palavra, pronunciou a seguinte saudação:

«Senhor Ministro do Interior

Dignou-se V. Ex.^a vir hoje aos Paços do Concelho de Lisboa que muito se honram em receber tão qualificado Ministro do Governo.

Em nome desta Câmara Municipal jubilosamente saúdo V.^a Ex.^a e agradeço a alta deferência desta visita, prenúncio de atenções e

apoios de que bem se carece para levar de vencida as tarefas que estão diante do Município e impostas à consciência dos seus responsáveis, prelúdio de uma nova época de realizações que mais ainda projectem Lisboa no caminho de grande capital do futuro, prefácio duma acção político-administrativa que, levada a todos os recantos do território nacional, em Lisboa também terá de ter uma expressão proporcional e condigna.

Cada vez menos as grandes obras podem resultar de esforços isolados e cada vez mais se impõe a necessidade duma forte e esclarecida consciência que tem de invocar-se no que tem de permanente mas, que frequentemente se confunde e perde pelos caminhos agrestes das circunstâncias. Cada vez mais, a dimensão das tarefas exige ampla mobilização de vontades e colaborações e é erado supor que podemos, fechados cada um em seu sector construir harmoniosamente o futuro que desejamos.

A Câmara Municipal de Lisboa está perfeitamente segura, de que, aberta para conceder o que for necessário à grande obra colectiva em que o País está empenhado, encontrará igualmente a ajuda de que carecer para cumprir o que lhe compete no quadro da cidade. E esta certeza que Vossa Excelência nos traz e com ela rejubilamos, deanimando-se os entusiasmos realizadores do Município e reforçando-se a determinação e a firmeza necessária a tão ampla administração municipal como é a de Lisboa.

As galas tradicionais de uma visita protocolar juntam-se, assim, Senhor Ministro, as esperanças duma fé que animará quantos entenderem o que tem de ser, em todos os seus aspectos, o exercício de funções municipais.

Senhor Ministro

Tem também de entender-se a visita de Vossa Excelência como a própria cidade em que, como capital, do País tem o Governo a sua sede. Este aspecto constitui uma tradição que bem gostaremos de ver mantida e consente que nos anais desta Câmara, acumulados ao longo dos séculos, se vá registando, nas páginas dos seus livros de honra, factos que pertencem à história da cidade e do País.

Por mais esta circunstância cumpre-me realçar a honra da visita de Vossa Excelência e agradecer-lha em nome da cidade de Lisboa.»

A personalidade inconfundível do Município de Lisboa apontada pelo Ministro.

Usou depois da palavra o dr. Gonçalves Rapazote. Começou por agradecer as palavras de saudação do presidente da Câmara. Referindo-se à «personalidade inconfundível do Município de Lisboa, o qual, há séculos se reflecte na admirável vitalidade do seu povo. Teceu, depois, algumas considerações sobre a função das instituições intermédias na orgânica do Poder. E afirmou:

«Creio que, à medida que o Estado diminui a sua intervenção na vida das instituições, robustece o seu Poder político, aumentando o prestígio do regime. Toda a afirmação de autoridade dos chamados corpos intermédios, a sua capacidade de decisão autónoma contribui para fortalecer as nossas estruturas antitotalitárias e proteger o homem.

«Às tentativas de massificação, de socialização, de subordinação a omnipotência indezível do Estado e das suas tecnocracias, tem de saber resistir e de saber responder a fortaleza e o espírito criador dos homens que são chamados a exercer a autoridade em todos os corpos sociais.

«Destruídas ou subordinadas estas autoridades naturais pela técnica da «revolução silenciosa» que as contesta, asfixia ou paralisa, aberto estaria o caminho para o completo domínio do Estado e para a implacável flagelação das liberdades.

Quando se discutem a herança do passado, a segurança do presente e as promessas do futuro, faz-nos bem meditar os fundamentos das nossas verdades históricas e políticas à sombra tutelar desta casa onde se encontrou a medida justa do tratamento das necessidades de um corpo social tão rico de potencialidades e de reservas, que cresce sem licença dos homens e renova, sem cansaço, o seu equipamento.»

Continuando, o ministro defendeu a actualidade da instituição municipal, que se deve socorrer, no nosso tempo, da «visão de conjunto dos problemas, da colaboração dos vários sectores da administração pública» e da colaboração entre o Governo e os poderes municipais, em ordem à salvaguarda do interesse geral, através da eficiência dos serviços públicos «que deve ser a preocupação constante de quem administra».

A terminar, renovou a sua confiança ao eng. Santos e Castro, em quem disse reconhecer «um conjunto de qualidades» que tornam o presidente do Município «capaz de imaginar, de criar e de agir com segurança e audácia bastantes para a compreensão e realização da Lisboa da década de setenta».

Depois de receber os cumprimentos dos funcionários superiores do Município, o dr. Gonçalves Rapazote foi obsequiado com um almoço íntimo, num restaurante da cidade.





VISITA HISTÓRICA

DO
Prof. MARCELLO CAETANO
À CÂMARA MUNICIPAL

O prof. Marcello Caetano, presidente do Conselho de Ministros, escolheu a data do feriado municipal, para retribuir a visita de cumprimentos que os representantes da edilidade lisboeta lhe fizeram, na altura em que foi investido no alto cargo de Chefe do Governo.

Com a assinatura que iria apor no Livro de Ouro da Cidade de Lisboa, ficou assinalada mais uma página dos anais do primeiro Município do País. Por isso, a solenidade revestiu-se da maior solenidade, também marcada pela presença do ministro do Interior, dos secretários de Estado da Informação e Turismo e de outras altas entidades.

Recebido pelo eng. Fernando Santos e Castro, ao descer do automóvel que o conduziu até aos Paços do Concelho, o prof. Marcello Caetano teve as honras da continência prestadas por uma forma-

ção do Batalhão de Sapadores Bombeiros, com fanfarras, a que passou revista na companhia do presidente da edilidade e do comandante daquela corporação.

Após o desfile, o Chefe do Governo, no vestíbulo dos Paços do Concelho, foi cumprimentado pelos vice-presidentes, eng. D. Segismundo Saldanha e dr. Dinis Soares da Costa, e pelos elementos da vereação. Organizou-se, então um cortejo que subiu a escadaria nobre, cuja galeria era ocupada pelos representantes das juntas de freguesia, elementos das comissões paroquiais da Acção Nacional Popular e dirigentes e membros da Federação das Colectividades de Recreio, com seus estandartes, os quais tributaram ao prof. Marcello Caetano os mais entusiásticos aplausos.

O cortejo encaminhou-se para o gabinete da presidência, onde se procedeu à assinatura do Livro de Ouro da Cidade. Ali foi entregue, ainda ao ilustre visitante uma lembrança, constituída por uma fruteira de prata, com inscrição gravada, assinalando a data da visita.

Após breves instantes de descanso, o Presidente do Conselho dirigiu-se para o salão nobre, atravessando a sala Rosa Araújo, onde o aguardavam os atrás citados membros do Governo e outras individualidades.

Ficou o Presidente do Conselho sobre um pequeno estrado erguido no salão nobre, rodeado pelo presidente, vice-presidentes e vereadores, todos com as insígnias municipais. Numerosas personalidades e os altos funcionários enchem a vasta sala.

Um dos objectivos camarários consiste em produzir futuramente muito mais — acentuou o eng. Santos e Castro.

Reproduzimos o discurso de boas-vindas proferido pelo eng. Santos e Castro:

«Senhor Presidente do Conselho de Ministros

No livro de Ouro da cidade de Lisboa, reservado a Chefes de Estado e de Governo, ficou desde há poucos minutos, o nome ilustre de Vossa Excelência e com essa assinatura mais algumas páginas da História do País se ligaram aos anais do seu primeiro Município. Nestes Paços do Concelho e na velha instituição que representam hoje, inúmeros factos assinalam os mais relevantes pas-

sos de alguns séculos de vida portuguesa e quase se não encontram acontecimentos marcantes que nesta casa não tenham, de algum modo, deixado nota ou reflexo. Na responsabilidade de um passado rico de determinação e na simultânea esperança de um futuro que poderemos construir se todos seguirem aquele princípio muito simples e muito alto que Vossa Excelência definiu há pouco mais de um ano, também numa nobre Câmara Municipal, como sendo a síntese do seu programa: «servir os interesses profundos da Nação»; foi o que entrou aqui e inscreveu a sua presença nas folhas austeras do Livro da cidade.

É este o primeiro significado que Lisboa toma da alta deferência que representa a visita de Vossa Excelência aos Paços do seu concelho e, antes mesmo de exaltar o gesto e saudar a presença, cumpre-me ser dele intérprete em seu nome.
Senhor Presidente

Grande honra sente a Câmara Municipal de Lisboa em receber Vossa Excelência; apresente-lhe as mais respeitosas saudações e agradece, profundamente reconhecida, que se tenha dignado visitá-la. Nesta cidade tem a sua sede o Governo a que Vossa Excelência preside, circunstância que consente à Câmara seguir de perto todos os seus actos e manter com os seus ilustres membros os contactos que são necessários ao exercício da administração local. Muito generosamente, nunca Vossa Excelência deixa mesmo de conceder-lhe audiência pessoal. Porém, vir até ela na sua própria casa, representa muito mais do que poderia esperar e exprime uma atenção que altamente a dignifica. A cidade regista o facto e os que a representam no seu conjunto e nos seus bairros e freguesias desvanecidamente agradecem-no a Vossa Excelência e recebem-no jubilosamente, com a simplicidade que pediu, respeitando apenas a tradição municipal, mas com a alma em festa e de coração aberto.

Vem Vossa Excelência até nós quando pretende a Câmara revigorar os entusiasmos realizadores e promover aquela acção para a qual a todos Vossa Excelência convida nas esclarecidas palavras que frequentemente dirige ao País. É, portanto e ainda, um estímulo que nos traz a presença de Vossa Excelência; um estímulo e um apoio que se procurará não desperdiçar, tão vastas e numerosas são as solicitações e as necessidades.

Um aturado trabalho de estudo para definição de prioridades e recolha de meios terá de ser preparado logo que se tenha ocorrido sofrivelmente às mais graves carências. Uma adaptação orgânica dos serviços às actuais características e problemas da cidade, é tarefa indispensável mas, que as limitações no recrutamento de pessoal habilitado só consentirá executar por fases. A preparação da Lisboa futura e a execução dos trabalhos programados impõem uma determinação e um volume de meios técnicos e financeiros que as exigências do dia-a-dia e, sobretudo, de dois ou três grandes problemas que reclamam atenção e trabalhos imediatos, não consentem facilmente mobilizá-los na dimensão necessária. Mas, porque a ambição só é legítima quando proporcional ao que é efectivamente possível, esta Câmara — tendo o gosto de afirmá-lo a Vossa Excelência — está tentando encontrar a máxima produtividade dos meios de que dispõe e procurando superar pelo menos algumas dificuldades com os entusiasmos que puder reunir. Sempre que não for alcançável a perfeição do processo ou a mais moderna técnica funcional, não poderá parar-se por isso, pois não estamos em época de detenções. Há que realizar o que for efectivamente possível e como for possível na esperança de que, com o que alcançarmos, outros possam, com menor esforço, produzir futuramente muitos mais.

Conhece, como poucos, Vossa Excelência a administração municipal e bem realisticamente se lhe referiu já como Chefe do Governo. Não tenho, assim qualquer necessidade de me referir a nenhum dos seus diversos aspectos. Pelo contrário, teria muito a aprender, ouvindo Vossa Excelência. Por outro lado, não é este o momento apropriado, pois vivemos a alegria da visita de Vossa Excelência e só ela nos preenche o espírito.
Senhor Presidente

Com a serena convicção do cumprimento dum alto dever, está Vossa Excelência governando o País de acordo com os profundos anseios do povo português que bem definiu a 27 de Setembro de 1968: defesa «da independência nacional», defesa «da integridade do território», defesa da «ordem que permita o trabalho e facilite a aceleração do progresso material e moral». A esmagadora maioria dos portugueses estão e estarão nesse rumo com Vossa Excelência e a cidade de Lisboa,

com alguns grandes problemas que deseja ver resolvidos ou, pelo menos atenuados, sabe que sem aqueles altos valores mais longe ficaria das soluções, se outros não viessem somar-se-lhe. Sabe, ainda, que apenas o trabalho persistente conduz a resultados reais e só a convergência das vontades dinamiza acções produtivas.

Não têm ido por todo o mundo fagueiro os tempos ao apostolado e à realização das grandes e verdadeiramente úteis tarefas mas, nem por isso será razão para abandoná-las. O bom senso e a honestidade dos propósitos acabam sempre por triunfar e aqui e além notam-se já salutaras atitudes que, de novo conduzirão os homens ao esforço realista da construção e a História registará a luminosa presença da verdade.

Pertence Vossa Excelência a esta rara categoria de homens e por isso a Nação se lhe confiou quando, em momento que quase todos antes recuaram, o Venerando e respeitado Chefe do Estado lhe entregou o Governo do País para que novo período de paz e de progressivo desenvolvimento fosse promovido. Lisboa tem seguido tranquila o fecundo labor de Vossa Excelência e espera que assim possa continuar a viver. Há tanto que todos gostaríamos de ver realizado.

Voltamo-nos, assim, francamente para o futuro e não receamos enfrentá-lo. Ele será o fruto das certezas fundamentais que dentro dos muros da cidade sempre encontraram abrigo fiel mas, também, o produto das esperanças e das vontades que a sua população soube acalentar e exprimir em todas as horas de uma longa e bem determinada vida nacional.

Na glória como no martírio, Lisboa foi em todos os tempos o grande palco dos nossos destinos e a expressão última da nossa decisão. Aqui se acolheram e guardaram sempre os princípios autênticos da civilização europeia e do pensamento cristão quando por outras paragens os vendavais pareciam definitivamente encerrar uma época. Aqui se transportaram há séculos para todo o mundo as ideias generosas que hoje, outros anunciam, com bem falso profetismo e em modo de descoberta própria e recente. Aqui, Senhor Presidente, está, como tem sido testemunhado, um povo que nunca virou a fronte à própria Pátria e seguiu sempre o que a guiaram pelo caminho do seu maior bem-estar, sim, mas acima de tudo



pelo da sua independência, respeitadora de outras mas vigilante em si mesma.

Por tudo isto, Senhor Presidente do Conselho, Lisboa continua presente.»

As responsabilidades do governo duma grande cidade são cada vez mais árduas — afirmou o Presidente do Conselho.

Após a salva de palmas, demorada e calorosa, que a assistência tributou ao presidente da C. M. L., no final do seu discurso, outra rompeu, na altura em que o prof. Marcello Caetano fez menção de falar. Reproduzimos a sua notável oração:

«Teve V. Ex.^a, sr. presidente da Câmara, a amabilidade de me ir apresentar cumprimentos pouco depois de ter tomado posse, e nesse acto

quis acompanhá-lo a ilustre vereação. É para retribuir esses cumprimentos que aqui me encontro hoje. Gostosamente o faço: porque me é grato saudar, nos próprios Paços do Conselho, os homens bons que zelam pelos problemas cada vez mais numerosos e complexos da vida administrativa da cidade, e porque assim tenho ensejo de prestar homenagem, em meu nome e em nome do Governo, ao mais importante município do País no dia da sua festa cívica.

Talvez que nem todos alcance bem o significado desta homenagem. Vão muito esquecidas certas noções fundamentais da nossa vida pública. Para um grande número de pessoas, as câmaras municipais não se distinguem das repartições do Estado. E todavia elas ostentam uma autoridade própria e peculiar. Ainda que os municípios, hoje em dia, não possam deixar de colaborar intimamente com o Governo e de inserir-se no plano

geral da acção do Estado, as instituições municipais não são o Estado: traduzem as comunidades vicinais formadas nas áreas concelhias, existem pela natural conveniência e necessidade de participação dos vizinhos na resolução dos seus problemas locais, têm fins próprios a realizar e para essa realização dispõem de poderes que exercem com autonomia. A tradição e a razão fizeram dos municípios, em Portugal, entidades bem diferenciadas no conjunto da administração pública e que o Governo considera, ouve e respeita.

Claro que neste mundo onde as distâncias se encurtaram prodigiosamente e as solidariedades dos homens se estreitaram a ponto tal que já ninguém pode ficar alheio aos problemas do seu semelhante, onde quer que ele esteja, ao mesmo tempo que costumes, hábitos e necessidades se uniformizam de dia para dia, num mundo destes, dizia eu, não é concebível aquela quase independência do município antigo, formado por uma povoação isolada, retraída sobre si própria e distante largas e penosas léguas do mais próximo agregado populacional.

As autonomias dos forais da Idade Média, que a cada terra conferiam um direito peculiar e faziam do reino uma federação de múltiplas e pequenas repúblicas, não têm lugar nos tempos que vão correndo, e não resistiram de resto à centralização do poder operada a partir do século xv. Hoje, se importa interessar os cidadãos na resolução dos problemas que mais de perto lhes tocam na vida quotidiana e desconcentrar poderes para levar avante expeditamente as decisões, não é possível deixar de integrar os particularismos locais na contemplação do supremo interesse nacional nem de somar necessidades e de avaliar recursos num plano geral que permita melhor repartição de possibilidades e mais justa satisfação de carências.

Mas tudo isto, esta integração do município no conjunto nacional, não tolhe a personalidade municipal. Lisboa, por muito íntima que seja a associação que a liga ao Estado de que é capital, está desde 1179 erigida em concelho, tem o seu governo próprio na câmara que a administra, dispõe de serviços privativos, decide dentro das suas atribuições legais, exerce a sua autoridade perante a qual tantas vezes o Governo da Nação não tem mais a fazer do que curvar-se.

É essa autonomia que eu aqui estou a celebrar, com o respeito devido às coisas venerandas e a expressa intenção de sublinhar a convicção de que, utilizada com saber, prudência e espírito cívico, tem papel relevante a desempenhar agora e no futuro.

As responsabilidades do governo de uma grande cidade são cada vez mais árduas. Não dispensam já administradores experientes que se lhes entreguem em tempo inteiro. Mas as suas próprias tradições municipais exigem que não deixem de estar junto deles os representantes da comunidade, os vereadores, para exprimirem através das iniciativas, como dos comentários, dos louvores ou das críticas, na colaboração e na fiscalização, os anseios, as opiniões, as preocupações e as inquietações dos municípios.

Honrar o Município de Lisboa — aproveitando este dia em que se comemora a figura popular do primeiro lisboeta, nascido na Lisboa cristã, que pelo seu génio ganhou nomeada universal — traduz um dever do cargo, por exprimir uma atitude do Governo em face da instituição municipal, mas que cumpro com particular alegria por ser eu próprio lisboeta pelo nascimento e pelo coração.»

O Presidente do Conselho evocou, então, as suas qualidades de lisboeta, acentuando:

«Filho de uma família serrana que aqui se estabeleceu, em casa de meus pais respirava-se a saudade dos montes e vales onde haviam sido criados e de onde, com pesar, se haviam expatriado. Mas eu nasci à sombra da igreja da Graça, de cuja tradicional irmandade do Senhor dos Passos sou irmão quase desde nascença. Fiz todos os meus estudos em escolas lisboetas, desde a primeira escola primária, a escola n.º 4 no Campo de Santa Clara, passando pelo Liceu de Camões, até à Universidade. Rapaz, palmilhei a cidade inteira, em tempos de ruas calmas e de trânsito pacato, percorrendo mais os bairros velhos do que as avenidas novas. Vivi os sucessos do tempo, misturado na multidão, fossem os grandes incêndios, fossem os solenes festejos, as manifestações, os cortejos, os cataclismos e as revoluções. Andei no povo curioso e versátil, vibrei com as suas cóle-

ras e os seus entusiasmos, corri os seus riscos e participei das suas exaltações.

A Lisboa da minha juventude parece-me agora bem pequena e provinciana. Posso evocá-la como sendo a minha terra, o que hoje já me parece difícil para quantos nascem na Metrópole imensa, pois quem é de uma grande cidade não tem a sensação de possuir uma terra natal. E mesmo assim, é aos bairros onde na infância residi — a Graça e os Anjos — que me sinto mais ligado. Bairros bem castiços, sobretudo o primeiro, tão ligado aos velhos tempos de Lisboa, próximo de S. Vicente e do Castelo, e onde hoje não passo sem que o coração se aperte de recordações e de saudades. Esta qualidade de lisboeta evoco-a, sr. presidente, srs. vice-presidentes e srs. vereadores, tão-só para poder reforçar com os meus sentimentos pessoais as palavras de gratidão que, como Chefe do Governo, me merecem quantos nesta casa se têm devotado e sacrificado para que a cidade seja mais vasta, mais cómoda, mais rica e mais bela.»

Ao terminar, o prof. Marcello Caetano afirmou:

«Pela sua condição de capital, é em Lisboa que ressoam todas as grandes causas e todas as grandes aspirações nacionais. Espelho do presente, aqui se desvendam as perspectivas do futuro. Uma capital em progresso, não apenas no tamanho mas na harmonia, na segurança, na prosperidade da vida urbana, denota um País animado de espírito progressivo. Afirmou V. Ex.^a, Senhor Presidente da Câmara, que nesta era de renovação Lisboa continua presente. Não o duvido.

Não tenho dúvidas de que Lisboa quererá sempre ser pioneira de todos os movimentos de renovação e engrandecimento pátrios. Confiadamente espero, e comigo esperam todos os portugueses, que sem desrespeito de tudo quanto ficou do passado a imprimir carácter e a tocar de encanto a nossa cidade, o Município encarará e porá em prática ao ritmo célere do presente, as soluções impostas pela previsão do futuro.

Podem os administradores municipais contar sempre, para a sua acção, com o apoio e cooperação do Governo. É essa certeza que eu quero aqui deixar como última palavra deste encontro já por

si bem significativo do espírito de mútuo respeito e de recíproca colaboração que nos anima.»



Findos que foram os aplausos a premiar as palavras do prof. Marcello Caetano, este, com as restantes individualidades, passou para a Sala Dourada, a fim de receber os cumprimentos das entidades. De novo, em cortejo, sempre saudado com entusiasmo pela assistência, desceu a escadaria e, na companhia dos presidentes e vereadores e membros do Governo, dirigiu-se para o automóvel que o aguardava à entrada dos Paços do Concelho. Estava terminado, como frisara o eng. Santos e Castro, um dos eventos mais marcantes assinalados nos fastos da velha instituição ao largo de alguns séculos da vida portuguesa.



DOADOS AO MUNICÍPIO DOIS QUADROS VALIOSOS

«CAMÕES» E «FERNANDO PESSOA»

FOI acto muito concorrido e que se revestiu do maior interesse, pelo significado e por abrir caminho a futuras dádivas com idêntico objectivo, o acto da doação de dois quadros valiosos ao Município. Simultaneamente, a cerimónia deu aso a afirmações da maior importância produzidas pelo sr. eng.º Santos e Castro, presidente do Município, mormente às dispendidas quanto à urgência de Lisboa ser dotada dum verdadeiro museu destinado a receber e a patentear, nas melhores condições, as obras de Arte na realidade dignas deste nome e que, de qualquer maneira, venham a enriquecer o património cultural da capital, quer pelo próprio valor intrínseco, quer ainda por ficarem a recordar pintores, escultores, artífices que, por seus méritos, se tornaram famosos e simultaneamente honraram a cidade onde nasceram, ou onde criaram as obras que os tornaram conhecidos e admirados.

A solenidade decorreu no salão nobre dos Paços do Concelho. O banqueiro e coleccionador Jorge Brito entregou ao presidente do Município, eng.º Santos e Castro, os quadros «Fernando Pessoa» e «Camões», respectivamente, de Almada Negreiros e António Soares, para ficarem integrados no património artístico da cidade de Lisboa.

Após a assinatura do auto de doação dos quadros, que se destinam ao futuro Museu Municipal de Arte Moderna, o presidente da C. M. L. proferiu o seguinte discurso:

«Pela mão generosa de V. Ex.ª, entraram hoje no património artístico da cidade de Lisboa duas peças do mais alto valor e significado; alto valor como expoentes das obras de dois grandes nomes da pintura portuguesa contemporânea — António Soares e Almada Negreiros — e alto significado porque nelas se retratam as duas maio-

res expressões da poesia portuguesa de todos os tempos: Camões e Fernando Pessoa.

Num só momento, V. Ex.ª fez entrar nos Paços do Concelho de Lisboa estes quatro geniais espíritos da arte e do sonho, entregando à guarda da cidade, através do seu Município, duas obras da mais alta qualidade, em cada uma das quais o talento pictórico fixou a expressão de um talento poético naquela comunhão que apenas se alcança quando ambos atingem iguais níveis de entendimento.

Magnânima, sem dúvida, a oferta de V. Ex.ª mas, também feliz oferta porque raramente se poderia reunir em dois quadros um tão largo conjunto de valores e pressinto que terá sido a consciência deste facto que no seu cultivado espírito terá determinado acrescentar à dádiva do famoso «Pessoa» de Almada Negreiros o profundo «Camões» de António Soares. E consinta-me V. Ex.ª que, antes mesmo de louvar a doação, eu tenha feita esta referência à sua sensibilidade de coleccionador. As duas obras não deveriam separar-se já que o destino as juntara nas suas mãos e, neste entendimento, ambas teriam de vir juntas ao património da cidade, para que juntas permanecessem e fossem admiradas.

Em nome de Lisboa e do seu Município, cumpre-me o grato dever de manifestar a V. Ex.ª o reconhecimento que a ambos merecem a pessoa e o gesto. Dar traduz sempre uma nobre atitude de renúncia em favor de terceiros. Porém, quando em vida e na flor da idade se dá a todos o que muito se ama, como V. Ex.ª estima cada um dos quadros da sua valiosa colecção, então temos de entender que a dádiva não corresponde só à generosa capacidade da renúncia mas, determina-se no alto propósito de enriquecer um património público, adquirindo para juntar e dar depois condigno destino peças de alto valor que, doutro modo permaneceriam dispersas e longe da contemplação de todos. Magnânima e feliz oferta, disse há pouco. Promissora oferta, acrescento agora, pelo exemplo que nela se contém.

Junto destes quadros ficará o nome de V. Ex.ª, como ficará também nos anais do Município. Mas ficará sobretudo no coração de todos os lisboetas amantes da arte, que nesta sala — para já — e depois em local apropriado, poderão admi-



"Camões"
Quadro de António Soares



" Fernando Pessoa "
 Pintura de Almada Negreiros

rá-los agora que pela vontade de V. Ex.^a foram conduzidos à dignidade que mereciam.

Outro mérito, ainda, teve a atitude de V. Ex.^a: o de ter feito lembrar a esta Câmara quanto vagueavam de certo modo em plano modesto as suas intenções relativamente à guarda e exposição dos valores artísticos e históricos do seu património.

Na série das considerações que, em cada sessão pública, tenho vindo a fazer sobre temas da acção ou da responsabilidade do Município, ainda não chegou a altura de poder exprimir um pensamento neste campo. Fá-lo-ei, oportunamente, pois — ao contrário do que porventura alguns possam pensar — nenhuma das considerações que tenho formulado se fizeram sem a necessária reflexão quanto à viabilidade, nem tão pouco sem que estivessem assegurados os primeiros passos no sentido indicado. Sou suficientemente realista para proceder deste modo e dele não posso, pela responsabilidade, afastar-me.

Se bem que não disponha, ainda, dos elementos suficientes para a formulação de um juízo, tenho a sensação de que, efectivamente, haverá que rever muito profundamente as ideias há muito existentes quanto ao museu ou museus que o Município possui ou deveria possuir. Por um lado, não sei em que medida será defensável uma grande pluralidade de museus (ideia em que facilmente se cai) e, por outro, tenho dúvidas sobre se o conceito de um Museu da Cidade (certamente mais votado aos valores históricos) poderá, só por si, preencher a lacuna que a dádiva generosa destes dois quadros veio lembrar estar aberta.

Nestes quatro meses de intenso exercício do meu mandato, para além de alusões ou conversas casuais, não dispus ainda de tempo para reunir quem me pudesse estudar o problema em toda a extensão e me oferecesse à decisão as opções viáveis. É um trabalho delicado que terá de ser feito e que a atitude de V. Ex.^a vem tornar mais necessário e de certo modo mais urgente. Que me perdoem — em sinceridade de opinião — os que não estejam de acordo, mas, não vejo nem sinto como se possam guardar e expor, em velhos palácios restaurados, peças de arte dos nossos dias, como estas que acabam de entrar no património da cidade. Adquirir para restaurar e conservar

esses palácios será sempre um dever que a Câmara cumprirá na medida das suas possibilidades mas, não parece que a cada um deles deva necessariamente corresponder um museu. Quantas outras actividades culturais teriam ali mais adequada guarida?

Não sei ainda. Há primeiro que estudar e decidir depois. V. Ex.^a veio dizer à Câmara Municipal que, sem prejuízo das tarefas em que estamos empenhados, devemos somar mais esta. Pois seja e com isto foi mais um serviço que V. Ex.^a prestou a Lisboa.»

Falou, depois, Jorge de Brito. Começou por agradecer o ambiente de muita simpatia que caracterizava aquela sessão, afirmando, a propósito da sua oferta: «Penso e sinto que, com a entrega à Câmara Municipal de Lisboa dessas magníficas obras de arte que são o retrato do poeta Fernando Pessoa, de Almada Negreiros, e o retrato de Camões, de António Soares, se definiu o propósito de marcar uma atitude, incentivar uma orientação, alargar o caminho que conduzirá à repetição de actos de índole e de eficácia semelhantes.»

Lembrou, a seguir, os nomes de seu pai, que lhe inculciu o gosto pela pintura, e do seu amigo, António Filipe Barata.

Referindo-se, depois, ao sacrifício que sempre representa para um coleccionador afastar-se das peças da sua colecção, declarou, a terminar:

«Mais me custaria abster-me da prática de um acto que testemunha o meu alto apreço pelos superiores interesses artísticos da cidade em que fui criado e na qual alcancei a situação de que desfruto. Mais me custaria, sobretudo, recusar à memória do português de génio que foi José de Almada Negreiros e ao admirável talento do pintor António Soares as homenagens que conduzam à sua representação — e em que brilhantíssimo grau! — no Museu de Arte Moderna da capital do meu País.»

*

Os dois quadros estiveram expostos, durante vários dias no salão nobre dos Paços do Concelho, onde se conservarão até que o Município tenha o Museu condigno e anunciado na cerimónia, para onde então hão-de transitar e constituir duas peças valiosas oferecidas à contemplação de visitantes.

NA NOITE DE SANTO ANTÓNIO

FESTA LISBOETA DE LUZ E ALEGRIA

Mais uma vez, os festejos da noite de Santo António, ou seja o desfile das Marchas Populares, alcançaram êxito notório, e chamaram as atenções gerais. E Lisboa, embalada, curiosa, palpitante, aplaudiu os cortejos que, garbosos, folgazões e garridos, desceram, um após outro, a principal artéria cidadina, lindamente ornamentados com arcos e balões e outras alegorias próprias da quadra.

A noite de Santo António foi, assim, festejada com o brilho condigno, e a pacatez da cidade profundamente alterada. Os risos ecoaram, os incitamentos também. A multidão, acotovelando-se pelos passeios centrais da Avenida, uns sentados, outros em pé, rejubilou.

O espectáculo é considerado o cartaz folclórico mais berrante e pitoresco de Lisboa. E esta evocação dos usos e costumes de outrora constitui repositório, o mais fiel possível, dos tempos em que imperaram o marialvismo; as cantorias das gentes da lavoura dessas épocas, que habitavam os arrabaldes; a vivacidade de pescadores e varinas — tudo, enfim, que é Lisboa e que caracteriza as suas gentes. À par disso, em sucedâneo de figurinos, a imagem, fielmente estampada, da indumentária desses tempos.

Cada bairro, revolvendo os pergaminhos do passado, pôs em equação, com o mais terno preciosismo e candura, o que de castiço havia para mostrar.

Como sempre, os elencos, em rivalidade que é bairrismo, apostaram-se em amealhar o maior somatório de aplausos da assistência. Desemboçando da Praça Marquês de Pombal, depois de feita a concentração na ala norte do Parque Eduardo VII, as representações da Ajuda, Alcân-

tara, Alfama, Alto do Pina, Bairro Alto, Benfica, Bica, Campo de Ourique, Carnide, Castelo, Graça, Madragoa, Marvila, Mouraria e Olivais, prepararam-se para iniciar o desfile.

Romperam os aplausos. Abrindo o desfile, surgiram as bandeiras das colectividades representadas nos festejos e, com elas, como organismo máximo, ia a bandeira da Federação das Colectividades de Cultura e Recreio.

De concepção muito engenhosa, desfilou um monumental carro alegórico dedicado a Santo António, emoldurando-o lindos e pitorescos motivos populares, cuja passagem o público saudou com natural euforia.

Mas a festa é das Marchas Populares e, por isso mesmo, os aplausos mais vibrantes estavam reservados à aparição desses conjuntos. Ao todo, oitocentos e quarenta figurantes, rapazes e raparigas, contando também com os elementos que formam o cavalinho (elenco de músicos que cada bairro leva consigo, num total de oito elementos), envergando trajos berrantes, a contrastar com arcos e balões, alcaçofras, cravos e manjericos, festões e outros motivos decorativos.

Os componentes das marchas, jovens que, esquecendo o cansaço da caminhada, só têm sorrisos para a assistência, são os obreiros da alegria inusitada, do frenesim, que espalham à sua volta.

Quando a primeira marcha — por ordem de sorteio — contornou a Praça Marquês de Pombal, pejada de espectadores, os vivas, as aclamações, soam clamorosamente.

— Viva a Madragoa! . . . — gritaram, a plenos pulmões, os mais exaltados.

Era, de facto, a Madragoa. Foi a Madragoa, esse bairro dos mais típicos da cidade, que teve a primazia de abrir o desfile. A simpatia do público por este conjunto foi evidentíssima.

A partir daí, outros e outros bairros se sucederam. Fachos de luz, irradiando, profusamente, de arcos e balões, iluminaram a noite antonina. Com intervalos regulares, de cerca de uma centena e meia de metros, os grupos, bailando e cantando alegremente, levaram ao rubro o entusiasmo da multidão, rendida pela graciosidade, colorido e movimentação dos pares.

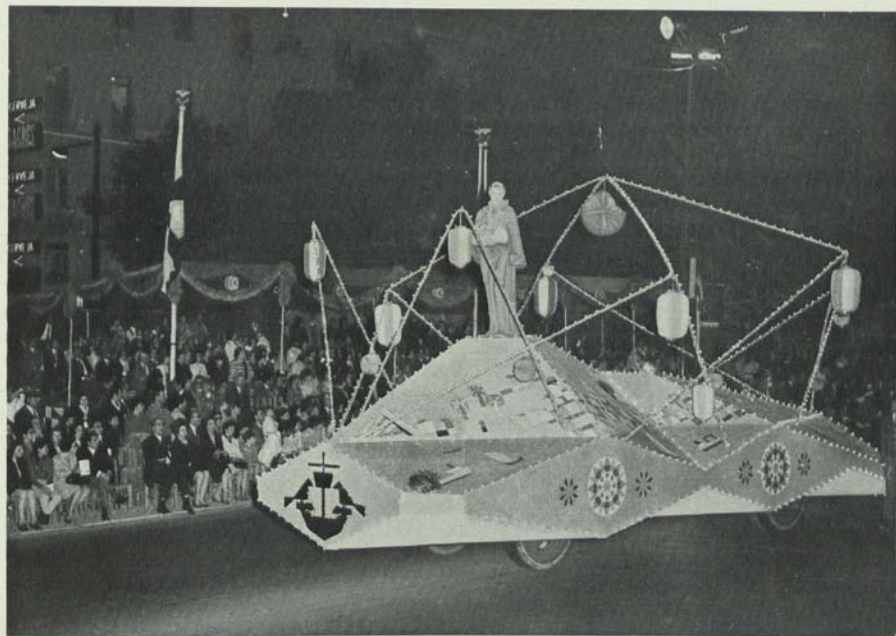
... Na noite de Santo António — idolatrada e festejada ruidosamente pelos lisboetas —, o milagre aconteceu. E foi o povo dos bairros que operou esse milagre.

APONTAMENTOS DE CADA MARCHA: INDUMENTARIA E DECORAÇÕES

Alardeando a maior vivacidade, apareceu a Madragoa. As ovações sucederam-se. Envergando a indumentária de pescadores e varinas do sé-

culo XIX, rapazes e raparigas desse bairro típico, virado ao Tejo, vinham descalços. Trajo piscatório. Os jovens apresentam-se de barrete preto, com borla; camisa xadrez; camisola branca, interior, e calça preta, arregaçada, com dobra branca a meio do joelho. As suas companheiras, de chapelinho preto, com rodilha vermelha; saia de xadrez, com borla larga, verde-escuro; lenço na cabeça; blusa branca, com folhos, e corpete axadrezado, debruado de preto. Ovações e mais ovações. Como ornamento, o cortejo trazia doze arcos. Os rapazes traziam um xalavares (saco de rede do pescado) e as varinas canastras iluminadas. Realmente, a marcha, revelando-se muito homogênea, com todos os movimentos coreográficos bem definidos, era credora dos aplausos que recebeu.

Depois, veio o grupo do Castelo, cujos componentes trajavam de militares do século XIX. Indumentária bonita, vistosa. Eles, de barretina branca, azul e dourada; dólman branco, calça azul, com listas douradas e sapatos pretos; casaca, dólman e saia azul (muito mini-saia . . .), barre-





tina e sapato preto. Apontamento curioso: a condizer com a vestimenta de militares, os jovens do Castelo levavam tambores. Um rufar, bem ritmado, acompanhando a melodia da própria marcha tocada pelo cavalinho, provocava ovações. Arcos majestosos. A marcha prosseguia na sua caminhada, depois de vencer o segundo quarteirão da Avenida, sempre saudada pelo público.

O terceiro elenco era o da Bica, bairro cheio de tradições, muito antigo. Vendedeiras e aguadeiros do século XIX. Os rapazes levavam camisa branca com folhos, colete e calças com dobra, também de várias cores, cinta vermelha e verde e sapatos de cabedal branco. Na cabeça, vistoso boné. Por seu turno, as jovens iam com lenços na cabeça e ao pescoço, blusa com folhos, saia com barra bordada, avental e boné igualmente bordados, meia branca e chinelas. Os figurantes transportam quarenta e oito adereços, baseados em temas da quadra dos santos populares. Também receberam muitas ovações. O bairro primava por exhibir, no aspecto ornamental, motivos deveras pitorescos: barris de aguadeiros, bilhas e manjericos, formando um todo alegórico que dava

nas vistas. Além dos adereços, a Bica conduzia doze arcos, de concepção engraçadíssima, sendo o mais significativo o designado por «Arco da Bica». Retiraram-se no calor de mais e mais aplausos.

O traje do bairro seguinte — Alto do Pina — assentava na indumentária de saloios e saloias do século XIX, traje a condizer com as origens campestres do antigo arrabalde de Lisboa. As jovens vestiam lenço vermelho (na cabeça); blusa azul-celeste, com folhos; saia xadrez, vermelho, preto e branco; avental amarelo; meia branca, com borlas vermelhas, e sapatos pretos. Eles: jaqueta castanho-escuro; dragonas a ouro e amarelo torrado; lenço encarnado; calça preta; fita vermelha; chapéu à ribatejana e bota preta de meio cano e tacão alto. Cada componente da marcha empunhava um pequeno arco. Ao todo, quarenta e oito arcos garridos, espalhando à volta fogachos de luz. Exibindo-se com garra e airozidade, o cortejo foi distinguido com calorosas ovações.

Alfama — lastradores da Brigada Real e mulheres do povo do século XIX — teve acolhi-

mento caloroso. Doze arcos, surpreendentes, irradiavam muita luz. Os temas: «Casario de Alfama», «Miradouro de Santa Luzia», «Museu de Artilharia», «Igreja da Sé», «Fado», «Adamastor», etc. O bairro, um dos competidores sérios dos festejos populares, conquistou aplausos unânimes.

Sem quebra de ritmo ou outros contratempos que demore o desfile dos cortejos, apareceu outro bairro castiço de Lisboa: Mouraria. Severas e fadistas do século XIX. Guitarras empunhadas pelos rapazes, que, juntamente com as raparigas, desceram a Avenida com desenvoltura. Os arcos engenhosos, seis caracterizando o rendilhado de outras tantas janelas características dos prédios do bairro e, ainda, os arcos evocativos da «Capela da Senhora da Saúde» e «Nossa Senhora da Saúde». Outra marcha séria candidata ao título, a avaliar pelos incitamentos que o cortejo ouviu ao longo do desfile.

Fragateiros e descarregadoras de arca e sal, trajo do bairro de Marvila. Enfrentando o público com o mais radioso sorriso, os figurantes valorizaram o desfile. Palmas. Eles de bonés verdes, jaqueta preta, camisa xadrez, cinta, calça justa, por cima do tornozelo, com lista preta. As raparigas, por sua vez, levavam «soga», agarrada a um lenço encarnado com touca preta, camisa de folhos, saia encarnada, meia branca e chinelas pretas. Indumentária, embora inspirada com simplicidade, provocou referências elogiosas do público, sublinhadas por aplausos. Cada figurante trazia um balão, versando diferentes alegorias.

Era a vez de desfilar a oitava marcha: Campo de Ourique. Trajos de fazendeiros em dia de festa do século XVIII. O elenco trazia, em descrição exacta, fiel à época a que remonta o figurino, a vestimenta de ponto em branco. Eles com chapéu castanho, de aba larga, colete azul (médio), com botões pretos, camisa branca de folhos, calça preta, cinta encarnada e sapatos castanhos. As raparigas envergavam trajo curto: lenço verde, chapéu pequeno, preto, colete vermelho, abotoado com um cordão branco, sem mangas, blusa branca, com folhos, saia «brique», ornada de preto, avental verde e sapatos pretos. A marcha apresenta-se com doze arcos, sendo o mais atraente o «Milagre de Santo António» (consertando a bilha de uma jovem). O elemento masculino

transportava os arcos, e as companheiras açafates com flores artificiais, de belo efeito.

Benfica surgiu, seguidamente. Revoada de aplausos. A marcha contava com a simpatia não só dos moradores do bairro, como também, de maneira geral, de todo o público. O ruralismo ressuma da indumentária. Mantendo uma velhinha tradição, o elenco vinha de saloios e saloias do século XVIII. A marcha, sem interrupção, era vitoriosa. Como adorno, arcos faiscantes: o do «Manjerico» e «Salóios de Benfica», além de outros com fantasias.

Na peugada vinha o bairro de Olivais. Trajo: homens e mulheres do campo do século XIX. Rural também, sob o ponto de vista de confecção de figurino, como não podia deixar de ser. Os rapazes de chapéu preto, com fitas de cores várias, camisa branca, colete verde-azeitona, calça preta, cinta amarela e bota preta. As jovens com lenço de cor garrida, blusa branca, colete preto, saia verde-azeitona, avental amarelo e chinelas. Olivais foi ovacionado. Figurantes muito jovens, mas apurados na passada. Doze arcos emolduravam o cortejo, designadamente o «Brasão de Clivais Antigo», «Santa Maria dos Clivais», «Jarrão de Flores», «Alusão à Estação de Combóios» (que nunca se fez...).

Na noite antonina, o desfile ia ganhando o seu termo. Apenas cinco cortejos não haviam iniciado, ainda, a exibição.





Bairro Alto, vestimenta multicolor e típica: amoladores e varinas do século XIX. Rapazes e raparigas envergavam, respectivamente, os seguintes trajes: elas, saia cor de tijolo, com riscas pretas, avental pequeno de ramagens amarelas, lenço igual, corpete de cetim preto, abotoado, blusa branca com folhos e uma capa azul; eles, por seu lado, chapéu «espalmado», à antiga, preto, dólman verde e colete sobreposto, calça preta, camisa branca e sapatos pretos. Motivo pitoresco, demoradamente aplaudido pela assistência: os jovens transportavam treze carros usados pelos amoladores da época. Quanto às raparigas, levavam canastras de descarga. A marcha apresentava doze arcos, neles figurando diversos temas alegóricos: guitarra e viola, manjericos, balões.

A décima primeira marcha a desfilar foi a Graça. O público atentou no elenco. Ovação. Vestuário atraente: vendedores de chita e vendedeiras de fruta do século XIX. Os rapazes com chapéu de aba larga, preto, camisa e jaqueta preta, cinta vermelha, calça azul e bota alta até ao joelho. Elas: lenço cor-de-rosa, vestido da mesma cor, avental branco e chinelas pretas. Arcos alegóricos, todos versando temas alusivos aos festejos dos três santos populares, além de um com o emblema da coletividade. A marcha retirou, debaixo de aplausos, devido à maneira gentil, desembaraçada e castiça como actuou.

Ajuda desfilou com o traje de moleiros e moleiras dos séculos XVIII e XIX, respectivamente. Eles com chapéu bege, camisa branca, colete «grenat», com botões amarelos de latão, calça azul, justa, e bota alta. Elas com dois lenços de cabeça sobrepostos, um branco e outro bege, camisa branca de gola e folhos, colete «grenat», saia azul bege. A marcha ia bonita. Surpresa de aplausos demorados. O porquê: a resplandescente de cem lâmpadas e setenta e oito pequenos balões presos a uma cadeia de festões. Em relação a arcos grandes, o cortejo trouxe consigo seis: «Três Santos Populares», «Os Três Monumentos», dois com moínhos e dois, ainda, com mós e espigas.

Penúltima marcha: Carnide. Moços de vacaria e vendedeiras de leite do século XIX. Trajo curiosíssimo. Grande ovação. Toda descontraída, a marcha desdobrava-se em sorrisos e maneirismos de bailado, ensaiando, aqui e além, alguns apontamentos coreográficos. Doze arcos, entre os quais uma alegoria a «Nossa Senhora da Luz».

Alcântara foi a última marcha a exhibir-se. Já passava da meia-noite. A ansiedade do público não diminuiu. Rapazes e raparigas surgiram descalços. Indumentária: descarregadores de carvão do século XIX. Aplausos. Eles apresentam-se de boné preto, com efeitos brilhantes, camisa branca, com folhos, colete verde, cinta vermelha e calça preta. Elas envergavam lenço, com uma sogá, blusa encarnada, saia verde, rodada, e avental preto. O cortejo transportava seis lindos arcos alegóricos, muito iluminados. Três desses arcos representavam uma fragata, uma caravela e um coração.

Era o final do desfile.



ACONTECIMENTOS CITADINOS



DIA DE S. VICENTE — SOLENE TE DEUM
NA SE CATEDRAL DE LISBOA, COM A
PRESEÇA DO PRESIDENTE E VEEA-
ÇA O DA C. M. L.



VISITA DO SR. GENERAL FRANÇA BORGES AO ATELIER DO ESCULTOR LEOPOLDO DE ALMEIDA, A FIM DE APRECIAR OS TRABALHOS DE MODELAÇÃO DA ESTATUA DE D. JOAO I

AO ABANDONAR AS FUNÇÕES DE PRESIDENTE DO MUNICIPIO, O SR. GENERAL FRANÇA BORGES DISTINGUE ALGUNS DOS SEUS MAIS DIRECTOS COLABORADORES

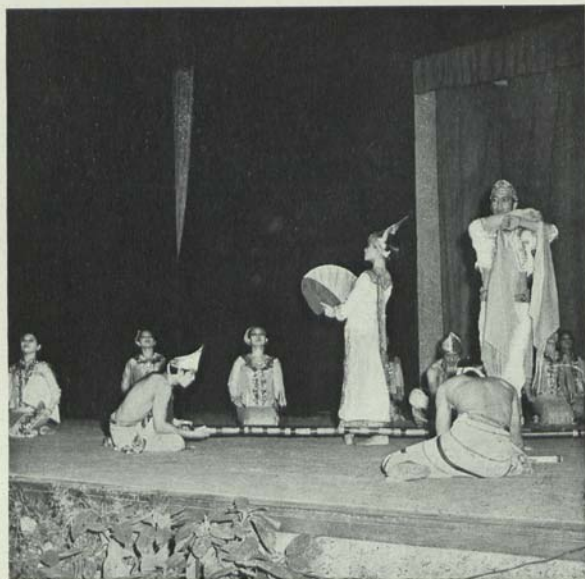




O SR. ENG. SANTOS E CASTRO, NOVO PRESIDENTE
DA C. M. L., VISITA O QUARTEL DO B. S. B., NA
AV. D. CARLOS I



ALMOÇO OFERECIDO PELA C. M. L. AOS DEPUTADOS
PELO CICLO DE LISBOA QUE, NO PALACIO GALVEIAS,
ASSISTIRAM A UMA BREVE EXPOSIÇÃO DO SR. ENG.
SANTOS E CASTRO SOBRE O PLANO DIRECTOR DA
CIDADE



«FILIPINESCAS» — ESPECTÁCULO
DE BAILADO, NO TEATRO DA
ESTUFA FRIA

TEATRO DA ESTUFA FRIA
— «CADEIRA DA VERDADE».
PELA COMPANHIA DE TEA-
TRO POPULAR



CERIMÓNIA DA ENTREGA
DA MEDALHA DE OURO DA
CIDADE AO ANTIGO PRESI-
DENTE DA C. M. L., SR. GE-
NERAL FRANÇA BORGES





*CONCERTO NA ESTUFA FRIA PELA ORQUESTRA SINFÓNICA
DE LISBOA, REGIDA PELO MAESTRO FERNANDO CABRAL*



*POSSE DO CAPITÃO LUIS MARIO
SALDANHA MOREIRA NO CARGO
DE COMANDANTE DA POLICIA
MUNICIPAL*



CONCERTO PELA ORQUESTRA FILARMÓNICA DE LISBOA, NO TEATRO DA ESTUFA FRIA — REGÊNCIA DO DR. IVO CRUZ



O SR. COMODORO ALBERTO LOPES ALVES É EMPOSSADO NO CARGO DE VEREADOR DA C.M.L.

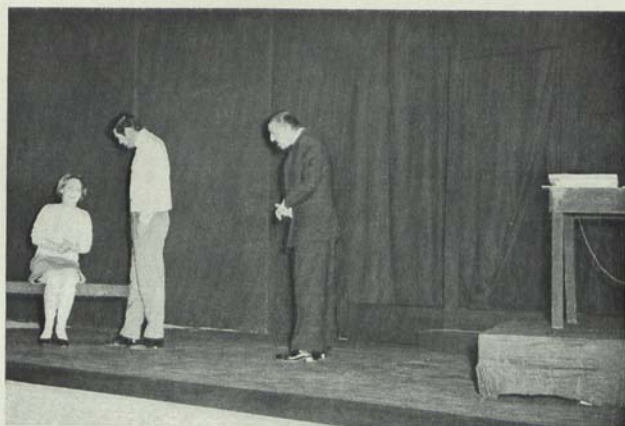


*ACTO DE POSSE DO NOVO 2.º COMANDANTE
DO B. S. B., TEN.-COR. PINTO BASTO CORREIA*

*TEATRO DA ESTUFA FRIA — «DIA SEGUINTE»,
PELA COMPANHIA DE TEATRO POPULAR*



«O IRMÃO», PELA COMPANHIA DE TEATRO POPULAR — ESTUFA FRIA



CERIMÓNIA DA ENTREGA SIMBÓLICA DOS MACHADOS AOS NOVOS SAPADORES BOMBEIROS



RECEPÇÃO NA
C. M. L. AOS PAR-
TICIPANTES DO
VOO INAUGURAL
DA TAP, LOUREN-
ÇO-MARQUES - LIS-
BOA



«DIA DA RAÇA» — DEPOSIÇÃO DE
FLORES NO MONUMENTO A CAMÕES





*DIA DE SANTO ANTÓNIO — CERIMONIAS
RELIGIOSAS MANDADAS CELEBRAR PELO
MUNICIPIO DE LISBOA*

«NOIVAS DE SANTO ANTÓNIO» — ASPECTO DO
COPO-DE-ÁGUA OFERECIDO AOS JOVENS CASAIS



*CONCERTO PELA ORQUESTRA
FILARMÓNICA DE LISBOA, RE-
GIDA PELO MAESTRO RUI COE-
LHO, NO TEATRO DA ESTUFA
FRIA*



*I JORNADAS LUSO-ESPAÑOLAS
DE CIRURGIA PEDIÁTRICA —
RECEPÇÃO OFERECIDA NA ES-
TUFA FRIA*



*«O CONGRESSISTA», PELA
COMPANHIA DO TEATRO
POPULAR — ESTUFA FRIA*



*ENTREGA A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS
DA MEDALHA COMEMORATIVA DA CONQUISTA DE LISBOA
AOS MOUROS, QUANDO DA VISITA DO FAMOSO JOGADOR
JAIR AOS PAÇOS DO CONCELHO DE LISBOA*



ALMOÇO NO PARQUE DE CAMPISMO, PARA ATRIBUIÇÃO DOS PRÊMIOS DAS MARCHAS POPULARES DE 1970. O SR. ENG. SANTOS E CASTRO NO USO DA PALAVRA



EDIÇÕES MUNICIPAIS

INVENTÁRIO DE LISBOA
NORBERTO DE ARATJO

LISBOA ANTIGA — BAIRROS ORIENTAIS
JULIO DE CASTILHO

LISBOA ANTIGA — O BAIRRO ALTO
JULIO DE CASTILHO

LISBOA DE LES A LES
LUIS PASTOR DE MACEDO

LISBOA E OS CURIOSOS FASTOS DO SEU PORTO
RAUL RIBEIRO DA FONSECA MENDES

LISBOA E OS SEUS CRONISTAS
LUIS TEIXEIRA

LISBOA SEISCENTISTA
FERNANDO CASTELO BRANCO

AS MURALHAS DA RIBEIRA DE LISBOA
AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

A RIBEIRA DE LISBOA
JULIO DE CASTILHO

*DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA CIDADE
DE LISBOA*

LISBOA — OITO SÉCULOS DE HISTÓRIA
OBRA EM COLABORAÇÃO, DIRIGIDA POR
GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

PARQUE MUNICIPAL DE TURISMO E CAMPISMO
JANINE QUINTIN E JOAO PINA VIDAL

MONUMENTOS DE LISBOA
MAIA ATHAYDE

ESTUFA FRIA
JEAN CHABLOZ

ARREDORES DE LISBOA
ESTER DE LEMOS E MAIA ATHAYDE

MIRADOUROS DE LISBOA
JOAO PINA VIDAL

JARDINS DE LISBOA
NATERCIA FREIRE



EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS GRÁFICOS DA LIGA DOS COMBATENTES

PREÇARIO DA REVISTA:

Preço avulso	12\$50
Números duplos	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números)	40\$00

DEPOSITARIO GERAL:

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º
Telefone 32 57 11

CORRESPONDENCIA:

6.ª Repartição — Informação, Espectáculos e Turismo da Câmara
Municipal de Lisboa -Praça do Município — Telefone 36 29 51



município
de Lisboa